



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

ARLAN AMANAJÁS PINTO

**PSICOLOGIA AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DA SAÚDE MENTAL DOS
DISCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ, CAMPUS MARCO
ZERO**

**MACAPÁ
2022**

ARLAN AMANAJÁS PINTO

**PSICOLOGIA AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DA SAÚDE MENTAL DOS
DISCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ, CAMPUS MARCO
ZERO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação / Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Meio Ambiente e Planejamento.

Orientador: Prof. Dr. Raullyan Borja Lima e Silva

MACAPÁ
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 / 1451

- P659 Pinto, Arlan Amanajás.
Psicologia Ambiental: uma análise da saúde mental dos discentes da Universidade Federal do Amapá, Campus Marco Zero / Arlan Amanajás Pinto. - Macapá, 2022.
1 recurso eletrônico. 97 folhas.
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Macapá, 2022.
Orientador: Raullyan Borja Lima e Silva.
- Modo de acesso: World Wide Web.
Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).
1. Desenvolvimento regional. 2. Comportamento. 3. Transtornos. I. Silva, Raullyan Borja Lima e, orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 150


PINTO, Arlan Amanajás. **Psicologia Ambiental**: uma análise da saúde mental dos discentes da Universidade Federal do Amapá, Campus Marco Zero. Orientador: Raullyan Borja Lima e Silva. 2022. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2022.

ARLAN AMANAJÁS PINTO


**PSICOLOGIA AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DA SAÚDE MENTAL DOS
DISCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ, CAMPUS MARCO
ZERO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação / Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional.


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 RAULLYAN BORJA LIMA E SILVA
Data: 13/12/2022 21:02:18-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Dr. Raullyan Borja Lima e Silva
Orientador – MDR/UNIFAP

Documento assinado digitalmente
 GALDINO XAVIER DE PAULA FILHO
Data: 14/12/2022 15:42:40-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Dr. Galdino Xavier de Paula Filho
Examinador Titular Interno – MDR/UNIFAP

Documento assinado digitalmente
 LEILA DO SOCORRO RODRIGUES FEIO
Data: 15/12/2022 17:17:42-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Dra. Leila do Socorro Rodrigues Feio
Examinador Titular Externo - UNIFAP

Macapá, 18 de novembro de 2022

Dedico primeiramente, à minha esposa, Julianny Helen Penafort da Silva, pelo amor, incentivo e motivação incessante para comigo na busca do crescimento pessoal, estando junto a mim nos momentos turbulentos e de conquista.

Ao meu único filho, Gregório Cícero Penafort Amanajás, nascido do amor junto à Julianny, motivador sempre de minhas buscas e das realizações em nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

À grandiosidade da vida.

À minha esposa, Julianny, e meu filho, Gregório, pelo amor, felicidade e atenção.

A minha mãe Maria Gorete Maciel Amanajás e tia Domingas Rosa Amanajás por acreditar sempre no meu esforço em buscar o conhecimento. A minha sogra Ana Paula Gama Penafort da Silva e sogro Walter Correa da Silva Júnior pelo incentivo no estudo.

Ao meu professor orientador, Raullyan Borja Lima e Silva, pela sua sensibilidade, compreensão, orientações importantes e fundamentais para minha compreensão do estudo.

Aos meus amigos: André Elias Morelli Ribeiro, pelo incentivo a fazer sempre o melhor; Mário Teixeira dos Santos Neto, pela cooperação no conhecimento; Victor André Pinheiro Cantuário, pelas contribuições filosóficas; Christiano Ricardo dos Santos, na compreensão do que é a universidade.

Aos meus colegas de turma, pelo conhecimento compartilhado.

Aos professores do PPGMDR/UNIFAP: Dr. Raullyan Borja Lima e Silva, Dr. Dr. Alexandro Cezar Florentino-(Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais-UNIFAP), Dr. Ricardo Ângelo, Dr. Antônio Filocreão, Dr. Gutemberg Silva, Dr. Iurgel Caldas, Dr. Jadson Porto, Dr. Wardsson Borges, Dr. José Tostes, Dr. José Francisco, Dr. Jodival Maurício da Costa e José Julio de Todelo (Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical-UNIFAP), que se mostraram verdadeiramente sinceros e compromissados com o ensino e aprendizagem de cada acadêmico do mestrado.

Aos professores da banca avaliadora pelo aceite e disponibilidade. À professora Dra. Leila do Socorro Rodrigues Feio pela sinceridade, honestidade e clareza na expressão do conhecimento. E ao professor Dr. Galdino Xavier de Paula Filho pela fomentação de compreender o velado e desvelar do conhecimento no desenvolvimento regional com sua maestria.

“O maior erro que um homem pode cometer é sacrificar a sua saúde a qualquer outra vantagem”. Arthur Schopenhauer

RESUMO

A Psicologia Ambiental possui o escopo de compreender a significação das relações homem-ambiente que se referem à saúde e à qualidade de vida dentro das Universidades Federais no Brasil. Partindo disso, o presente estudo tem como ideia central a “Psicologia Ambiental e a Saúde mental”. Assim, surge o problema das condições de saúde dos estudantes da Universidade Federal do Amapá, na atualidade, que, ao apresentam alterações em seu estado de saúde mental, demonstram como consequência o aparecimento de transtornos mentais. A questão norteadora se desdobra na seguinte proposição: como se encontra a saúde mental dos discentes da Universidade Federal do Amapá, do Campus Marco Zero, na perspectiva da Psicologia Ambiental? Deste modo, os objetivos do estudo foram examinar a Saúde Mental dos estudantes da Universidade Federal do Amapá, do Campus Marco Zero, pelo enfoque da Psicologia Ambiental; realizar o levantamento documental do número de estudantes da UNIFAP atendido pelo Serviço de Atendimento Psicopedagógico (SAPE), no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), no Campus Marco Zero; identificar demanda, sexo biológico e curso dos estudantes atendidos pelo SAPE, e organizar os conceitos de Saúde Mental dos estudantes no Ensino Superior, Psicologia Ambiental e Desenvolvimento Regional com os fundamentos teóricos a partir de revisão da literatura em trabalhos relacionados ao tema em que haja a intersecção entre os conteúdos. No tocante à metodologia, a pesquisa se classifica como descritiva, tendo utilizado a técnica de averiguação documental e bibliográfica, e o tratamento das informações por analogias, com criação de tabelas, gráficos e figuras como resultado da investigação. De tal modo, através do resultado e da discussão da pesquisa, constatou-se que o processo de angústia dos estudantes tem gênese em estressores atrelados a um ambiente tóxico, nesse caso, a universidade. Isso faz com que os estudantes não consigam se ajustar criativamente. Também se verificou a depressão e ansiedade como as enfermidades com maior incidência entre os que buscaram atendimento no NAI/SAPE. Já na relação de intersecção da Saúde Mental, Psicologia Ambiental e Desenvolvimento Regional, o aspecto Espaço é o achado nessa interação entre essas áreas do conhecimento. Lugar esse interconectado de maneira sistêmica e modificação recíproca em um processo de retroalimentação. Enfim, a universidade apresenta um papel fundamental para o Desenvolvimento Regional, mas isso depende também da saúde de um dos componentes formadores dessa instituição, que é o estudante, já que qualquer alteração em seu estado de saúde afeta diretamente os outros sistemas.

Palavras-chave: desenvolvimento regional. comportamento. transtornos.

ABSTRACT

Environmental psychology has as scope to understand the meaning of man-environment relationship. Considering that, this study discusses the health and quality of life of students in Brazilian federal universities, defending as its principal idea the interconnection between Environmental psychology and Mental health. That's why it presents as its major problem the necessity of investigating the health conditions of the students of the Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), nowadays, because when they show any change in their mental health condition, the result is the manifestation of mental disorders. In this sense, the study presents as its question-problem the need to verify the mental health condition of the students of the UNIFAP, Campus Marco Zero, through the Environmental psychology perspective. To achieve this, the study considered the following objectives: to conduct a documental survey of the students of the UNIFAP treated by the Serviço de Atendimento Psicopedagógico (SAPE), in the Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), in the Campus Marco Zero; to identify the demand, biological sex and course of the students treated by the SAPE, and to organize the concepts of Mental health of the university students, Environmental psychology as well as Regional development, according to the theoretical propositions of the researches used in this study, related to its theme. Considering its methodology, the study is categorized as descriptive, and using a documental and bibliographical verification technique, as well as applying the approach by analogy with the production of charts, graphs and images as products of the investigation. As result, it was possible to verify that the students show any sign of mental health change when the environment, in this case, the university, shows itself as an unsafe environment. This contributes to the disintegration of the creative potential of the students and to the increase of their social and institutional insecurity. It was possible to verify too that depression and anxiety were the principal disorders showed by students that were treated at the NAI/SAPE. About the interconnection between Mental health, Environmental psychology, and Regional development, the Space, not as mere geographical concept, is the term that binds these three areas of knowledge. And this place, now called Space, is interconnected systematically in a process of feedback. Finally, the university has an important role in the Regional development, but the health of the students plays an important role too, and this can't be denied because affects directly the other systems.

Keywords: regional development. behavior. disorder.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Organograma 1	- O contexto das relações pessoa-ambiente	24
Quadro 1	- Níveis de análise socioespacial	24
Organograma 2	- Hexágono do Desenvolvimento Regional	28
Esquema 1	- Localização do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) - UNIFAP	31
Esquema 2	- Organograma do NAI/UNIFAP	33
Planta Baixa 1	- NAI Campus Marco Zero / UNIFAP	34
Planta Baixa 2	- NAI Campus Marco Zero / UNIFAP	35
Esquema 3	- Etapas do levantamento da pesquisa documental	37
Organograma 3	- Fases do tratamento dos dados	38
Esquema 4	- Triangulação da teoria	40
Gráfico 1	- Percentual de estudantes registrado no SAPE por Curso e Sexo Biológico Feminino no Período de 2012 a 2019 na UNIFAP, Campus Marco Zero	48
Gráfico 2	- Percentual de estudantes registrado no SAPE por Curso e Sexo Biológico Masculino no Período de 2012 a 2019 na UNIFAP, Campus Marco Zero	52
Gráfico 3	- Distribuição do SAPE por demandas Psicopatológicas – UNIFAP, Campus Marco Zero	56
Quadro 2	- Intersecções das ideias sobre Saúde Mental no Ensino Superior	63
Organograma 4	- Intersecções das ideias sobre Saúde Mental no Ensino Superior	64
Quadro 3	- Intersecções das ideias sobre Psicologia Ambiental	65
Organograma 5	- Intersecções das ideias sobre Psicologia Ambiental	66
Quadro 4	- Intersecções das ideias sobre Desenvolvimento Regional	68
Organograma 6	- Intersecções das ideias sobre Desenvolvimento Regional	68
Organograma 7	- Triangulação entre Saúde Mental - Psicologia Ambiental - Desenvolvimento Ambiental	71
Organograma 8	- Modelo Ecológico Saúde Mental - Psicologia Ambiental - Desenvolvimento Ambiental	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Total de estudantes registrado no SAPE por Curso no Período de 2012 a 2019 na UNIFAP, Campus Marco Zero	41
Tabela 2 -	Total de estudantes registrado no SAPE por Curso no Período de 2012 a 2019 na UNIFAP, Campus Marco Zero	42
Tabela 3 -	Total de estudantes registrados no SAPE no período de 2012 a 2019 na UNIFAP, Campus Marco Zero	45
Tabela 4 -	Total de estudantes registrado no SAPE por Curso e Sexo Biológico Feminino no Período de 2012 a 2019 na UNIFAP, Campus Marco Zero	46
Tabela 5 -	Total de estudantes registrado no SAPE por Curso e Sexo Biológico Masculino no Período de 2012 a 2019 na UNIFAP, Campus Marco Zero	50
Tabela 6 -	Distribuição do SAPE por demandas Psicopatológicas – UNIFAP, Campus Marco Zero	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Associação Psiquiátrica Americana
ES	Ensino Superior
HDR	Hexágono do Desenvolvimento Regional
IES	Instituição de Ensino Superior
IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
MDR	Mestrado em Desenvolvimento Regional
MS	Ministério da Saúde
NAI	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNE	Portadores de Necessidades Especiais
PIB	Produto Interno Bruto
QV	Qualidade de Vida
SAPE	Serviço de Atendimento Psicopedagógico
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1	SAÚDE MENTAL E ENSINO SUPERIOR	18
2.2	A PSICOLOGIA AMBIENTAL	21
2.3	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	25
3	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	31
3.1	ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA UNIFAP E DO NAI NO CAMPUS MARCO ZERO	32
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	36
4.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	36
4.2	TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA	36
4.2.1	Levantamento de dados documentais	37
4.2.2	Levantamento bibliográfico	39
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	41
5.1	CARACTERIZAÇÃO DOCUMENTAL POR DEMANDA, SEXO BIOLÓGICO E CURSO DOS ESTUDANTES REGISTRADOS PELO SAPE NO NAI NO CAMPUS MARCO ZERO.....	41
5.2	SAÚDE MENTAL NO ENSINO SUPERIOR POR MEIO DA PSICOLOGIA AMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA REVISÃO DA LITERATURA	58
5.2.1	Saúde mental no ensino superior	58
5.2.2	Psicologia ambiental	59
5.2.3	Desenvolvimento regional	61
5.3	INTERSECÇÕES DA SAÚDE MENTAL NO ENSINO SUPERIOR POR MEIO DA PSICOLOGIA AMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	62
5.3.1	Intersecções das ideias sobre saúde mental no ensino superior	63
5.3.2	Intersecções das ideias sobre psicologia ambiental	65
5.3.3	Intersecções das ideias sobre desenvolvimento regional	68
5.3.4	Triangulação entre saúde mental desenvolvimento regional – psicologia ambiental – desenvolvimento regional	70
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77

REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE A – REQUERIMENTO ENVIADO À COORDENAÇÃO DO NAI	95
ANEXO A – RESPOSTA DO NAI SOBRE REQUERIMENTO	96

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, pensar em saúde correspondia a se considerar a ausência completa de doença/enfermidade no ser humano. Essa ideia veio se transformando significativamente e adquiriu contornos diferenciados na contemporaneidade, com uma nova configuração denominada de bem-estar.

Em corroboração à essa ideia, a Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde como completo bem-estar mental, físico e social. Em adição, saúde mental é o estado de bem-estar no qual a pessoa precisa ter consciência de suas habilidades para confrontar seus estados de estresses no seu dia a dia (SÁ JÚNIOR, 2004).

Mantendo tal entendimento no horizonte e direcionando-se o olhar para as atividades acadêmicas desenvolvidas nas universidades públicas brasileiras, observa-se que o bem-estar tem se tornado um tema debatido de maneira mais recorrente. Além disso, a Psicologia Ambiental, nessa realidade, concentra a atenção na tentativa de compreender os significados das relações homem-ambiente que se referem à saúde e à qualidade de vida (QV).

Do mesmo modo, a Psicologia Ambiental pretende promover a elaboração e reformas de serviços de saúde com ênfase no cuidado das pessoas que buscam assistência (SILVESTRIN; KUHNEN; TRIBÉSS, 2019).

Junto com a urbanização das cidades e o avanço tecnológico, as pessoas gradativamente começaram a se distanciar do meio físico (natureza). O resultado foi a mudança na sua relação com o ambiente. Com a intensificação da exploração dos recursos naturais em detrimento à sua preservação e manutenção, a qualidade de vida e o bem-estar do ser humano passaram a exigir deste uma nova atitude no tocante aos seus hábitos de vida e sua relação com o mundo que o circunda. Nessa ideia, Carvalho, Branco e Silva (2021) afirmam que os estudantes adulto jovens da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) do Campus Binacional do Oiapoque, apresentaram sintomas ansiosos, sendo 37,1% no grau mínimo, 30,2 % leve, 21,5% moderado, e 11,2% grave.

Desta forma, surge o problema das condições de saúde dos discentes da UNIFAP, no cenário atual, os quais têm apresentado alterações no estado da sua saúde mental, quadro que consequentemente provoca o aparecimento de transtornos mentais no referido público.

Sobre isso, é necessário entender a dinâmica das universidades públicas brasileiras, no caso em tela, de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) que, ao longo de sua história, tem registrado o ingresso de indivíduos provenientes de diferentes localidades,

portando singularidades culturais integradas em suas personalidades e trazendo-as para um novo espaço de interação e convivência social.

No Brasil, as Instituições de Ensino Superior (IES) possuem uma dinâmica muito particular por meio da qual os alunos não estão obrigados a frequentar o espaço institucional apenas nos momentos circunscritos às atividades de ensino. Trata-se de locais em que podem transitar para outros fins associados à área externa da sala de aula. Essa atitude propicia um diálogo com outros ambientes e pessoas, portanto, os alunos desempenham diferentes práticas de vivência social e sua saúde mental responde de maneira particular dependendo dos contextos onde estejam inseridos.

Dessa maneira, a dinâmica do cotidiano da vida universitária se demonstra com as seguintes características: adaptação ao contexto e à dinâmica de descanso (sono); estratégias, rotinas e modos específicos de estudo; planejamento no tempo para o estudo; carga horária excessiva no estudo e alto nível de demandas contido em sua formação acadêmica (PAPALIA; FELDMAN; MARTORELL, 2013).

Essas características contribuem para o aparecimento de estressores devido ao fato de os estudantes terem de desenvolver habilidades e competências comportamentais para enfrentar, cumprir e manter as exigências dessa sua nova realidade. A dificuldade na adaptação a esse contexto universitário faz com que os acadêmicos vivenciem os estressores mais intensamente na sua vida (ARIÑO; BARDAGI, 2018).

Nesse sentido, o estudo verifica os índices contidos, por exemplo, no Relatório de Gestão do Exercício do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da Universidade Federal do Amapá, referente ao ano de 2015 (UNIFAP, 2015), o qual demonstrou que o Serviço de Atendimento Psicopedagógico (SAPE), no Campus Marco Zero, apresentou as maiores demandas acadêmicas relacionada à depressão, com 17,65%, e em dificuldade de relacionamento, que foi de 11,76%.

Assim, põe-se a seguinte Questão Norteadora: como se encontra a saúde mental dos discentes da Universidade Federal do Amapá, do Campus Marco Zero, a partir da perspectiva da Psicologia Ambiental?

Cerca de 10% de acadêmicos apresentaram dificuldades alimentares, medo e pânico. Como também mais de 6% afirmaram ideias sobre morte e aproximadamente 4% apresentaram ideação suicida (BRITO, 2018).

Por isso, o estudo busca compreender as características da dinâmica dos alunos no ensino superior do Campus Marco Zero. Registraram-se também modificações em seu estilo de vida em relação às atividades vinculadas diretamente à Universidade.

Segundo Oliveira *et al.* (2016, p. 196), a

[...] prevalência de depressão em estudantes de medicina da Universidade Federal do Amapá foi de 45,7%, o que é consideravelmente maior do que os índices da população geral e semelhante [...] com estudantes de medicina de outras regiões do Brasil e do mundo.

Acrescenta-se que a universidade deve mediar as interações humanas e produzir uma psicodinâmica que integre valores e significados distintos. Ela passa a ser um instrumento regulador e de equilíbrio da *persona* do acadêmico (BLEGER, 2003). Motivo pelo qual as universidades necessitam promover desenvolvimento afetivo, pessoal e social que transcendam os aspectos intelectuais e profissionais (SCHLEICH, 2006).

A esse propósito, Araújo, Freitas e Rocha (2017) afirmam que existe a necessidade do desenvolvimento de uma nova forma de se elaborar o desenvolvimento da sustentabilidade, transcendendo-se indicadores econômicos que promovam a preservação da sustentabilidade ambiental. Nessa perspectiva, as IES públicas e privadas têm papel fundamental na construção do conhecimento para o desenvolvimento da qualidade do ambiente humano a fim de se atingir como resultado o bem-estar das pessoas inseridas dentro desse contexto.

De acordo com Bandeira e Novo (2011, p. 2), a

[...] atividade de ensino, ainda que essencial para promover um processo de acumulação regional sustentado, não é a única via, pelo menos, não mais na última metade do século XX, contando cada vez mais a produção e a transferência de conhecimento.

Nesse sentido, Chiarello (2015, p. 241) corrobora essa ideia de produção e transferência de conhecimento quando afirma que:

Desenvolvimento regional, por sua vez, é um movimento que subentende a endogenia. A teoria regional endógena, considera a importância da sociedade e das relações sociais no processo de desenvolvimento da região. Autores dessa linha destacam as relações sociais e as formas locais de integração como fatores determinantes no processo de transformação socioeconômica das regiões. Quando se discute o papel de uma instituição de ensino e pesquisa neste processo, agregasse a noção de espaço e região, pois o grau de interação entre universidade e segmentos da sociedade remete a uma interpretação sobre o capital social desenvolvido nesse espaço, envolvendo uma determinada base institucional.

Segundo Goebel e Miúra (2004), o desenvolvimento regional para ser possível necessita do desenvolvimento econômico, social e da cultura, nos quais a universidade tem uma função primordial, pois é por meio dela que as transformações socioeconômicas

beneficiam o desenvolvimento da região. É por meio da universidade que se verificam as necessidades locais, da população com seus projetos de extensão e pesquisa, sendo que estes estão vinculados aos anseios da sociedade em geral, com atenção aos setores produtivos locais.

A importância para o estudo é a possibilidade de aprender, pelo comportamento dos estudantes, como se apresenta o estado de bem-estar (saúde mental) destes. Segundo Mello, Moysés e Moysés (2010), a educação é legitimada com regulação e gerenciamento de todo o sistema de ensino nacional. As universidades são espaços sociais que devem desenvolver a promoção da saúde, pois é um contexto que produz conhecimento para melhorar a realidade humana.

Então, o estudo surge para diagnosticar o estado de saúde mental dos estudantes universitários, no seu cotidiano acadêmico, por meio da reflexão crítica sobre as situações associadas ao ser humano-ambiente na dinâmica das IES, o que, de acordo com Cerchiari, Caetano e Faccenda (2005), em estudo sobre “A prevalência de transtornos mentais menores em estudantes universitários”, demonstra que fatores como ausência de saúde mental, tensão ou estresse psíquico são comuns em alunos que tem de 3 a 5 anos de ingresso, diferente dos recém-ingressantes na universidade.

Em vista disso, os objetivos do estudo se delineiam em: a) examinar a Saúde Mental dos estudantes da Universidade Federal do Amapá, do Campus Marco Zero, pelo enfoque da Psicologia Ambiental; b) realizar o levantamento documental do número de estudantes da UNIFAP atendido pelo Serviço de Atendimento Psicopedagógico (SAPE), no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) do Campus Marco Zero; c) identificar demanda, sexo biológico e curso dos estudantes atendidos pelo Serviço de Atendimento Psicopedagógico (SAPE) e, d) organizar os conceitos de Saúde Mental dos estudantes no Ensino Superior, Psicologia Ambiental e Desenvolvimento Regional com os fundamentos teóricos a partir de revisão da literatura em trabalhos relacionados ao tema em que haja a intersecção entre os conteúdos.

Assim, a hipótese elaborada para a questão norteadora foram as seguintes: os acadêmicos apresentam alterações emocionais e comportamentais; esse quadro contribui significativamente para o surgimento de enfermidades como depressão, ansiedade e esquizofrenia.

Dessa forma, do modo que foi desenvolvida a investigação a respeito do tema proposto, esclarece-se que esta dissertação se estrutura em seis seções: “Introdução”, espaço

em que se apresenta a temática, a questão norteadora, justificativa, os objetivos e hipóteses da dissertação.

A segunda seção diz respeito à “Fundamentação Teórica” da dissertação, tratando da Saúde Mental e Ensino Superior, Psicologia Ambiental e Desenvolvimento Regional. Na terceira seção desenvolve-se a “Caracterização da área de estudo”, momento em que se explicita onde ocorreu a investigação.

Já a quarta seção comporta os “Procedimentos Metodológicos” da pesquisa, organizados nos seguintes itens: delineamento da pesquisa, critérios de inclusão e exclusão de dados, instrumentos de coleta, procedimentos de coleta de dados, tratamento dos dados e análise de dados.

A quinta seção traz os “Resultados e Discussão”, na qual se abordaram as projeções dos resultados e suas análises. E a sexta seção discute as “Considerações Finais”, abordando as conclusões e recomendações para estudos futuros sobre o tema.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 SAÚDE MENTAL E ENSINO SUPERIOR (ES)

Na área da saúde, um dos conceitos mais controversos é o de saúde. Segundo Segre e Ferraz (1997), a Organização Mundial da Saúde (OMS) define-a como ausência de enfermidade e completo bem-estar biológico, psíquico e social. De acordo com Moser (2003), bem-estar e qualidade de vida implicam na congruência pessoa-ambiente, o que se apresenta como desafio em um mundo globalizado. Melo e Figueiredo (2007, p. 140) afirmam que “[v]iver a saúde como bem-estar psicofísico integrado ao equilíbrio deve ser uma busca de todos”.

A partir desse conjunto de proposições teóricas, e como complemento à discussão, para ampliação do escopo conceitual, utiliza-se o conceito de bem-estar de Sá Junior (2004, p. 17), segundo o qual o termo pode:

[...] significar não se sentir mal, sentir-se bem ou ter satisfeitas suas necessidades. Por isso, o conceito de saúde da definição da OMS, mesmo que estivesse bem construído, dependeria do significado do conceito de bem-estar, ausente dele. A rigor, a proposição da OMS significa que o ente nela caracterizado deve ter perfeita ou completamente atendidas todas as suas necessidades. Isto é, para ser considerado saudável o ser vivo deve ter satisfeitas todas as suas necessidades, quando os humanos criam sempre novas necessidades. O que configura o caráter utópico desta caracterização de saúde.

Em concordância com o conceito de bem-estar, Melo e Figueiredo (2007) afirmam que a saúde é a manutenção do bem-estar físico, psíquico, social e ambiental. Isso resulta na mudança do binômio saúde-doença, no qual o foco deixa de ser a doença e passa a ser a saúde como ideal a se atingir em sociedade, bem como estilo de vida e respeito ao ambiente em que as pessoas estão inseridas, ou seja, orientando-se pela e para a qualidade de vida.

Essa concepção, de acordo com Silva e Heleno (2012, p. 69), vem com a “[...] ampliação do conceito de saúde e [a partir] da compreensão do processo saúde-doença passou-se a priorizar a visão de saúde com foco em sua promoção [...]”.

Em todo caso, Gardelha *et al.* (2011) comentam que a integração da saúde à definição de desenvolvimento traz como resultado a produção de condições de vida e bem-estar (qualidade de vida) na vida da pessoa.

Segundo o Ministério da Saúde (MS), qualidade de vida pode ser conceituada como o “[g]rau de satisfação das necessidades da vida humana – como alimentação, acesso a água potável, habitação, trabalho, educação, saúde, lazer e elementos materiais – que tem como

referência noções subjetivas de conforto, bem-estar e realização individual e coletiva” (BRASIL, 2012, p. 3).

A tempo, a saúde mental possui relação com as formas de intervenção, prevenção e promoção da saúde. Nesse contexto, observa-se a recuperação e ressignificação da realidade da pessoa em sofrimento psicológico dentro da sua realidade, vincula-se a sua experiência singular que resulta em dor. A propósito, a saúde mental é uma área técnica de conhecimento e de atuação que possui aspectos políticos e sociais que seus atores utilizam na política da saúde (AMARANTE, 2007).

De fato, Gaino *et al.* (2018) explicitam que o conceito de saúde mental diz respeito ao bem-estar com integralidade do ser humano e suas influências sociais do processo saúde-doença.

Em relação ao contexto universitário, Claumannet *et al.* (2017, p. 9) afirmam

[...] que o ambiente do ensino superior é propício à discussão dos mais variados assuntos, não somente aqueles inerentes às disciplinas dos cursos, mas também a questões do cotidiano das pessoas, que incluem aspectos que podem melhorar sua qualidade de vida. Dessa forma, professores e demais envolvidos das instituições de ensino podem incentivar à adoção e manutenção de hábitos de vida saudáveis, positivos e que proporcionem bem-estar, melhorando, conseqüentemente a qualidade de vida de seus estudantes, independentemente de sua área de estudo. As instituições de ensino também podem promover ações que contribuam para uma boa qualidade de vida, oferecendo, por exemplo, atividades físicas extracurriculares, ou, ao menos um local adequado para a prática e outras iniciativas como atendimento nutricional e psicológico.

Mello, Moysés e Moysés (2010) mencionam que as universidades são espaços sociais na construção da promoção da saúde, pois influenciam na dinâmica do bem-estar da pessoa. Martins *et al.* (2012) afirmam que a dedicação integral às atividades acadêmicas, a moradia precária, as amizades de curta duração, a distância da família e a dificuldade de associar estudo e trabalho, e dinâmica de vida produzem alterações negativas na qualidade de vida dos estudantes universitários.

Petrini, Margato e Vilela Júnior (2013) complementam que a relação diária no meio acadêmico do aluno fomenta o desenvolvimento de novas relações afetivas de amizade e energiza as interações sociais. Já Barros *et al.* (2017) explicam que no contexto universitário os aspectos como a carga de atividades do dia, tempo restrito, poucas horas de descanso reduzem a capacidade cognitiva para a aprendizagem. O resultado disso é o baixo rendimento acadêmico e a exposição ao estado de estresse.

Nesse sentido, a universidade, ao longo da história, demonstra que as situações de desajuste psicológico dos estudantes datam do início do século XX. A princípio, na Inglaterra, não existiam serviços de saúde aos estudantes (ensino fundamental, médio e superior).

Entretanto, o serviço de saúde prestado aos alunos do ensino fundamental e médio com algum desajuste limitava-se a identificar enfermidades de ordem orgânica e tratar por meio da atividade física. Logo, os estudantes do ensino superior, quando apresentavam desajustes, eram percebidos apenas com problemas educacionais e espirituais, sendo tratados por tutores e conselheiros religiosos (LUCAS, 1976).

A saúde mental enquanto serviço de saúde na universidade reporta-se ao ano de 1910, tendo sido criado e desenvolvido na Universidade de Princeton no Estados Unidos. A ênfase que esse serviço adotou foi do diagnóstico associado a sintomas psiquiátricos pelo Dr. Stuart Paton (REIFLER; LIPTZIN, 1969).

Contudo, é somente na metade da década de 1950 que uma equipe multidisciplinar é integrada com médico, psicoterapeuta, psicólogo e assistente social. Dessa maneira, iniciam os atendimentos dos alunos universitários de maneira individual com enfoque analítico e pedagógico (AMADO-LEVY-VALENSI; GAU; VEIL, 1956).

No Brasil, o atendimento à saúde mental ao estudante universitário teve sua concepção através da Psicologia Clínica e do Serviço de Higiene Mental. Esses serviços se desenvolveram na Universidade do Recife, mais precisamente na faculdade de Medicina, no ano de 1967, na qual a finalidade era de fornecer assistência psicológica e psiquiátrica aos alunos universitários, principalmente do curso de Medicina, acometidos de angústias e dificuldades de cunho emocional (LORETO, 1958).

Nessa perspectiva, Oliveira *et al.* (2016) expõem que o transtorno depressivo se manifesta em estudantes de medicina da UNIFAP da seguinte maneira: ao desejo de mudança de curso, percepção negativa do meio acadêmico de ensino e dificuldade em estabelecer laços de amizade nesse contexto.

Então, as universidades, no século XXI, despontam como referência na promoção da saúde, pois são lugares onde as pessoas se socializam, trabalham, aprendem e desfrutam do lazer, potencializando a promoção da saúde e do bem-estar das pessoas inseridas contextualmente. Além disso, a universidade possibilita a formação de profissionais que estimulam o desenvolvimento da qualidade de vida das pessoas. Assim, a universidade em suas ações comunitárias oportuniza a constituição de práticas saudáveis (MELLO; MOYSÉS; MOYSÉS, 2010).

Deste modo, de acordo com Hoff, Pereira e Paula (2017, p. 511), “[...] o ensino superior necessita ultrapassar as ‘paredes da universidade’, ou seja, ir além da construção do conhecimento para os que estão dentro de seus muros, alcançando a comunidade local e contribuindo de forma mais complexa para o desenvolvimento da região”.

Para Rolim e Serra (2010), a população de uma região busca o desenvolvimento da qualidade de vida por meio do crescimento dos fatores cultural, social e econômico. Diferentemente, as universidades se focam no ensino, na pesquisa e na extensão. Contudo, a universidade desenvolve possibilidades para o desenvolvimento regional com o uso do tripé ensino, pesquisa e extensão quando transcende o âmbito do ensino e gera a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A universidade precisa desenvolver seus projetos educacionais e pesquisas com característica interativa, vinculando-se a aspectos socioeconômicos contextualizados a partir dos quais possa gerar dispositivos facilitadores na interação dela com o empresariado em conjunto com a sociedade de modo cooperativo.

Esse processo pode ser desenvolvido por meio de consultorias, assessorias, laboratórios, extensões, desenvolvimento e planejamento (GOEBEL; MIURA, 2004). Essa ideia oportuniza o desenvolvimento da qualidade de vida das pessoas envolvidas na universidade (estudantes, docentes, técnicos administrativos e pedagógicos), e engrandece a como um lugar saudável.

2.2 A PSICOLOGIA AMBIENTAL

A Psicologia Ambiental tem sua raiz no século XIX, porém se firma como área da Psicologia no final da década de 1960, nos Estados Unidos, por meio do programa *stricto sensu* de doutorado na Universidade de Nova Iorque. Já no Brasil, emerge com estudos voltados para ambientes habitacionais na década de 1980 (GÜNTHER; ROZESTRATEN, 1993).

Somado a isto, a Psicologia Ambiental, de acordo com Pinheiro (1997), pretende estudar os comportamentos dos indivíduos no ambiente com o objetivo de buscar respostas para a crise ambiental a partir da psicologia e fora dela. Nessa percepção, Moser (1998) afirma que a Psicologia Ambiental tem como foco de estudo o indivíduo dentro de um contexto específico, sendo o seu enfoque central as inter-relações entre indivíduo, meio ambiente físico e social.

Em relação aos seus temas, a Psicologia Ambiental se propõe a investigar, por exemplo, percepção e cognição no ambiente, consequência do ambiente no comportamento humano, meios distintos para cada público (criança, adolescentes, adultos), ambientes peculiares como cidades e bairros, construções de espaços para obter determinados resultados sobre o comportamento, transformações de posturas, percepções e aspectos comportamentais diante do ambiente, alterações e planos do ambiente com a salvaguarda do meio ambiente (ALTMAN; ROGOFF, 1987).

Efetivamente, segundo Günther e Rozestraten (1993) é fundamental também entender que a Psicologia Ambiental busca estudar o comportamento da pessoa no enfoque de sua localização através dos elementos do seu ambiente relacional. Logo, procura pesquisar as variáveis antecedentes e consequentes do fenômeno psicológico de maneira contextualizada.

Por isso, Moser (1998) afirma que a Psicologia Ambiental se interessa por verificar as reações da pessoa frente as condições de pressão do meio. Dessa forma, o estresse é o ponto central na interação pessoa e meio físico. Contudo, ressalta-se que o causador do estresse não é o ambiente físico, mas a relação estabelecida com ele. Por isso, na Psicologia Ambiental é importante considerar o espaço físico porque a maneira de avaliar e perceber da pessoa dentro do espaço influencia o seu comportamento.

Outro aspecto fundamental é a dimensão temporal enquanto noção de história da pessoa. A pessoa a partir de sua história residencial desenvolve sua identidade residencial, que influencia a percepção e avaliação da pessoa no seu presente imediato.

A este propósito, Moser (2005, p. 281) define a Psicologia Ambiental “[...] como sendo o estudo das interrelações entre indivíduo e seu ambiente físico e social, nas suas dimensões espaciais e temporais”. Neste caso, Alves e Bassani (2008) explicam que a Psicologia Ambiental é a inter-relação pessoa-ambiente dentro de uma relação recíproca.

Destaque-se que os autores utilizam o termo pessoa em vez de indivíduo no intuito de mostrarem os aspectos históricos, culturais, cognitivos, afetivos e também as diversas identidades (individual, social) nessas inter-relações estabelecidas com o ambiente.

Nestas condições, Moser (2001) cita que a Psicologia Ambiental busca analisar as percepções, os comportamentos, as atitudes individuais e coletivas em referência aos ambientes físicos e sociais onde estão inseridos no presente imediato. Por isso, é fundamental verificar as características da relação pessoa-ambiente nos seus vários níveis, dando-se ênfase, por exemplo, ao individual, vizinhança-comunidade, indivíduo-comunidade e social.

Segundo Mira, Stea e Elguea (2005), a Psicologia Ambiental é o estudo do comportamento humano na sua relação com o ambiente. Carvalho e Bassani (2011) afirmam

que para compreender essa relação é importante considerar conceitos como: percepção ambiental, cognição ambiental, estresse ambiental, atitudes pró-ambientais, desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e apropriação de espaço. Portanto, de acordo com Moser (2018, p. 10), fica claro que a Psicologia Ambiental “[...] interessa-se tanto pelos efeitos das condições ambientais sobre os comportamentos e condutas do indivíduo quanto pela maneira como o indivíduo percebe e age sobre o ambiente [...]”.

Neste ponto, de acordo com Pinheiro (2005), a Psicologia Ambiental se integra com diversas áreas do conhecimento como: Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Economia, Saúde e Ecologia. Assim, tal tese vem corroborar a ideia de Moser (2005, p. 282-283) segundo a qual:

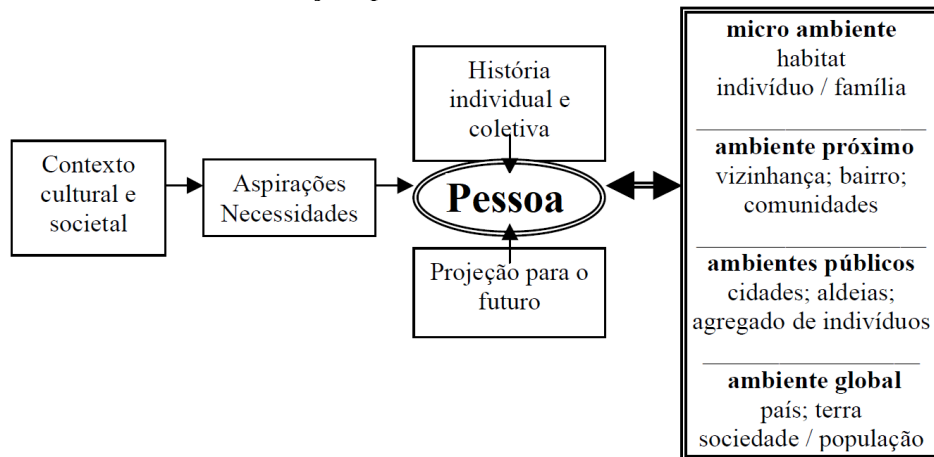
[...] a Psicologia Ambiental foi, e é [...] uma Psicologia do espaço, na medida em que ela analisa as percepções, as atitudes e os comportamentos do indivíduo em sua relação explícita com o contexto físico e social no qual ele evolui [...] a relação indivíduo-ambiente é analisada nos seguintes quatro níveis de referência espacial e social: 1) o micro-ambiente: o espaço privado, a moradia, implicando o indivíduo; 2) os ambientes de proximidade: os espaços partilhados semipúblicos, o habitat coletivo, o bairro, o lugar de trabalho, os parques e os espaços verdes, concernentes à comunidade de proximidade ou de vizinhança; 3) os ambientes coletivos públicos: as cidades, os vilarejos, e os povoamentos diversos, implicando os agregados de indivíduos; e 4) o ambiente global: o ambiente em sua totalidade, construído ou não, os recursos naturais e os concernentes à sociedade enquanto tal. Esta distinção é importante porque ela permite analisar a relação indivíduo-ambiente em termos da relação com o ambiente em suas dimensões físicas e precisar a relação com o outro que cada um dos diferentes níveis implica [...].

Com bases nesses conceitos, Moser (2018) esclarece que a Psicologia Ambiental surge para analisar as percepções, os pensamentos, os comportamentos, as atitudes e os afetos em uma relação explícita com o ambiente físico e social onde ocorre seu desenvolvimento evolutivo. Essa psicodinâmica se demonstra Organograma 1.

Para estudar as percepções das pessoas, na sua interação com o ambiente, a Psicologia Ambiental necessita definir qual o meio analisado para poder compreender as atitudes que se formam na relação da pessoa com o seu contexto. Segundo Moser (2018), tal possibilidade necessita da distinção dos níveis de análise socioespacial em que a pessoa está inserida. Esses níveis são apresentados no Quadro 1.

Uma vez detectado o nível a ser investigado, Moser (1998) afirma que o modo como a pessoa avalia e percebe o espaço influencia a forma de agir e, nesse sentido, a interação se diferencia de acordo com o local em que está inserida no presente imediato.

Organograma 1 – O contexto das relações pessoa-ambiente



Fonte: Adaptado de Moser (2018, p. 24).

Quadro 1 - Níveis de análise socioespacial

Nível	Ambiente físico	Ambiente social
Nível 1 – Micro ambiente	Espaço privativo: alojamento, espaço de trabalho.	Nível individual e familiar.
Nível 2 – Meso-ambiente	Os espaços compartilhados: espaço semi-públicos, hábitat coletivo, bairro, lugar de trabalho, parques, espaços verdes.	Nível interindividual e das coletividades de proximidade.
Nível 3 – Macro-ambiente	Ambientes coletivos públicos: cidades, aldeias, campo, paisagem.	Indivíduo/coletividade, comunidade, habitantes, agregados de indivíduos.
Nível 4 – Ambiente global	Ambiente na sua totalidade: ambiente construído e natural, recursos naturais.	Nível societal, sociedade e população.

Fonte: Moser (2018, p. 19).

Outro aspecto fundamental além do espaço é o tempo. Esse tempo se refere à longevidade da pessoa associado ao seu ciclo de vida. Nesse ponto, a Psicologia Ambiental enfatiza a noção de história na formação de uma identidade ambiental.

Tais referências precisam ser entendidas pela Psicologia Ambiental por meio do paradigma sociocultural. Esse paradigma utiliza as abordagens teóricas interacionais, transacionais, sistêmicas ou organísmicas (MOSER, 2018).

A abordagem utilizada para investigar o objeto de estudo pela Psicologia Ambiental é a interacional que, de acordo com Altman e Rogoff (1987), possui a ideia de compreensão psicológica voltada para uma predição e controle das atitudes das pessoas e seus processos psicodinâmicos no qual o foco de análise é a pessoa e o ambiente físico e social considerados como entidades distintas e inter-relacionadas.

A teoria interacionista explica o fenômeno através de dimensões dicotômicas por eventos antecedentes-consequentes (causa-efeito) nos quais o ambiente é uma variável independente (causa) e o psicológico a variável dependente (efeito). Nessa contingência, o

aspecto tempo serve como estrutura que identifica e descreve as transformações psicológicas (PASSIG, 2011).

Essa abordagem considera que o estresse é um processo relacional e não pode ser reduzido ao seu componente ambiental nem ao seu componente individual. O estresse é o resultado de uma relação dinâmica entre o indivíduo e as exigências do ambiente, os recursos individuais e sociais para responder a tais requisitos e a percepção que o indivíduo tem dessa relação. É um processo com o qual acontecimentos que ameaçam o bem-estar de um organismo, provocam respostas variadas, entre outros comportamentos de ajustamento perante uma ameaça. A reação provocada é uma resposta caracterizada das mudanças fisiológicas, mediante mudanças emocionais, e dos comportamentos dirigidos à redução do estresse. Estes processos envolvem todo o conjunto da situação, nela compreendidos a ameaça, a percepção da ameaça, os processos de ajustamento (*coping*) e a adaptação daí resultante [...] (MOSEER, 2018, p. 28).

A perspectiva interacionista dá importância à generalização e replicação dos resultados dos estudos. Igualmente, fundamenta-se na possibilidade e na necessidade de elaborar leis gerais para explicar o funcionamento psicológico, isto é, estuda a previsão e o controle do comportamento e também dos processos cognitivos com análise de eventos antecedentes e consequentes (PASSIG, 2011).

Enfim, o desafio aqui é compreender a relação do Desenvolvimento Regional com a Psicologia Ambiental. Assim, a universidade é o elo de ligação entre essas duas realidades para compreender a dinâmica entre desenvolvimento regional e as contingências ambientais para a promoção da saúde mental.

Fernandes (2011) afirma que a universidade tem um papel plural para o desenvolvimento regional, pois essa relação acontece pelo fator conhecimento. A contribuição é evidentemente nutritiva para o desenvolvimento regional, visto que acorda a responsabilidade social nessa relação.

2.3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Semelhante a várias outras palavras, o termo desenvolvimento é portador de uma polissemia no seu significado, acompanhando vários adjetivos desde econômico, humano, local, regional e nacional (BAZZANELLA, 2014).

Em razão disso, o estudo utiliza a definição de Furtado (2011) sobre desenvolvimento, que o denomina como a efetivação das valências positivas do ser humano na condução e expansão do seu potencial por meio do ajustamento criativo.

Isso acontece através da autodescoberta, da expansão das técnicas de produção, da elaboração de valores com responsabilidade e resultando na riqueza material e psicológica (espiritual), atingindo o nível mais amplo da coletividade de um dado corpo social.

O desenvolvimento do Brasil se baseia em um modelo que resulta na desigualdade de renda e também na falta de oportunidade à propriedade da terra, trabalho e educação (MELO; VIEIRA, 2015).

Baseado nessa proposição, de acordo com Oliveira (2010, p. 1), a:

[...] realidade do desenvolvimento econômico na Amazônia sempre produziu impactos sociais bastante significativos dadas as suas especificidades socioambientais [...] O Amapá, no âmbito deste debate, pode ser tomado como modelo de reflexão desses processos onde o desenvolvimento tem como contrapartida a elevação de índices de exclusão e violência social: o Estado [...].

A partir das ideias expostas, Feitosa *et al.* (2018) colocam o diálogo sobre a dimensão espacial da vulnerabilidade estabelecida. A preocupação é compreender as inter-relações entre indivíduo-ambiente.

Tal busca pretende entender que essa relação se torna fundamental no panorama da crise ambiental e é intensificada pela cultura do consumismo, estimulada pelo sistema capitalista de desenvolvimento, afinal, esse é um dos espaços onde a economia capitalista prospera com a decadência do bem-estar humano, social e da natureza.

Na percepção de Corrêa, Silveira e Kist (2019), o espaço se desenvolve pela reprodução do total social, pois as mudanças são postas pelos desejos sociais, econômicos e políticos. Assim sendo, há reprodução de si mesmo no interior de sua unidade, isso atrelado ao modo de produção. Contudo, ele influencia diversas estruturas na sua evolução, isso é primordial na unidade social e em sua dinâmica.

Nessa explicitação sobre o espaço, a região precisa ser compreendida enquanto um processo de interações de dimensões como produção e percepção que abrange o espaço (CUNHA; SIMÕES; PAULA, 2005). Nesse princípio, segundo Corrêa, Silveira e Kist (2019), é necessário entender desenvolvimento regional como região resultante de um processo histórico que se modela ao longo do tempo. Existem, deste modo, mudanças nos alicerces das estruturas sociais e econômicas junto com as atitudes dos vários atores existentes na região.

De acordo com Velasco (1996), os governos precisam verdadeiramente centralizar suas ações no desenvolvimento do sistema educacional para incentivar as interações indústria-universitária e também o desenvolvimento infraestrutural relacionado aos aspectos físico, social e tecnológico. Tudo isso para a sedução dos responsáveis pelos investimentos. Essa é a

maneira de atrair que os governos versados adotam, o que, atualmente, contribui para potencializar as qualidades dos municípios (regiões) para os investidores locais e externos.

Logo, o desenvolvimento regional, por meio das políticas estatais, necessita se associar junto a um planejamento e controle de qualidade do meio ambiente, com a repartição de benefícios sociais (educação e saúde), mas essa ação não poderá ser mediada por modelos tradicionais de norma de planejamento visto que esses modelos não adotam as inter-relações dos aspectos naturais e culturais da região (INACIO *et al.*, 2013).

O desenvolvimento de uma região se associa ao estado de saúde enquanto potencializador dela em vários níveis. Nesse sentido, a saúde vem em destaque para o aspecto social, pois possibilita o bem-estar da população (NUSKE *et al.*, 2017)

Além disso, Boisier (1996) reconhece que para uma região se desenvolver precisa de inter-relações de diversos componentes, presentes nela mesma. Isso se explicita quando o autor afirma que os componentes se inter-relacionam de maneira densa ou difusa, aleatória ou inteligente/estruturadas. Portanto, o desenvolvimento é um produto de uma inter-relação densa e inteligente integrado ao projeto político regional. Do contrário, o desenvolvimento seria meramente uma “caixa preta” onde apenas existe o desconhecido e impalpável.

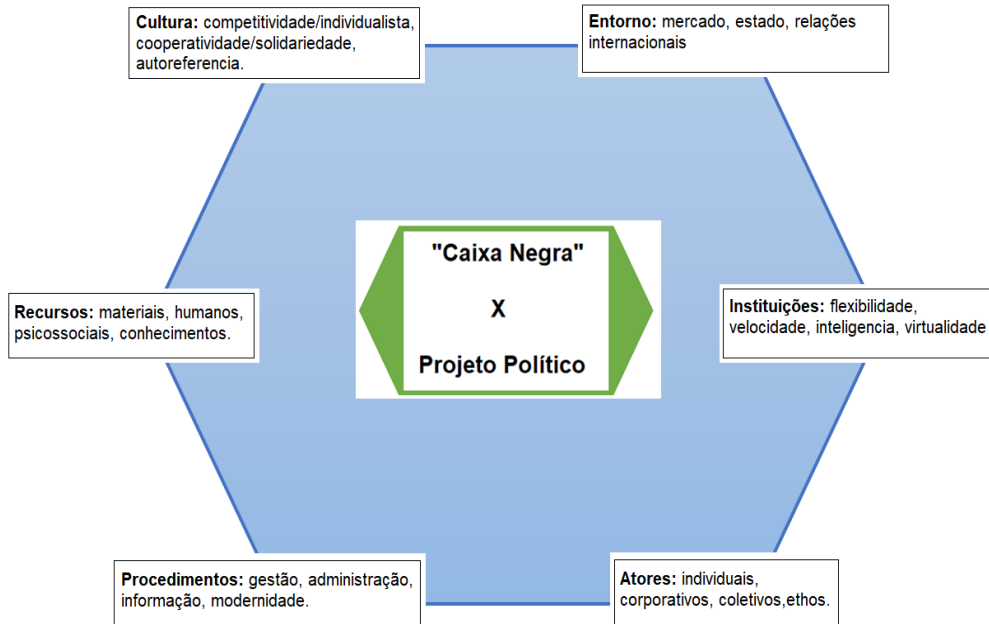
O êxito para o desenvolvimento de uma região se constrói com a comunidade incluída e integrada nela, com enaltecimento das suas qualidades locais (CARDOSO; RIBEIRO, 2002). O desenvolvimento regional, portanto, é um binômio que serve para se entender as várias estruturas sociais (vida, bairro, cidade, município). Com isso, percebem-se os aspectos históricos e sua dialética temporal, além de espacial de cada região, são influenciadores nas transformações em uma região, isso faz com que a realidade esteja em constante transformação de modo onde o desenvolvimento se mantenha constante (LONGHI, 2012).

Essas ideias fazem considerar que o desenvolvimento regional circunde dentro de uma dinâmica de equilíbrio, isto é, a necessidades de uma região apresente uma efemeridade de demanda. Assim, suas estruturas sociais formadoras se modifiquem constantemente, e isso faz o desenvolvimento mudar seu processo ao longo do tempo na construção do aumento das melhorias da região. Portanto, para ajudar uma região, precisa-se pensar de maneira global e integrada.

De acordo com Boisier (1996), esse contexto se expressa no Hexágono do Desenvolvimento Regional (HDR). Trata-se de um esquema de análise apropriado para se conhecer um determinado local, com a ideia de arquitetar estratégia e projeto para o desenvolvimento de uma região. Esse esquema se articula nos seguintes componentes: atores,

instituições, cultura, procedimentos, recursos e entorno. Isso é demonstrado no Organograma 2.

Organograma 2 – Hexágono do Desenvolvimento Regional



Fonte: Adaptado de Boisier (1996).

Na ideia do autor, os atores são agentes categorizados por sua origem individual, corporativa e coletiva dentro do processo de desenvolvimento no qual o individual se refere aos participantes da sociedade civil com lugar de poder e influência no contexto regional. Os corporativistas são os sindicalistas, empresários e estudantes legitimados por lei. Os atores coletivos se configuram como movimentos sociais regionais. Todas essas categorias são fundamentais para determinar o *ethos* das categorias dos atores.

A cultura no âmbito regional se caracteriza em cultura do desenvolvimento que se manifesta de modo antagonista, na qual predomina a cultura competitiva individualista com produção do crescimento e não do desenvolvimento. Há outros locais onde as prestações da cultura cooperativa solidária se constrói com equidade, mas sem crescimento. Por fim, o fundamental é desvendar os padrões culturais em que esses tipos de cultura se integram (BOISIER, 1996).

O componente recursos implica a produção de desenvolvimento, e aqueles são caracterizados como: recursos materiais, humanos, psicossociais e de conhecimento. O primeiro trata dos recursos naturais, infraestrutura e capital. O segundo, da quantidade e qualidade dos recursos humanos que estabelecem o vínculo regional junto à contemporaneidade. O terceiro expressa os aspectos relacionados à autoconfiança coletiva,

aspiração, consenso e perseverança. Estes elementos são visíveis geralmente nas localidades das regiões. Finalmente, o quarto trata do conhecimento, que é a parte primordial no desenvolvimento desse século, denominado de sociedade do conhecimento (BOISIER, 1996).

Na percepção desse autor, as instituições surgem para estimular o desenvolvimento pelo exame da institucionalidade regional. Então, o enfoque aqui não se associa apenas à lista de instituições privadas e públicas, analisa o quanto são flexíveis, velozes, inteligentes e virtuais (BOISIER, 1996).

Para Goebel e Miura (2004), em cidades caracterizadas por serem pequenas ou de médio porte, nas quais vários serviços de bem de consumo florescem (restaurantes, livrarias, bares, shopping, transportes e alojamentos), as universidades têm um papel fundamental. Sendo que tudo isso resulta no desenvolvimento e no surgimento de trabalhos no entorno, como também dentro da universidade.

O aspecto flexibilidade institucional objetiva adequar em geral a realidade de instabilidade ambiental junto às instituições. O outro item é a velocidade que procura o *input* e *output* associado a acordos junto ao sistema de redes com intuito de proporcionar oportunidades para o entorno, pois este se transforma muito rapidamente. Já a inteligência institucional é a maneira de se articular com outras instituições. Agora a virtualidade vem processar operações *ad hoc* em contextos específicos para criar estratégias nos conceitos regionais (BOISIER, 1996).

Em relação ao componente procedimentos do HDR, este diz respeito à natureza da gestão do governo territorial. Essa perspectiva expressa o modo de condução e manejo dos serviços junto à comunidade dentro de uma região (BOISIER, 1996).

O último componente é o entorno, que representa o meio externo à uma região com sua variedade de organismos sem domínio, apenas com influência em um processo de articulação e retroalimentação entre Estado e a teia de relações institucionais (BOISIER, 1996).

A universidade, por meio do seu entorno, produz vantagens para o capital financeiro local visto que essa instituição compreende um corpo de pessoal altamente qualificado com proximidade em áreas que são procuradas pelo consumidor, fornecendo para os municípios infraestrutura hospitalar, escolar, de lazer, cultural, de telecomunicação e transporte, tornando-se, assim, elemento atrativo para a população em geral querer se estabelecer nessa região (MORAES, 2000).

No esquema do HDR, fica explícito que o desenvolvimento de um território se estrutura na modernização dos componentes para produção de um projeto de coletividade com

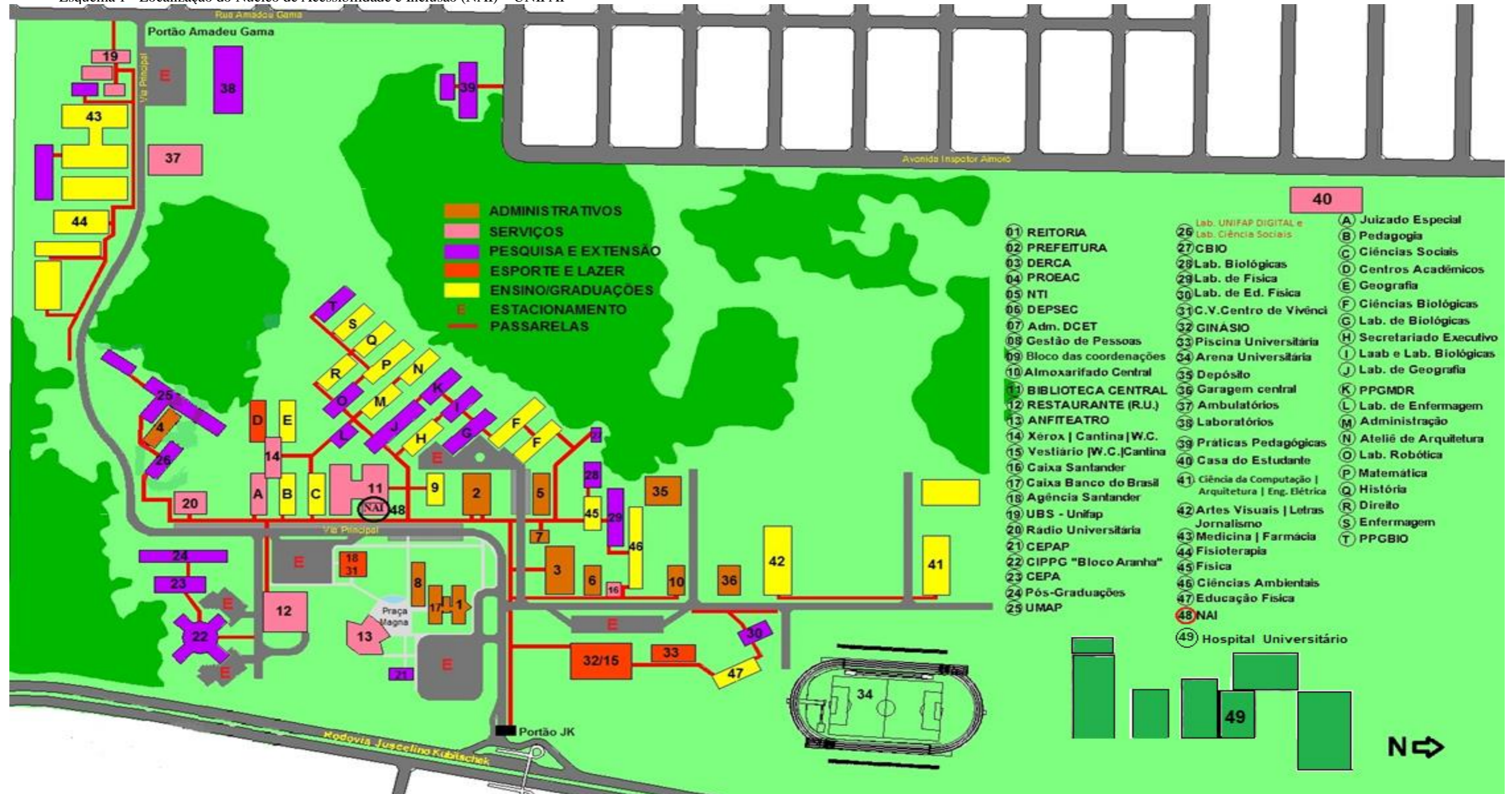
articulações e diretividade. Segundo Goebel e Miura (2004), a produção de tecnologia e/ou de desenvolvimento de processos gera contexto vantajoso, sendo atrativo de interesses e para o aparecimento interno de novos empreendimentos.

Dessa forma, a região onde está localizada a UNIFAP, instituição na qual se realizou o estudo, é o município de Macapá. De acordo com Correio e Correio (2016), essa cidade possui o modelo de desenvolvimento capitalista globalizado, neodesenvolvimentista e social de exclusão. No Produto Interno Bruto (PIB), a economia do município se alicerça no setor de serviços e comércio, com uma alta magnitude do trabalho informal.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Campus Marco Zero, no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), que está localizado ao lado da Biblioteca central, em Macapá (UNIFAP, 2010a) (ESQUEMA 1).

Esquema 1 - Localização do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) – UNIFAP



Fonte: Adaptado UNIFAP (2010a).

3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO NAI NA UNIFAP – CAMPUS MARCO ZERO

A Fundação Universidade Federal do Amapá tem sua origem em 1970, com o nome Núcleo Avançado de Ensino (NEM), vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA) (UNIFAP, 2021a).

Ela é instituída como Universidade em 1986, através da Lei nº 7.530, de 29 de agosto do mesmo ano, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Amapá (BRASIL, 1986). Contudo, somente começa suas atividades no Campus Marco Zero em 1990, legitimada pelo Decreto nº 98.997 de 1990 (BRASIL, 1990).

Nesse sentido, inicia a sua oferta de vagas no ano de 1991 com os seguintes cursos: Direito, Secretariado Executivo, Geografia, História, Matemática, Letras, Educação Artística e Enfermagem, estando localizada na Rodovia Juscelino Kubitschek, km 02 – Jardim Marco Zero (UNIFAP, 2021a).

O NAI de acordo com seu Projeto Pedagógico do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão tem sua origem quando ressalta

[...] que o projeto de criação do Núcleo de Acessibilidade na Educação Superior, aprovado através do Edital Incluir/2008, foi no valor de 120 mil reais, para inicialmente se fazer a acessibilidade física e pedagógica nesta instituição, e conseqüentemente participar de outros editais para a captação de recursos tendo em vista o desenvolvimento de suas ações, uma vez que, as ações do Núcleo são a curto, médio e longo prazos, cujos objetivos permitirão a estimulação e a promoção da inclusão e da acessibilidade na Universidade (UNIFAP, 2009, p. 4, 5).

No mês de junho de 2010, pela Resolução nº 09 foi instituído o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) (UNIFAP, 2010b). E o seu regimento foi aprovado pela Resolução nº 21, de 27 de setembro de 2016, no qual se lê:

Art. 1. O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) é um órgão suplementar, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC), da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), que visa atender aos acadêmicos com deficiência dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação de todos os campi da UNIFAP (UNIFAP, 2016b, p. 2).

O NAI tem a função de assessorar as decisões com objetivo de concretizar a Política Nacional de Educação Especial no ensino superior do ponto de vista da Educação Inclusiva, no domínio da UNIFAP. Ainda nessa ideia, segundo o Art. 3, o NAI apresenta sua estrutura organizacional da seguinte maneira: Coordenação, Secretaria Executiva, Divisão de Serviço

Educacional Especializado e de Apoio Psicopedagógico, Divisão de Desenvolvimento de Material Didático e Pedagógico Acessível (UNIFAP, 2016b) (ESQUEMA 2).

Além disso, de acordo com seu Art. 2, o NAI expressa as seguintes atribuições:

Art. 2. São atribuições do NAI:

I - Atuar como órgão suplementar da PROEAC para sistematizar as ações institucionais relativas à política de educação inclusiva na educação superior.

II - Realizar atendimento individual e/ou grupal aos acadêmicos com deficiência e/ou mobilidade reduzida estabelecida pela lei nº 10.098/2000 em seu art. 2º, inciso III e IV.

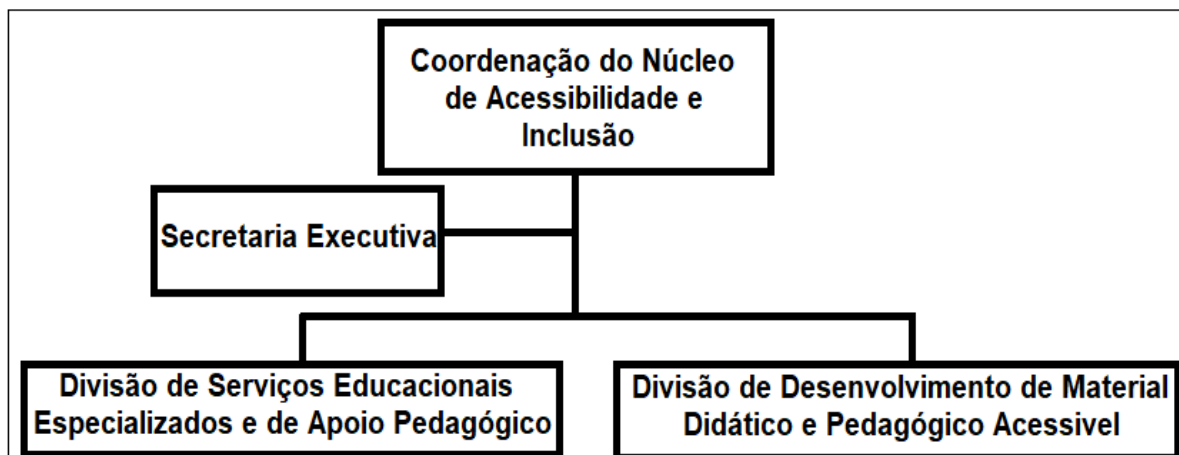
III - Prestar informações a respeito da política de educação inclusiva na educação superior para estabelecer parcerias com outras instâncias da UNIFAP e com organizações externas.

IV - Zelar pelo cumprimento da legislação vigente relacionada à acessibilidade na educação superior.

V - Prestar assessoramento as Pró-Reitorias, Departamentos Acadêmicos, Unidades de Trabalho da UNIFAP, como esfera consultiva no que se refere as demandas de acessibilidade pedagógica, atitudinal e de comunicação na educação superior.

VI - Apoiar a produção de conhecimento e divulgar práticas sobre educação inclusiva na educação superior (UNIFAP, 2016b, p. 2).

Esquema 2 - Organograma do NAI/UNIFAP



Fonte: Adaptado UNIFAP (2016b).

Assim, nas suas atividades até o início de 2018, o NAI era formado por seis salas, uma secretaria, uma copa, e dois banheiros adaptados, como pode ser observado na Planta Baixa 1.

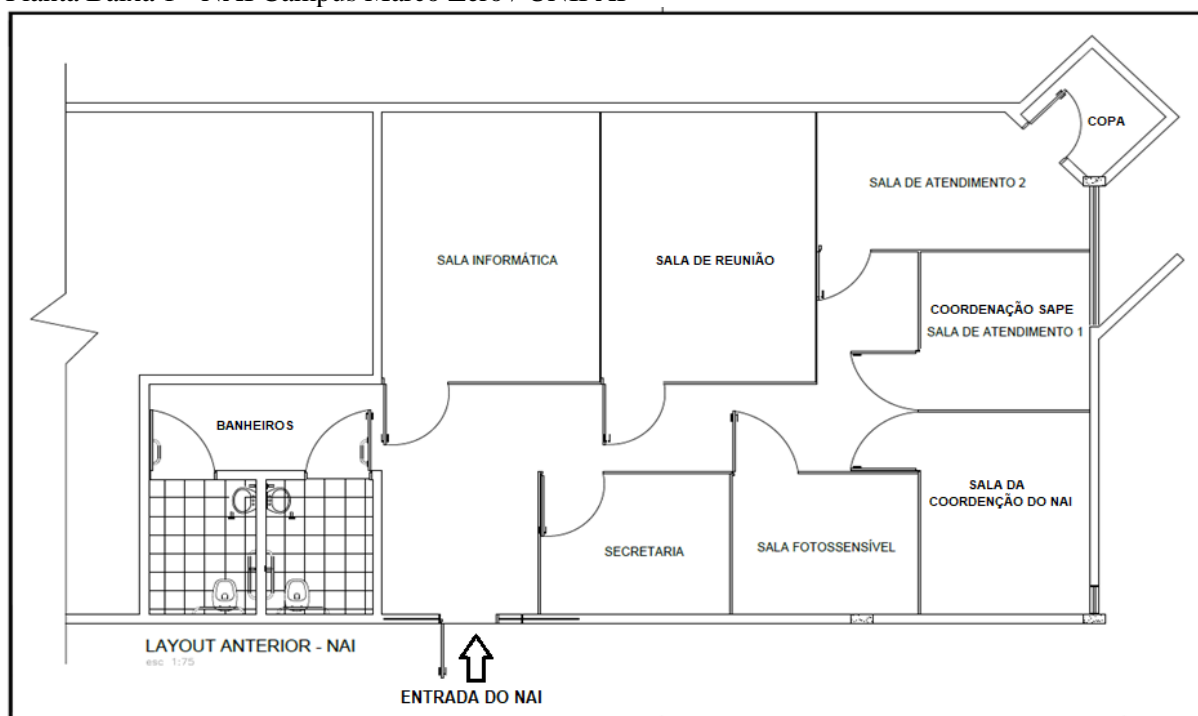
Atualmente, o espaço do NAI é formado por seis salas, uma secretaria, uma copa, um depósito e dois banheiros, como pode ser observado na Planta Baixa 2.

Um ponto importante do NAI é a Divisão de Serviço Educacional Especializado e de Apoio Psicopedagógico, os quais têm a responsabilidade do atendimento especializado e de apoio psicopedagógico, possuindo o objetivo de promover a permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior (UNIFAP, 2016b).

O Projeto de Atendimento Psicopedagógico incluído no NAI é ampliado com a implantação do Serviço de Atendimento Psicopedagógico (SAPE). Seu registro foi estabelecido pelo nº 0333/2012, junto ao Departamento de Pesquisa da UNIFAP. A finalidade do projeto,

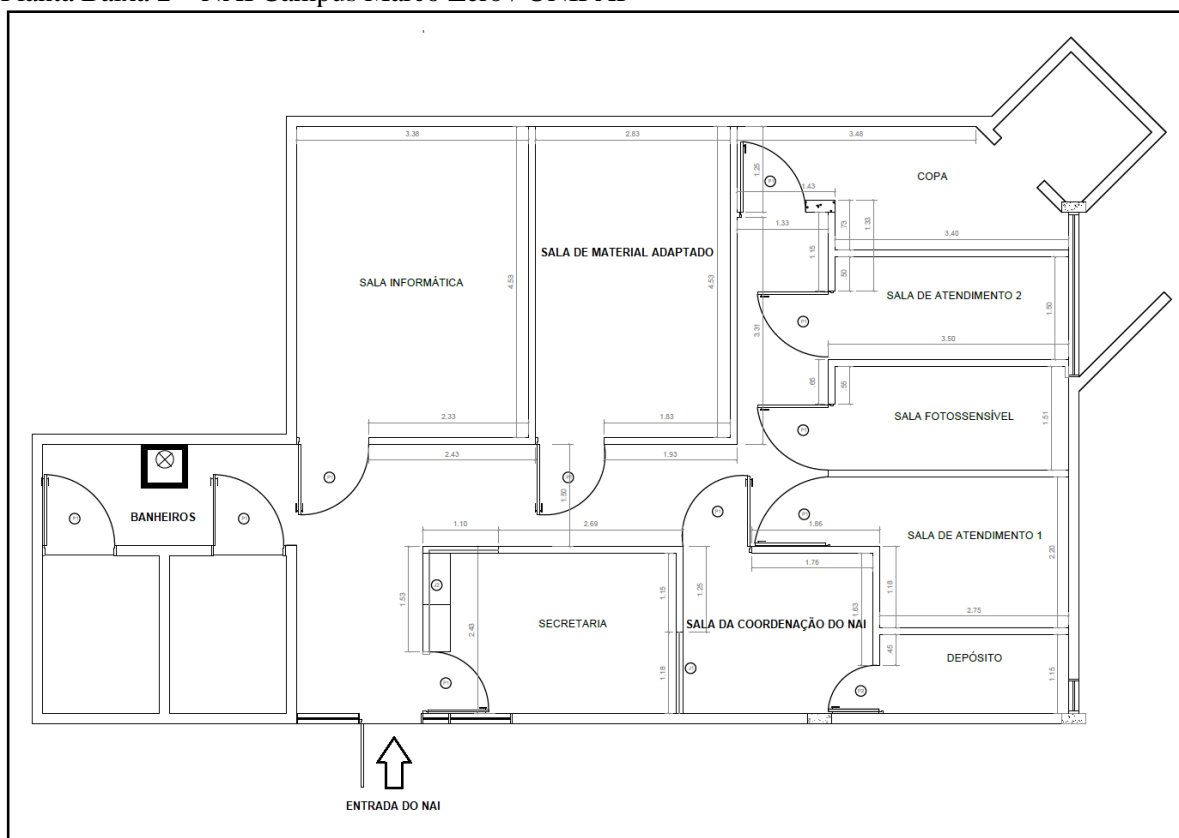
[...] é assistir pedagogicamente ao estudante por meio de ações e projetos específicos de acompanhamento, que garantam o atendimento de suas demandas básicas com vistas ao bom desempenho acadêmico e profissional. O processo de inclusão é possível, para tanto, faz-se necessário romper com modelos tradicionais e alavancar a mudança de paradigmas, construindo e redimensionando uma nova realidade que atenda com eficácia e eficiência as pessoas com deficiências em sala de aula, assegurando a construção do conhecimento e da aprendizagem significativa (UNIFAP, 2016a, p. 1).

Planta Baixa 1 - NAI Campus Marco Zero / UNIFAP



Fonte: Adaptado de UNIFAP (2019a).

Planta Baixa 2 – NAI Campus Marco Zero / UNIFAP



Fonte: Adaptado de UNIFAP (2019b).

Em 2020, de acordo com o NAI (UNIFAP, 2021b), dos 1.400 novos estudantes que ingressaram nesse ano, cerca de 267 estudantes de graduação e pós-graduação são portadores de necessidades especiais (PNE). O NAI, para conseguir atender essa demanda, organizou a entrega de material didático adaptado em modo de texto ou áudio. O Núcleo também continua com o apoio psicopedagógico e psicológico aos estudantes que necessitam desses serviços.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente seção se estrutura para explicar os procedimentos metodológicos sistematizados, a partir dos objetivos estabelecidos, que auxiliaram na verificação do problema proposto pela dissertação. Mostram-se as análises adotadas nesta investigação, considerando as técnicas e instrumentos de coleta de dados, análise e interpretação dos resultados.

4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa adotada para realizar o estudo se classifica como pesquisa descritiva. Esta tem a finalidade de delinear características de uma população ou fenômeno, isto é, relações entre variáveis dependentes e independentes (GIL, 2002).

A pesquisas descritiva tem como objetivo de estudo caracterizar determinado grupo enquanto escolaridade, idade, sexo, renda e saúde física e mental (GIL, 2008).

4.2 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Os procedimentos técnicos utilizados foram a pesquisa documental e bibliográfica. Justifica-se a utilização desse modelo de pesquisa, uma vez que a coleta por meio de entrevistas usando formulários, escalas e inventário *in loco* ficou impossibilitada, por conta do período pandêmico que se vive.

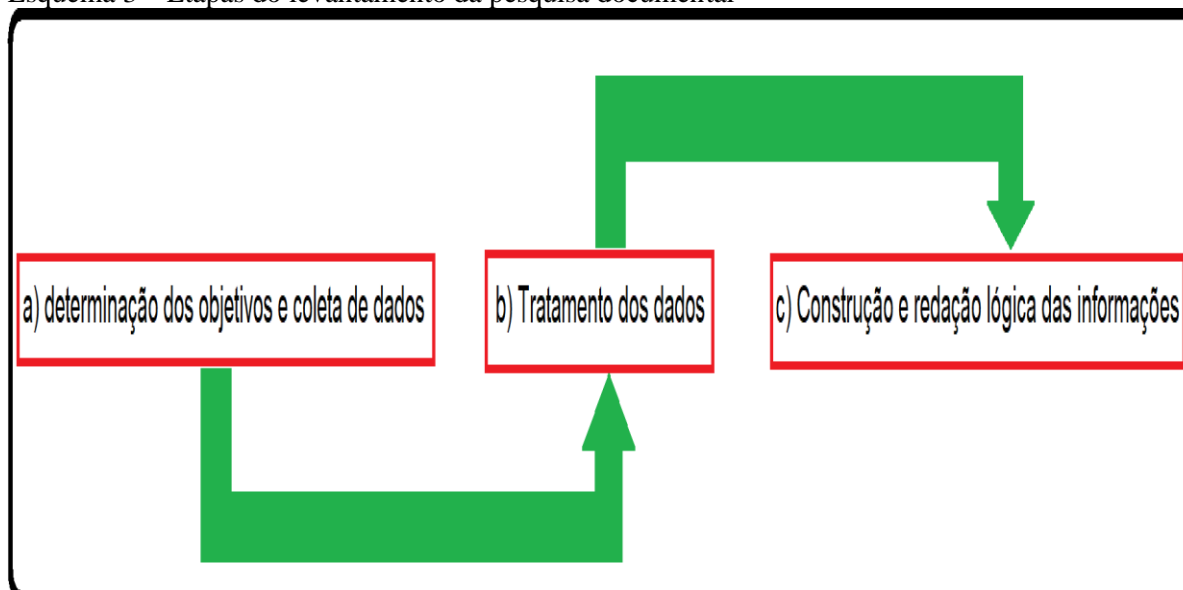
O delineamento de pesquisa documental se caracteriza por utilizar material de primeira mão, ou seja, que não recebeu nenhuma análise, o que proporcionou a elaboração analítica segundo o objeto de estudo. Entretanto, documentos de segunda mão também foram utilizados. À diferença dos primeiros, estes já foram analisados em algum instante (GIL, 2002). De acordo com Oliveira (2008) a pesquisa documental se caracteriza “[...] pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação”. (p. 69).

Já a pesquisa bibliográfica busca a concatenação das fontes de dados da literatura de maneira a integrar as informações do tema vigente do estudo. A partir disso, há o apanhado de fontes secundárias com análises estabelecidas de maneira científicas como: artigos de revistas científicas, monografias, dissertações e teses (GIL, 2002; 2008).

4.2.1 Levantamento de dados documentais

Todo o estudo com documentos se organizou em etapas, segundo Gil (2002), conforme pode ser observado no Esquema 3.

Esquema 3 – Etapas do levantamento da pesquisa documental



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

4.2.1.1 Etapas do levantamento de dados documentais

a) Determinação dos objetivos e coleta de dados

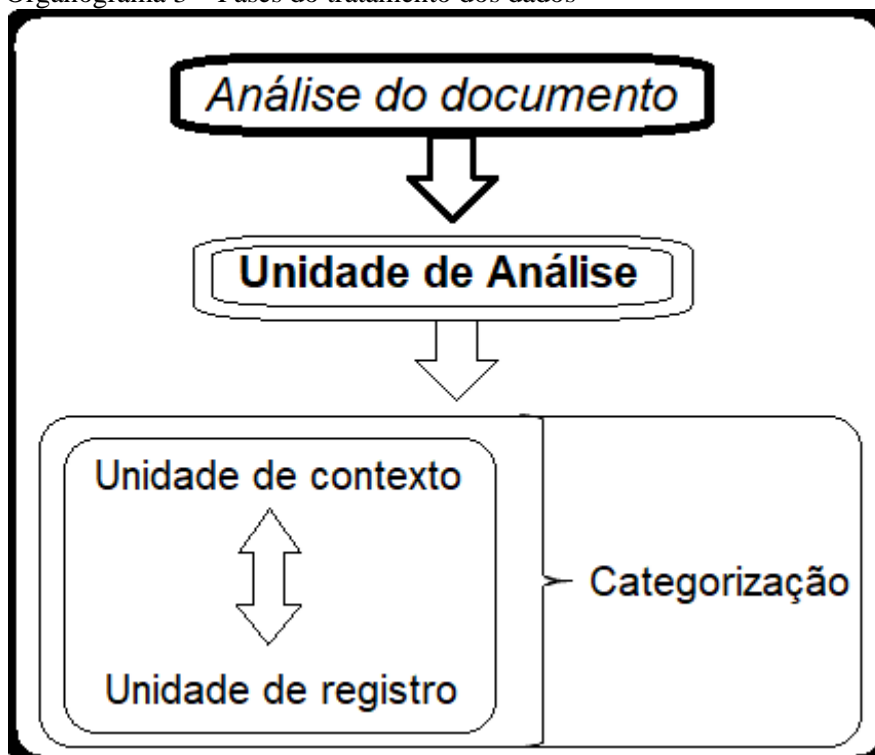
Inicialmente, foram definidos os objetivos associados aos da dissertação para coletar os dados. A partir dessa definição, ocorreu solicitação formal por requerimento impresso conforme Apêndice A e também a resposta do requerimento de acordo com o Anexo A pela coordenação do NAI *in loco*, a fim de que pudesse fornecer as informações necessárias para a pesquisa, onde começou a coleta das informações, momento em que foi utilizada a Planilha de informações sobre o atendimento do Projeto SAPE.¹

b) Tratamento dos dados

¹ Ocorreu solicitação formal por requerimento impresso para o coordenador do NAI *in loco*, a fim de que pudesse fornecer as informações necessárias para a pesquisa.

Esse momento se constitui em fases específicas, como observado no Organograma 3. Isso após a realização da seleção dos dados da Planilha de informações sobre atendimento do Projeto SAPE, momento em que foram sistematizadas as informações desse documento.

Organograma 3 – Fases do tratamento dos dados



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Gomes (2007).

Conseqüentemente, as unidades de análise escolhidas por conveniência se basearam nas integrações de contexto da planilha de atendimento, pois dizem respeito a partes como parágrafos e documento inteiro. Também foram utilizadas as unidades de registro que se referem aos componentes adquiridos por meio da decomposição do conglomerado de informações incluído na planilha (GOMES, 2007).

Após essas fases, ocorreu a categorização que diz respeito à classificação das informações, momento que foi definido previamente após o processo de leitura dos documentos dentro de uma perspectiva compreensiva (BRAVO, 1991). Dessa maneira, elegeram-se as seguintes categorias: demanda (queixa), sexo biológico, curso, e campus universitário.

c) Construção e redação lógica das informações

Nesse item, foi realizada a descrição das informações através da construção de gráficos e tabelas, que estão expostos na redação desta dissertação, na seção que tratou dos resultados e discussão.

4.2.2 Levantamento bibliográfico

Na investigação bibliográfica, adotaram-se critérios para seleção de livros, artigos, dissertações e teses. As buscas foram realizadas em quatro bases eletrônicas: *Scielo*, *Bireme*, *Lilacs* e *Google Acadêmico*. Também foram selecionados materiais escritos em português, espanhol e inglês.

A pesquisa nas bases de dados citados utilizou-se de termos livres, pois existem problemas e diferenças na indexação das bases de dados bibliográficas eletrônicas. Por isso, utilizou-se o uso de termos livres (descritores). Essa estratégia favoreceu a busca e a recuperação em quantidade maior de conteúdos referenciais. O resultado foi a detecção de muitos conteúdos publicados.

Em relação a esses procedimentos, Gil (2002) compreende a existência dos seguintes passos para pesquisa bibliográfica: leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa. E a respeito de cada uma dessas modalidades, o autor as define nos seguintes termos:

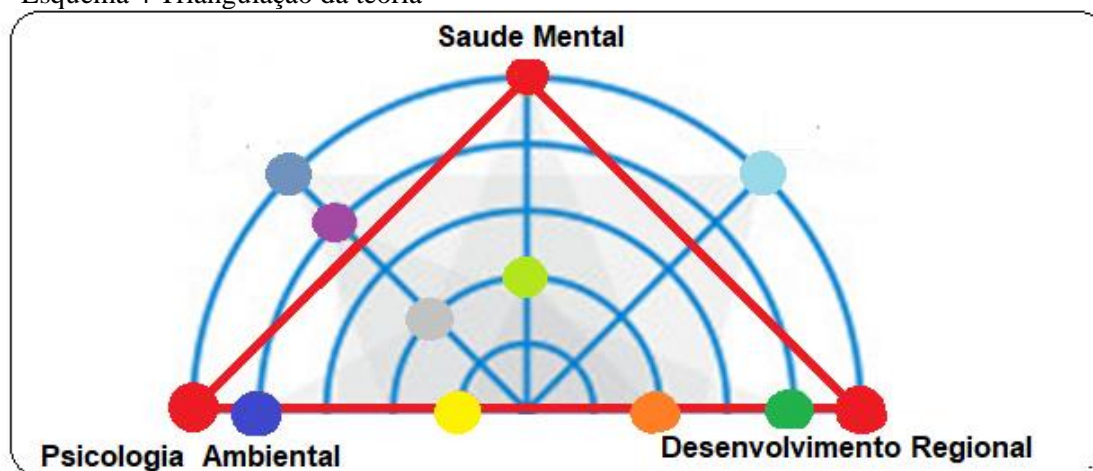
- a) Leitura exploratória: busca verificar o quanto a obra literária que foi consultada é importante para o estudo;
- b) Leitura seletiva: diz respeito à deliberação do material consultado que importa ao estudo associada aos seus objetivos;
- c) Leitura analítica: é realizada a partir dos materiais selecionados, com adição e exclusão de materiais. Tem a finalidade de sistematizar e resumir os dados dos materiais selecionados de modo a responder ao problema da pesquisa;
- d) Leitura interpretativa: é a última fase das leituras das fontes bibliográficas. Tem a finalidade de relacionar as ideias dos autores em relação ao problema de pesquisa com intuito de propor soluções, buscando aferir sentidos amplos aos resultados da leitura analítica.

Após essas leituras, adotou-se o processo de triangulação. Segundo Flick (2009) sugere, o sujeito investigador tem várias perspectivas teóricas sobre a questão norteadora da pesquisa. Com isso, a triangulação pode produzir diferentes conhecimentos nos mais variados níveis desde o mais específico até o mais geral, em que se pode considerar diversas

analogias conceituais para sustentar as explicações plausíveis no estudo do fenômeno científico investigado.

De acordo com Jensen e Jankowski (1993), existem alguns tipos triangulação, que são: de dados, investigador, teoria e métodos. Nesse estudo, foi adotada a triangulação de teoria, pois implica em uma investigação do objeto de estudo nas perspectivas tanto conceituais como de distintas teorias para ajudar a compreender melhor as suas singularidades, conforme sugere o Esquema 4.

Esquema 4 Triangulação da teoria



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Sendo assim, foram realizadas análises por identificação de posicionamento das teorias [Saúde Mental, Psicologia Ambiental e Desenvolvimento Regional], que se interseccionam entre si [triangulação] (PATTON, 2002).

Na triangulação das teorias, as informações são abordadas a partir de percepções teóricas com suas diversas hipóteses com empréstimos de padrões teóricos disciplinares cujo intuito é o de trazer explicações sobre o fenômeno estudado (FLICK, 2009).

Após esses procedimentos, construíram-se quadros para apresentar os resultados e posteriormente fazer a discussão de maneira a analisar as convergências das teorias (autores) sobre Saúde Mental, Psicologia Ambiental e Desenvolvimento Regional.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOCUMENTAL POR DEMANDA, SEXO BIOLÓGICO, CURSO E CAMPUS DOS ESTUDANTES REGISTRADOS PELO SAPE NO NAI NO CAMPUS MARCO ZERO

A distribuição da amostra por demanda do SAPE, por Curso, no período de 2012 a 2019, na UNIFAP, Campus Marco Zero, é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 - Total de estudantes registrado no SAPE por Curso no Período de 2012 a 2019 na UNIFAP, Campus Marco Zero

ID	Cursos	Número Absoluto	%
1	Administração	7	2,31
2	Arquitetura e Urbanismo	11	3,63
3	Artes	0	0,00
4	Artes Visuais	12	3,96
5	Ciência da Computação	2	0,66
6	Ciências Ambientais	3	0,99
7	Ciências Biológicas	16	5,28
8	Ciências Sociais	24	7,92
9	Direito	5	1,65
10	Educação Física	14	4,62
11	Enfermagem	22	7,26
12	Engenharia Civil	3	0,99
13	Engenharia Elétrica	5	1,65
14	Farmácia	13	4,29
15	Física	12	3,96
16	Fisioterapia	11	3,63
17	Geografia	6	1,98
18	História	8	2,64
19	Jornalismo	17	5,61
20	Letras PT/FR – PT/ENG	30	9,90
21	Letras Libras	2	0,66
22	Licenciatura Indígena	0	0,00

Tabela 1 – continuação

ID	Cursos	Número	
		Absoluto	%
23	Matemática	8	2,64
24	Medicina	16	5,28
25	Pedagogia	18	5,94
26	Química	5	1,65
27	Relações Internacionais	12	3,96
28	Teatro	16	5,28
29	Tecnologia em Secretariado	5	1,65
TOTAL		303	100,00%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

Por meio das informações obtidas com a pesquisa documental, foi possível identificar o perfil dos acadêmicos que solicitaram serviço psicopedagógico no NAI para o atendimento no SAPE.

Foram registrados 303 acadêmicos da UNIPAP, Campus Marco Zero. Entre esses, 30 estudantes são do curso de Letras Português/Frances e Português/Inglês, ou seja, 9,9% do total, 7,92% (24) dos estudantes compõem o curso de Ciências Sociais, 7,26% (22) o de Enfermagem, 5,94% (18) são de Pedagogia, 5,61% (17) de Jornalismo, 5,28% (16) de Ciências Biológicas, 5,28% (16) de Medicina, 5,28% (16) de Teatro, 4,62% (14) de Educação Física, 4,29% (13) de Farmácia, 3,96% (12) de Artes Visuais, 3,96% (12) de Física, 3,96% (12) de Relações Internacionais, 3,63% (11) de Fisioterapia, e 3,63% (11) do Curso de Arquitetura e Urbanismo, conforme a Tabela2.

Tabela 2 - Total de estudantes registrado no SAPE por Curso no Período de 2012 a 2019 na UNIFAP, Campus Marco Zero

Cursos	Masculino		Feminino		Total	
	NA	%	NA	%	NA	%
Letras PT/FR – PT/ENG	8	2,64	22	7,26	30	9,90
Ciências Sociais	9	2,97	15	4,95	24	7,92
Enfermagem	0	0,00	22	7,26	22	7,26
Pedagogia	2	0,66	16	5,28	18	5,94
Jornalismo	6	1,98	11	3,63	17	5,61

Tabela 2 – continuação

Cursos	Masculino		Feminino		Total	
	NA	%	NA	%	NA	%
Ciências Biológicas	3	0,99	13	4,29	16	5,28
Medicina	6	1,98	10	3,30	16	5,28
Teatro	7	2,31	9	2,97	16	5,28
Educação Física	3	0,99	11	3,63	14	4,62
Farmácia	1	0,33	12	3,96	13	4,29
Artes Visuais	4	1,32	8	2,64	12	3,96
Física	8	2,64	4	1,32	12	3,96
Relações Internacionais	4	1,32	8	2,64	12	3,96
Arquitetura e Urbanismo	6	1,98	5	1,65	11	3,63
Fisioterapia	2	0,66	9	2,97	11	3,63
História	3	0,99	5	1,65	8	2,64
Matemática	2	0,66	6	1,98	8	2,64
Administração	5	1,65	2	0,66	7	2,31
Geografia	4	1,32	2	0,66	6	1,98
Direito	2	0,66	3	0,99	5	1,65
Engenharia Elétrica	3	0,99	2	0,66	5	1,65
Química	2	0,66	3	0,99	5	1,65
Tecnologia em Secretariado	2	0,66	3	0,99	5	1,65
Ciências Ambientais	1	0,33	2	0,66	3	0,99
Engenharia Civil	1	0,33	2	0,66	3	0,99
Ciência da Computação	2	0,66	0	0,00	2	0,66
Letras Libras	1	0,33	1	0,33	2	0,66
Artes	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Licenciatura Indígena	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	97	32,01	206	67,99	303	100,00

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

Em presença do que foi exposto, pode-se inferir que os acadêmicos dos cursos da área da licenciatura e saúde têm alterações significativas em seus estados de bem-estar. Isto mostra o *locus* psicomatizante da realidade deles na sua dinâmica dentro do Ensino Superior.

Esse público, de maneira geral, está em situação de vulnerabilidade ao aparecimento de algum tipo de transtorno mental.

Os dados contidos no estudo de Vasconcelos *et al.* (2015), sobre transtornos mentais que acometem discentes universitários, mostram o surgimento de tais transtornos no intervalo de 15 a 25% dessa população. Ainda sobre essa realidade, tanto Carvalho *et al.* (2015) quanto Borine, Wanderley e Bassitt (2015) vêm demonstrar que aspectos como o curso e a área do conhecimento representam indicadores de prevalência para verificar incidências de transtornos mentais no Ensino Superior.

Nota-se que o acometimento do sofrimento psicológico dentro de sua ocorrência em discentes universitários apresenta-se em áreas e cursos onde o objeto de investigação envolve mais a subjetividade (homem) (CERCHIARI; CAETANO; FACCENDA, 2005).

No entanto, a educação, principalmente no Ensino Superior, possui acertada responsabilidade sobre competitividade, expectativas sociais na formação do estudante e no seu individualismo.

Por isso, as IES precisam se dispor a verificar as características do perfil de seus acadêmicos para poder formular estratégias para o enfrentamento das dificuldades de seu público dentro do contexto de ensino, a fim de contribuir para a melhora da sua qualidade de vida (ROZEIRA *et al.*, 2018).

Nessa ideia, as IES necessitam se sensibilizar para o desenvolvimento integral e global dos seus acadêmicos. O resultado dessa perspectiva é a elaboração de proposições preventivas que proporcionem o bem-estar desse público (CUNHA; CARRILLO, 2005).

Carleto *et al.* (2018) afirmam que as IES são lugares de representações de bem-estar e de promoção de saúde para os acadêmicos como também de sofrimento psicológico, nomeadamente quando não há o incentivo do desenvolvimento da qualidade de vida de seus frequentadores, pois o ajustamento dos estudantes no ambiente universitário não é simples, mas bastante complexo, podendo resultar em alterações psicológicas negativas.

Assim, observou-se que a angústia psíquica dos acadêmicos é um processo nascente nas situações de estresse, quando eles não conseguem se adaptar e desenvolver recursos psicológicos funcionais nesse instante de vida, principalmente aqueles que estão se formando em áreas sociais e da saúde. Contudo, não se pode esquecer o papel da universidade como promotora de saúde enquanto responsável por acolher e proporcionar qualidade de vida aos seus estudantes.

Com referência à Tabela 3, os dados demonstram corresponder ao total de estudantes registrados no SAPE da UNIFAP, Campus Marco Zero, no período de 2012 a 2019, com e sem transtornos, registrados no banco de informações consultado.

Tabela 3 – Total de estudantes registrados no SAPE no período de 2012 a 2019 na UNIFAP, Campus Marco Zero

Estudantes	N	%
Sem transtorno	198	65,35
Com transtorno	105	34,65
TOTAL	303	100,00%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

A respeito disso, observou-se uma predominância de demanda no SAPE de estudantes sem transtorno ($n=198=65,35\%$) sobre os com transtorno ($n=105=34,65\%$).

Sobre os resultados obtidos, apresentando demandas com transtorno² e sem transtorno no SAPE, trata-se de um índice alarmante, pois mostra que a relação dos discentes com ambiente universitário está alterado negativamente, visto que a procura por serviço psicopedagógico é elevada, dado o quantitativo de alunos que buscou atendimento.

Segundo Bardagi (2007), o contexto universitário opera na mediação das interações sociais ao produzir uma psicodinâmica com diversos simbolismos, sendo instrumento regulador e de equilíbrio da psiquê do estudante. Todavia, a universidade possui fragilidade em harmonizar gratificação, segurança e desenvolvimento da personalidade para manutenção do bem-estar.

Petrini, Margato e Vilela Júnior (2013) afirmam a importância da universidade para o desenvolvimento de aspectos saudáveis na condição psicológica e ambiental dos universitários já que a instituição também precisa se adequar e harmonizar ações que privilegiem a QV dos estudantes universitários.

Na percepção de Ariño e Bardagi (2018), identificar o processo de saúde-doença dos estudantes das IES poderá proporcionar a preparação formativa com bem-estar e QV, na medida em que essa fase de vida universitária se caracterize pelo maior desenvolvimento cognitivo na formação profissional da pessoa. Com o entendimento de fatores sobre

² “[...] disfunção biológica ou psicológica, mas, sobretudo, como um modo particular de existência, uma forma, muitas vezes trágica, de ser no mundo, de construir um destino, um modo particularmente doloroso de ser com os outros” (DALGALARRONDO, 2019, p. 34-35).

adoecimento psicológico dos estudantes, isso favorecerá intervenções pontuais por parte da universidade para o restabelecimento do estado de saúde dos discentes.

Todavia, nos adultos jovens (19 a 40 anos) existe uma tendência de que sua saúde mental junto com o bem-estar entre em homeostase e cesse as alterações comportamentais negativas. Porém, o surgimento de transtornos psicológicos tem aumentado, principalmente enfermidades como: depressão, transtorno bipolar e esquizofrenia.

A explicação para isso advém do processo de transição da fase da adolescência para a adulta em que fatores como responsabilidade, independência emocional e financeira podem ser liquidantes para sua realidade (PAPALIA; FELDMAN; MARTORELL, 2013).

Nesse contexto, alterações psicológicas negativas que resultam em sofrimento psicológico, em estudantes jovens adultos na universidade, possuem como fatores de predisposição autoestima e autoeficácia negativas (GRANER; CERQUEIRA, 2019).

Sobre esse assunto, Santos *et al.* (2019) descrevem que a incidência de transtornos mentais entre estudantes universitários se atrela a fatores como deficiência intelectual e dificuldades afetivo-emocionais, sendo esses, no entanto, aspectos com percentualidades baixas se comparados à preocupação com o trabalho, ajustamento ao novo ambiente de estudo, dificuldades interpessoais, e dúvidas na sua carreira profissional.

Gonçalves *et al.* (2015) já mencionavam essas causas citadas como estressores na vida universitária e a consequência é o aparecimento de sintomas de depressão, ansiedade, fobia social, baixo rendimento acadêmico e privação do sono.

Silva (2019) afirma que sentimentos de angústia são frequentes em jovens adultos, pois estes estão propensos a desenvolver transtornos psicológicos e alterar seu bem-estar para mal-estar, por estarem em uma fase de consolidação de aspectos pessoais, financeiros e sociais.

Em relação à quantidade de estudantes registrados no SAPE, na Tabela 4 é apresentado os dados relativos por Curso e Sexo Biológico Feminino, no período de 2012 a 2019, e o respectivo número de acadêmicos apontados para atendimento psicopedagógico.

Tabela 4 - Total de estudantes registrado no SAPE por Curso e Sexo Biológico Feminino no Período de 2012 a 2019 na UNIFAP, Campus Marco Zero

ID	Cursos	NA	%
1	Administração	2	0,66
2	Arquitetura e Urbanismo	5	1,65
3	Artes	0	0,00

Tabela 4 – continuação

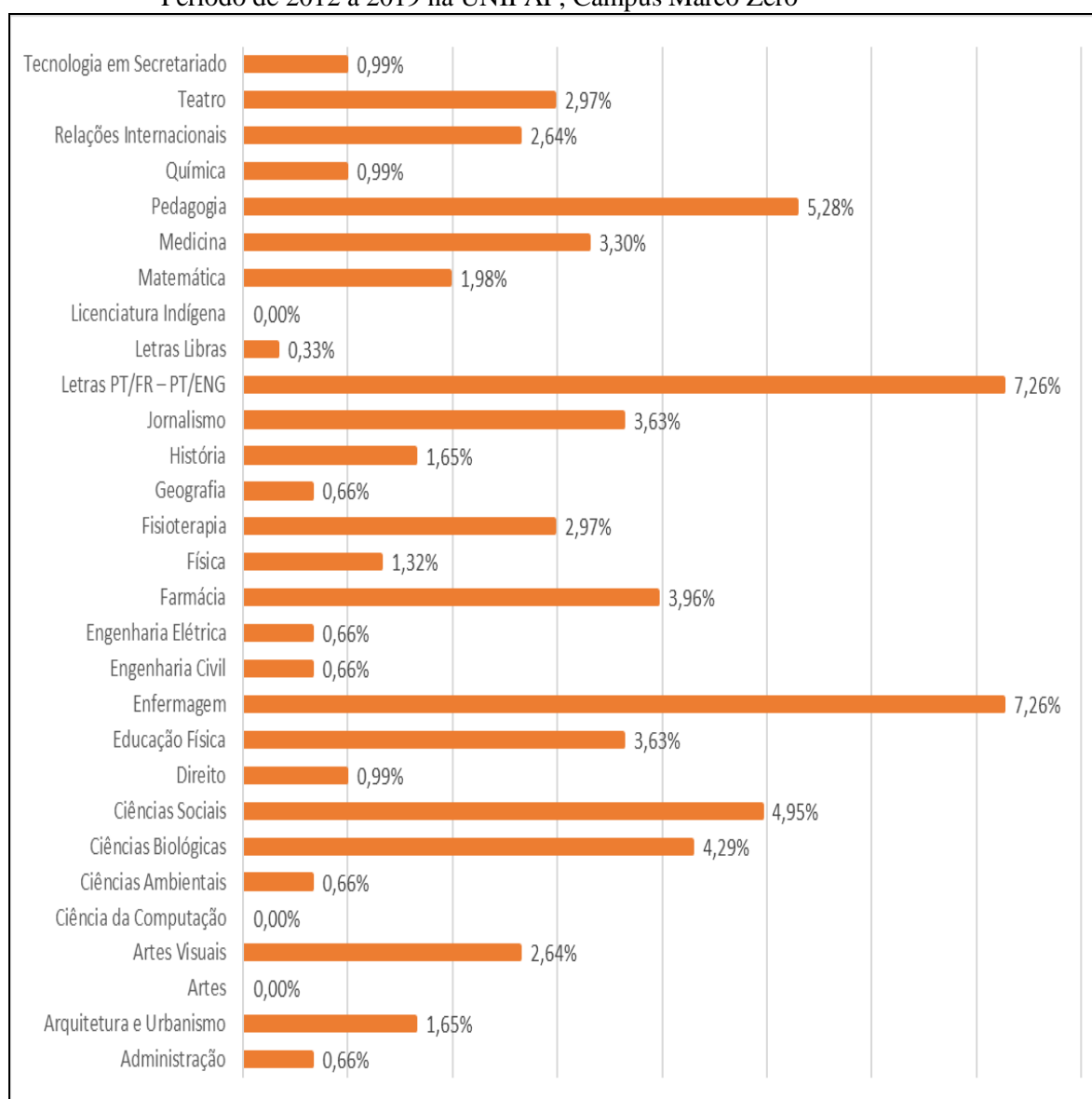
ID	Cursos	NA	%
4	Artes Visuais	8	2,64
5	Ciência da Computação	0	0,00
6	Ciências Ambientais	2	0,66
7	Ciências Biológicas	13	4,29
8	Ciências Sociais	15	4,95
9	Direito	3	0,99
10	Educação Física	11	3,63
11	Enfermagem	22	7,26
12	Engenharia Civil	2	0,66
13	Engenharia Elétrica	2	0,66
14	Farmácia	12	3,96
15	Física	4	1,32
16	Fisioterapia	9	2,97
17	Geografia	2	0,66
18	História	5	1,65
19	Jornalismo	11	3,63
20	Letras PT/FR – PT/ENG	22	7,26
21	Letras Libras	1	0,33
22	Licenciatura Indígena	0	0,00
23	Matemática	6	1,98
24	Medicina	10	3,30
25	Pedagogia	16	5,28
26	Química	3	0,99
27	Relações Internacionais	8	2,64
28	Teatro	9	2,97
29	Tecnologia em Secretariado	3	0,99
TOTAL		206	67,99%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

No que diz respeito ao curso por sexo biológico, observou-se uma predominância do sexo feminino na demanda do SAPE, sendo 7,26% (22) do curso de Letras

Português/Frances e Português/Inglês, 4,95% (15) dos estudantes do curso de Ciências Sociais, 7,26% (22) de Enfermagem, 5,28% (16) de Pedagogia, 3,63 (11) de Jornalismo, 4,29% (13) de Ciências Biológicas, 3,30% (10) de Medicina, 2,97% (9) de Teatro, 3,63% (11) de Educação Física, 3,96% (12) de Farmácia, 2,64% (8) de Artes Visuais, 1,32% (4) de Física, 2,64% (8) de Relações Internacionais, 2,97% (9) de Fisioterapia, e 1,65% (5) do Curso de Arquitetura e Urbanismo (GRÁFICO 1).

Gráfico 1 - Percentual de estudantes registrado no SAPE por Curso e Sexo Biológico Feminino no Período de 2012 a 2019 na UNIFAP, Campus Marco Zero



Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

Dentre os aspectos relacionados à incidência na busca de serviço psicológico de acadêmicos do sexo biológico feminino e curso, a partir dos dados expostos, Mirvis *et al.* (2006), Heppner (2008), Rodrigues *et al.* (2014), Senicato, Azevedo e Barros (2018), Santos

et al. (2019) afirmam que a incidência de enfermidades psicológicas acomete mais mulheres, independentemente de estarem ou não na universidade.

Diante do exposto, os estudos de Alves *et al.* (2010), Santos e Siqueira (2010) mencionam que a incidência, isto é, o aparecimento de transtornos psicológicos é maior em mulheres universitárias. Da mesma forma, outras pesquisas como a de Andrade *et al.* (2011), Tavares *et al.* (2011) chegam a 85% dos casos de transtornos psicológicos em mulheres no ensino superior.

A partir do publicado, nos dados apresentados por Paro e Bittencourt (2013), 75% são de mulheres acometidas de sintomas associado a algum transtorno psicológico. Também Silva e Costa (2012) expõem que a maior prevalência de transtornos mentais está em mulheres que cursam o ensino superior.

Em consonância com esses autores, Santos *et al.* (2014) concluíram em seu estudo que 64,16% de mulheres que estavam na universidade são acometidas de algum transtorno. Nesse enfoque, Costa *et al.* (2014) ratificam a ideia de que na universidade o aparecimento de transtornos mentais acomete significativamente o sexo feminino.

Isso é reforçado no estudo de Silva e Cavalcante Neto (2014) no qual afirmam que 69% foram mulheres acometidas de sintomas característicos de transtorno psicológico no âmbito da universidade.

Steel (2014) aborda em sua pesquisa que é preocupante o aumento de transtornos psíquicos no sexo feminino nas universidades, sendo necessário investigar as variáveis sustentadoras desses índices. Nessa série de ideias, Costa e Moreira (2016), bem como Carlotto (2017) ilustram essa alta incidência de adoecimento psicológico na universidade atrelada ao sexo feminino, já que o ambiente acadêmico tem se tornado flagelador do bem-estar.

Medeiros *et al.* (2018) corroboram as opiniões dos estudos supracitados, ressaltando que informações do aparecimento do adoecimento feminino no ensino superior tem se agravado ao longo dos anos, na dinâmica psicológica e comportamental da saúde mental dessa população.

Melado *et al.* (2019) concordam com essa anotação, pois expressam a mesma opinião, ou seja, de que a alteração negativa da saúde psicológica é mais recorrente entre mulheres que cursam o ensino superior. Entretanto, para Santos *et al.* (2019), o aumento do adoecimento psicológico de mulheres não se limita ao âmbito da universidade, contexto como hospitais, escolas, empresas privadas vêm se mostrando ambientes hostis à qualidade de vida e bem-estar desse público.

Por fim, em suas análises científicas, Gomes *et al.* (2020) também reafirmam que a sintomatologia das alterações psíquicas acomete mais o sexo feminino no ambiente universitário. No estudo de Aguiar e Rodrigues (2021) estudantes do sexo feminino apresentam maior prevalência para transtornos principalmente ansiedade e depressão.

Com referência à quantidade de acadêmicos apontados no que foi registrado pelo SAPE, na Tabela 5, é demonstrado os dados concernentes ao Curso e Sexo Biológico Masculino, no período de 2012 a 2019, e o relativo número de estudantes anotados para atendimento psicopedagógico.

Tabela 5 - Total de estudantes registrado no SAPE por Curso e Sexo Biológico Masculino no Período de 2012 a 2019 na UNIFAP, Campus Marco Zero

ID	Cursos	NA	%
1	Administração	5	1,65
2	Arquitetura e Urbanismo	6	1,98
3	Artes	0	0,00
4	Artes Visuais	4	1,32
5	Ciência da Computação	2	0,66
6	Ciências Ambientais	1	0,33
7	Ciências Biológicas	3	0,99
8	Ciências Sociais	9	2,97
9	Direito	2	0,66
10	Educação Física	3	0,99
11	Enfermagem	0	0,00
12	Engenharia Civil	1	0,33
13	Engenharia Elétrica	3	0,99
14	Farmácia	1	0,33
15	Física	8	2,64
16	Fisioterapia	2	0,66
17	Geografia	4	1,32
18	História	3	0,99
19	Jornalismo	6	1,98
20	Letras PT/FR – PT/ENG	8	2,64
21	Letras Libras	1	0,33

Tabela 5 – continuação

ID	Cursos	NA	%
22	Licenciatura Indígena	0	0,00
23	Matemática	2	0,66
24	Medicina	6	1,98
25	Pedagogia	2	0,66
26	Química	2	0,66
27	Relações Internacionais	4	1,32
28	Teatro	7	2,31
29	Tecnologia em Secretariado	2	0,66
TOTAL		97	32,01%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

Na relação curso por sexo biológico masculino, demonstrou-se na demanda do SAPE os seguintes percentis: 1,65% (5) do curso de Administração, 1,98% (6) do curso de Arquitetura e Urbanismo, 1,32% (4) de Artes Visuais, 2,97% (9) de Ciências Sociais, 2,64% (8) de Física, 1,32% (4) de Geografia, 1,98% (6) de Jornalismo, 2,64% (8) de Letras Português/Frances e Português/Inglês, 1,98% (6) de Medicina, 1,32% (4) de Relações Internacionais e 2,31% (7) de Teatro (GRÁFICO 2).

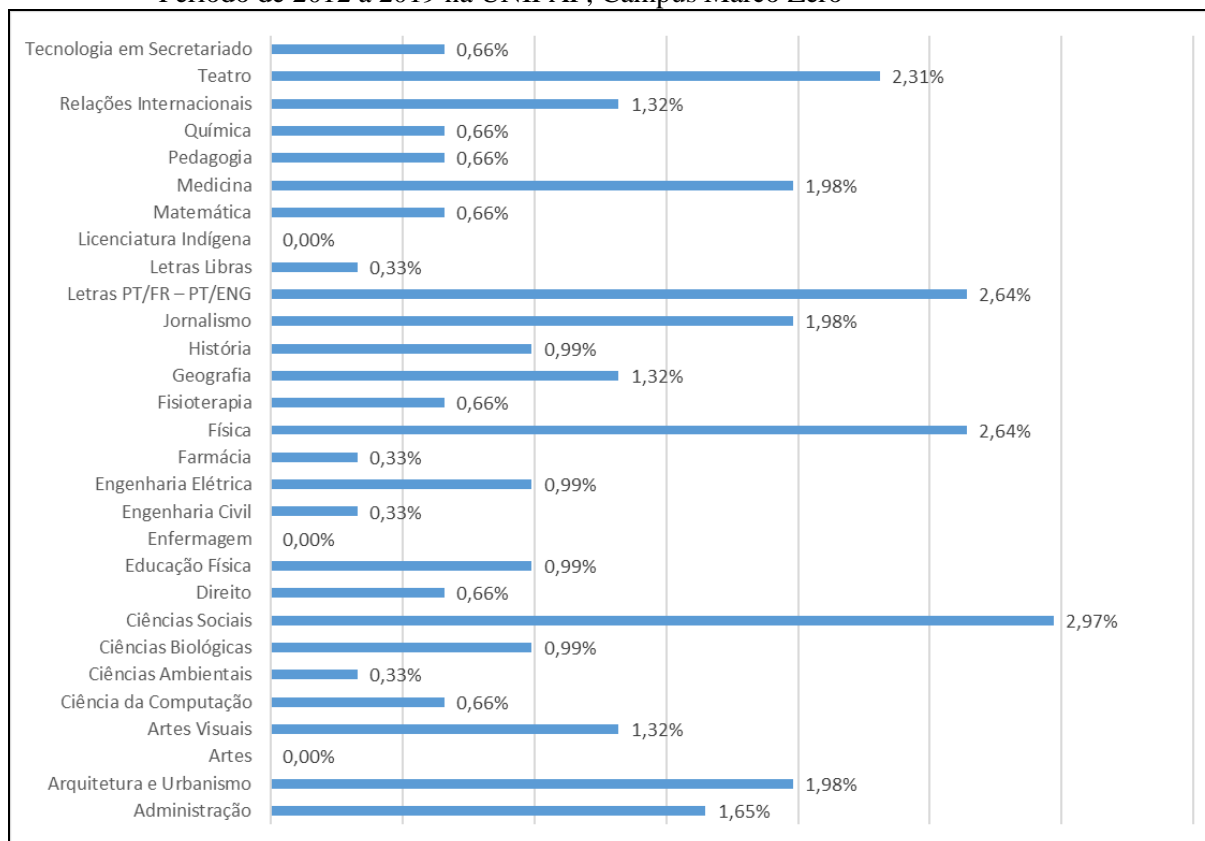
Estudos descobertos admitem considerar que a alta incidência de psicossomatização entre estudantes do sexo masculino são raros, mas existem na literatura científica como demonstram Bampi *et al.* (2013) quando ilustram que 57,1% são homens que sofrem de alterações psicológicas negativas em comparação a 42,9% de mulheres, isso no contexto universitário.

Petrini, Margato e Vilela Junior (2013) ratificam essa informação, pois afirmam a maior prevalência de que sintomas psicológicos relacionados à alguma enfermidade atingem mais homens em vez de mulheres dentro do ensino superior. Assim, segundo o estudo de Carleto *et al.* (2018) mostra, 45,8% são do sexo masculino, com maior incidência de alterações psicológicas negativas em analogia ao sexo oposto.

Ainda nesse contexto, na comparação dos Gráficos 1 e 2, percebem-se que 6 cursos de graduação (Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Engenharia Elétrica, Física, Geografia, Letras Libras) apresentaram maior prevalência referente ao sexo masculino em analogia ao feminino. Contudo, nos cursos de Artes Visuais, Ciências Ambientais, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil, Farmácia, Fisioterapia, História, Jornalismo, Letras PT/FR-

PT/ENG, Matemática, Medicina, Pedagogia, Química, Relações Internacionais, Teatro, Tecnologia em Secretariado, a procura foi significativamente maior por acadêmicos do sexo feminino.

Gráfico 2 - Percentual de estudantes registrado no SAPE por Curso e Sexo Biológico Masculino no Período de 2012 a 2019 na UNIFAP, Campus Marco Zero



Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

Isso vem sendo mostrado no estudo de Lopes *et al.* (2022) quando explicitam que cursos como Medicina, Enfermagem e Biologia são respectivamente aqueles com maior frequência no aparecimento de transtornos psicológicos associados aos estudantes do sexo feminino dentro da universidade.

Já Benvegnú, Deitos e Copette (1996) enfatizam de maneira geral, sem a distinção de sexo biológico, que os cursos de Enfermagem, Medicina, Letras, Direito e Ciência da Computação são os que contêm os acadêmicos acometidos de alguma enfermidade psicológica.

Neves e Dalgarrondo (2007, p. 7) afirmam em seu estudo a seguinte explicação

[...] que o grupo de estudantes do gênero feminino apresenta maior queixa de sofrimento mental, maiores dificuldades psicossociais e utiliza mais os serviços de assistência a saúde mental disponíveis para os estudantes da Unicamp. Pode-se inferir que esta população apresenta dificuldades globais, decorrentes tanto de

situações internas (sofrimento mental) como de situações interpessoais e ambientais (sentimento de maior discriminação social, dificuldades na relação com amigos, com a família, com a universidade, além de provável situação socioeconômica mais baixa).

Após os conteúdos expostos, considera-se que o sexo feminino, a partir das analogias, vem apresentando vulnerabilidade mais acentuada do que acadêmicos do sexo masculino. Nesse sentido, os acadêmicos mostram que as alterações emocionais negativas são os motivadores para buscar ajuda especializada que, no caso da UNIFAP, se consolida no NAI por meio do SAPE.

Contudo, é notório que a procura por ajuda psicológica ainda acontece geralmente quando todas as outras alternativas cessam. Sobre essa perspectiva, Han (2018, p. 16) afirma: “[...] quem fracassa na sociedade neoliberal de desempenho, em vez de questionar a sociedade ou o sistema, considera a si mesmo como responsável e se envergonha por isso [...] Ela não transforma os explorados em revolucionários, mas sim em depressivos”.

Seguindo na discussão, na Tabela 6 é apresentado a distribuição do SAPE por demandas Psicopatológicas. Dados como estes permitem detalhar a realidade dos estudantes acometidos de sintomatologia psicopatológica relacionadas ao Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais, em sua 5ª edição (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders [DSM-V]*), de acordo com Associação Psiquiátrica Americana (APA, 2013).

Tabela 6 - Distribuição do SAPE por demandas Psicopatológicas – UNIFAP, Campus Marco Zero

ID	Psicopatologias ³	N	%
TND	Transtornos do Neurodesenvolvimento ⁴ (déficit de atenção, autismo, dificuldade na fala, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade)	14	4,62

¹ “[...] definida como o conjunto de conhecimentos referentes ao adoecimento mental do ser humano. É um conhecimento que se esforça por ser sistemático, elucidativo e desmistificante” (DALGALARRONDO, 2019, p. 26).

² “[...] são um grupo de condições com início no período do desenvolvimento [...] tipicamente se manifestam cedo no desenvolvimento, em geral antes de a criança ingressar na escola, sendo caracterizados por déficits no desenvolvimento que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional [...]” (APA, 2013, p. 31).

Tabela 6 - continuação

ID	Psicopatologias⁵	N	%
Transtornos de Adaptação			
TAD-309.0 (F43.21)	Com humor deprimido ⁶	21	6,93
TAA-309.24 (F43.22)	Com ansiedade ⁷	25	8,25
TAAD-309.28 (F43.23)	Com misto de ansiedade e depressão ⁸	6	1,98
TANE-309.9 (F43.20)	Não especificado ⁹	24	7,92
Transtornos Relacionados a Trauma e a Estressores			
TEPT-309.81 (F43.10)	Transtorno de Estresse Pós-traumático ¹⁰	3	0,99
TAG-300.02 (F41.1)	Transtorno de Ansiedade Generalizada ¹¹	3	0,99
Outras Condições que Podem ser Foco da Atenção Clínica			
PREF-V61.20 (Z62.820)	Problemas Relacionados à Educação ¹² Familiar (Pais e filhos)	4	1,32

⁵ “[...] definida como o conjunto de conhecimentos referentes ao adoecimento mental do ser humano. É um conhecimento que se esforça por ser sistemático, elucidativo e desmistificante” (DALGALARRONDO, 2019, p. 26).

⁶ “A presença de sintomas emocionais ou comportamentais [humor deprimido, choro fácil ou sentimentos de desesperança são predominantes] em resposta a um estressor identificável é o aspecto essencial dos transtornos de adaptação [...] pode ser um único evento (p. ex., o término de um relacionamento afetivo), ou pode haver múltiplos estressores (p. ex., dificuldades profissionais acentuadas e problemas conjugais) [...]” (APA, 2013, p. 287).

⁷ “[...] sintomas emocionais ou comportamentais [nervosismo, preocupação, inquietação ou ansiedade de separação são predominantes] em resposta a um estressor identificável é o aspecto essencial dos transtornos de adaptação [...] pode ser um único evento (p. ex., o término de um relacionamento afetivo), ou pode haver múltiplos estressores (p. ex., dificuldades profissionais acentuadas e problemas conjugais) [...]” (APA, 2013, p. 287).

⁸ “[...] sintomas emocionais ou comportamentais [predomina uma combinação de depressão e ansiedade] em resposta a um estressor identificável é o aspecto essencial dos transtornos de adaptação [...] pode ser um único evento (p. ex., o término de um relacionamento afetivo), ou pode haver múltiplos estressores (p. ex., dificuldades profissionais acentuadas e problemas conjugais) [...]” (APA, 2013, p. 287).

⁹ “[...] sintomas emocionais ou comportamentais [para reações mal-adaptativas que não são classificáveis como um dos subtipos específicos do transtorno de adaptação] em resposta a um estressor identificável é o aspecto essencial dos transtornos de adaptação [...] pode ser um único evento (p. ex., o término de um relacionamento afetivo), ou pode haver múltiplos estressores (p. ex., dificuldades profissionais acentuadas e problemas conjugais) [...]” (APA, 2013, p. 287).

¹⁰ “[...] transtornos nos quais a exposição a um evento traumático ou estressante está listada explicitamente como um critério diagnóstico e reúnem o transtorno de apego reativo, o transtorno de interação social desinibida, o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), o transtorno de estresse agudo e os transtornos de adaptação [...]” (APA, 2013, p. 265).

¹¹ “[...] são ansiedade e preocupação excessivas (expectativa apreensiva) acerca de diversos eventos ou atividades. A intensidade, duração ou frequência da ansiedade e preocupação é desproporcional à probabilidade real ou ao impacto do evento antecipado [...]” (APA, 2013, p. 223).

¹² “[...] problema de relacionamento entre pais e filhos está associado a prejuízo no funcionamento nos domínios comportamental, cognitivo ou afetivo [...] incluem controle parental inadequado, supervisão e envolvimento com a criança; excesso de proteção parental; excesso de pressão parental; discussões que se tornam ameaças de violência física; esquiva sem solução dos problemas. Os problemas cognitivos podem incluir atribuições negativas das intenções dos outros, hostilidade contra ou culpabilização do outro e sentimentos injustificados de estranhamento. Os problemas afetivos podem incluir sentimentos de tristeza, apatia ou raiva relativa ao outro indivíduo na relação [...]” (APA, 2013, p. 715).

Tabela 6 - continuação

ID	Psicopatologias	N	%
TBI- 296.40 (F31.9)	Transtorno Bipolar Tipo I -Não especificado ¹³	3	0,99
TDP-300.4 (F34.1)	Transtorno Depressivo Persistente (Distimia) com episódio depressivo maior - Ideação suicida ¹⁴	2	0,66
TOTAL		105	34,65%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

No grupo de transtornos mentais e comportamentais, encontra-se a distribuição contida no Gráfico 3, em que se apresentam enfermidades de acordo com o DSM-V, segundo a qual 4,62% (14) apresentaram queixa psicopatológica para o Transtorno do Neurodesenvolvimento (déficit de atenção, autismo, dificuldade na fala, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade), 1,98% (6) conexo ao Transtorno de Adaptação – misto de ansiedade e depressão, 0,99% (3) interligado ao Transtorno de Adaptação – Transtorno de Estresse Pós-traumático, 0,99% (3) ao Transtorno de Ansiedade Generalizada, 1,32% (4) a Problemas relacionados à Educação Familiar, 0,99% (3) ao Transtorno Bipolar Tipo I, e 0,66% (2) ao Transtorno Depressivo Persistente (Distimia) com episódio depressivo maior – Ideação suicida.

Os três maiores índices foram de 6,93% (21) relacionado ao Transtorno de Adaptação – com humor deprimido, 7,92% (24) Transtorno de Adaptação do tipo Não especificado e 8,25% (25) associado com Transtorno de Adaptação – com humor ansiedade dos estudantes de graduação da UNIFAP Campus Marco Zero.

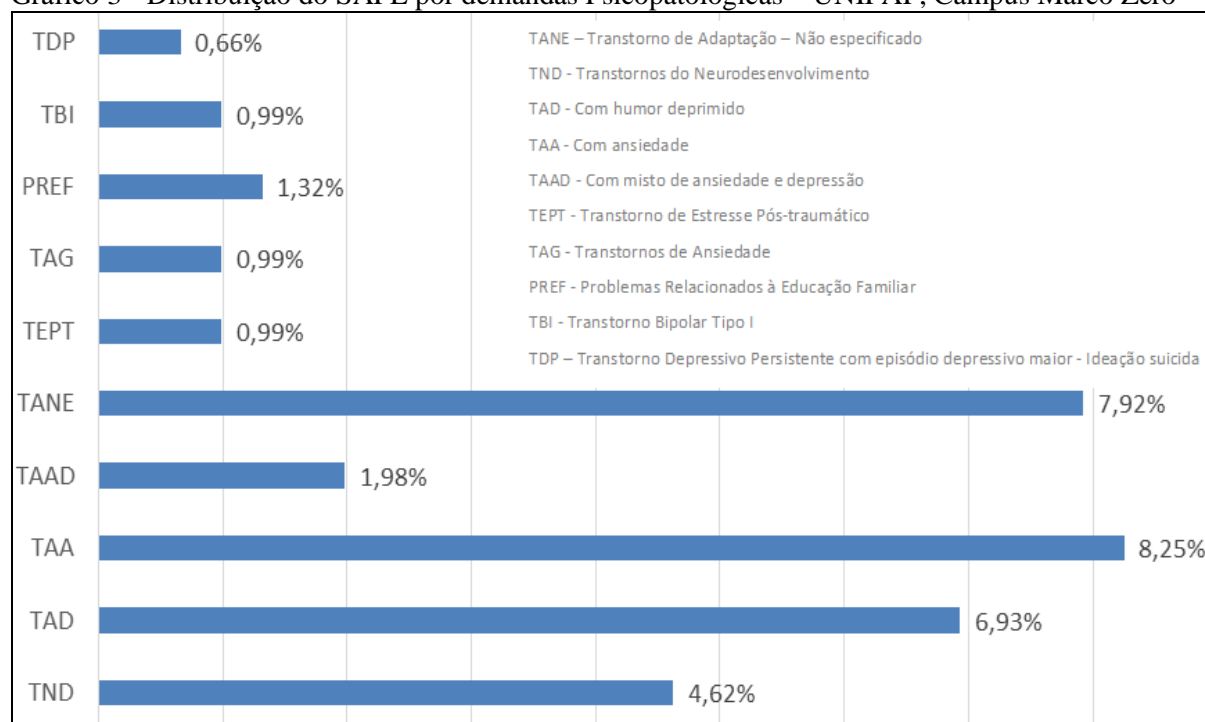
As informações expostas na Tabela 6 e no Gráfico 3 demonstram que os alunos universitários estão em sofrimento psicológico. De acordo com Martins (1991), a universidade, enquanto representante do ensino superior, tem se mostrado como um ambiente tóxico, no tocante ao aspecto psicológico, caracterizando-se pela sobrecarga

¹³ “[...] A categoria transtorno bipolar [Tipo I] e transtorno relacionado não especificado é usada em situações em que o clínico opta por *não* especificar a razão pela qual os critérios para um transtorno bipolar e transtorno relacionado específico não são satisfeitos e inclui apresentações para as quais não há informações suficientes para que seja feito um diagnóstico mais específico (p. ex., em salas de emergência) [...]”. (APA, 2013, p. 149).

¹⁴ “[...] é um humor depressivo que ocorre na maior parte do dia, na maioria dos dias, por pelo menos dois anos, ou por pelo menos um ano para crianças e adolescentes [...] representa uma consolidação do transtorno depressivo maior crônico e do transtorno distímico [...] Depressão maior pode preceder o transtorno depressivo persistente, e episódios depressivos maiores podem ocorrer durante o transtorno depressivo persistente. Os indivíduos cujos sintomas satisfazem os critérios para transtorno depressivo maior por dois anos devem receber diagnóstico de transtorno depressivo persistente, além de transtorno depressivo maior”. (APA, 2013, p. 169).

acadêmica de atividades associadas ao tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão). Na interpretação de Fiorotti *et al.* (2010), os estudantes universitários apresentarão diagnóstico de alguma enfermidade psiquiátrica durante a sua formação acadêmica.

Gráfico 3 - Distribuição do SAPE por demandas Psicopatológicas – UNIFAP, Campus Marco Zero



Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

Diante desse contexto, percebe-se a incidência maior nas alterações psicológicas dos estudantes no ensino superior, relacionada à ansiedade (8,25%), seguida do transtorno de adaptação não especificado, também pela depressão e por último o transtorno do neurodesenvolvimento.

Papalia, Feldman e Martorell (2013) afirmam que os estudantes universitários ingressantes viveram e ainda vivem mudanças abruptas para se adaptarem à dinâmica do ensino superior, no qual vivenciam a cobrança da independência emocional, econômica e social. Tudo isso influencia no desenvolvimento de doenças psiquiátricas.

Assim, Padovani *et al.* (2014) informam que existe um elevado índice no aparecimento de transtornos mentais junto aos estudantes universitários, sendo que a fase do desenvolvimento humano prevalente é entre o final da adolescência e o início da fase do jovem adulto.

Com essas argumentações, Vasconcelos *et al.* (2015), bem como Cardozo *et al.* (2016) corroboram a situação de que os estudantes universitários estão predispostos a

desenvolver algum tipo de transtorno psiquiátrico, principalmente o transtorno de ansiedade e depressão. Souza e Rodrigues (2021) expõem que os acadêmicos universitários que não são da área da saúde demonstram prevalência elevada e aumento tanto em depressão quanto na ansiedade. Isso fica mais alarmante, pois a depressão e ansiedade atingiram mais estudantes do sexo feminino, por causa da tendência reativa desse público para ansiedade relacionada à intensa pressão social, que traz como consequência alterações psicológicas graves.

Por sua vez, Sadock, Sadock e Ruiz (2017) asseguram que o transtorno depressivo apresenta prevalência elevada na sua incidência mais em mulheres do que em homens. Isso independentemente do país e da cultura, pois essa diferença se associa aos aspectos hormonais e de parição do sexo feminino. O início do seu aparecimento, de modo geral, acontece entre os 20 e os 50 anos de idade. Todavia, existe a precocidade do seu aparecimento antes dos 20 anos, por conta do abuso de álcool e drogas entre os jovens.

Taques, Rodrigues e Lima (2021) afirmam que os sintomas depressivos dos estudantes universitários nos cursos de enfermagem, Educação Física e Medicina se intensificam ao longo dos semestres de maneira constante. Segundo Souza e Rodrigues (2021) dizem que a depressão acomete estudantes mais velhos associados à sobre carga de atividades e atrelado ao final de sua formação acadêmica de seu curso, isso resulta alterações negativa a sua saúde mental.

Já o transtorno de Ansiedade é a doença mais comum na atualidade enquanto enfermidade psiquiátrica e psicológica, sendo sua prevalência maior em mulheres que em homens, com percentis, respectivamente, de 30,5% e 19,2% no aparecimento durante a vida da pessoa (SADOCK; SADOCK; RUIZ, 2017). Contudo, Souza e Rodrigues (2021) afirmam a ansiedade é menor em estudantes que não trabalham, devido terem mais tempo para descansar e dormir.

No caso dos estudantes universitários, observa-se o aparecimento da ansiedade vinculada ao fracasso acadêmico, quando a ideia principal que o estudante apresenta é não ficar reprovado, sendo esse um pensamento negativo da sua realidade. Isso produz nervosismo na realização das atividades a serem desenvolvidas nas disciplinas, principalmente nos momentos avaliativos em que o resultado é o descontrole emocional (VICTORIA *et al.* 2013).

Lameu, Salazar e Souza (2016) enfatizam que a universidade precisa desenvolver políticas para apoiar práticas assistenciais de caráter psicossocial atrelado à saúde mental dos acadêmicos, para possibilitar o sucesso e combater a evasão acadêmica. Então, faz-se

necessário estimular essa práxis na cultura institucional do ensino superior para desenvolver uma dinâmica de bem-estar. De acordo com Aguiar e Rodrigues (2021) sintomas de ansiedade a nível grave entre os estudantes em geral diminuem sua incidência ao longo do curso, o que significa adaptação funcional ao seu ambiente universitário. Mas mesmo assim, os sintomas de ansiedade atingem mais da metade da população investigada.

5.2 INTERSECÇÕES DA SAÚDE MENTAL NO ENSINO SUPERIOR POR MEIO DA PSICOLOGIA AMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Inicialmente, são apresentadas de maneira sucinta a organização das concepções de autores por três categorias gerais, respectivamente, a primeira categoria é Saúde Mental no Ensino Superior, a segunda categoria é Psicologia Ambiental e a terceira categoria é Desenvolvimento Regional.

5.2.1 Saúde mental no ensino superior

Em referência a primeira categoria, a Saúde Mental no Ensino Superior (universidade), é possível destacar as seguintes características predominantes, sem ter-se a intenção de esgotá-las:

- a) Estar suscetível a emoções como fraqueza, desânimo, depressão, ansiedade e também com a vulnerabilidade para o conjunto de drogas e enfermidades (ASSIS; OLIVEIRA, 2010).
- b) Apresenta-se fragilizada nas variáveis qualidade de vida associada ao aspecto ambiente e estilo de vida, isso atrelado aos componentes nutrição, atividade física, comportamento preventivo, relacionamento e controle do estresse (MARTINS *et al.*, 2012).
- c) Destaca-se que a saúde do homem apresenta maiores queixas psicológicas do que as mulheres, mesmo com a qualidade de vida positiva, pois estão expostos a um nível elevado de estresse, e junto a isso o estilo de vida corrobora sua saúde para a negatividade (MEYER *et al.*, 2012).
- d) A saúde se mostra mais desajustada na variável qualidade de vida, primordialmente no domínio meio ambiente, relacionado a se sentir seguro, transporte, lazer, e meio físico saudável, pois interferem na percepção da qualidade de vida (SILVA; HELENO, 2012).

- e) O estado de saúde apresenta-se com desajustes e com isso demonstra-se a prevalência de 50% para enfermidade de depressão relacionada a fatores como mudança de curso, dificuldade relacional e percepção negativa do ambiente (OLIVEIRA *et al.*, 2016).
- f) Em referência à saúde, a propriedade meio ambiente foi percebida como negativa em relação à qualidade de vida geral pelos acadêmicos. Entretanto, as mulheres apresentaram uma qualidade de vida pior em relação aos homens (SANTOS; BITTENCOURT, 2017).
- g) A saúde dos estudantes universitários apresenta prejuízo na qualidade de vida nos domínios psicológico, ambiental e da relação social (BARROS *et al.*, 2017).
- h) No que se refere à saúde, associada à qualidade de vida, demonstra-se o escore negativo no domínio ambiental. Da mesma forma, na imagem corporal, mostram-se insatisfeitos nos domínios físico, psicológico e social (CLAUMANNET *et al.*, 2017).
- i) Em alusão à saúde mental, foi observada a prevalência de sintomas como estresse, ansiedade, depressão e *burnout*. Além da vulnerabilidade do estudante, que se apresenta na dinâmica acadêmica do início ao fim desse ciclo no ensino superior (CASTRO, 2017).
- j) A saúde mental dos estudantes tem mostrado desajustes associados ao aumento de condutas sexuais de risco, abuso de álcool e drogas (ARIÑO; BARDAGI, 2018).
- k) O sintoma frequente que aflige a saúde mental dos estudantes do ensino superior é a ansiedade, sendo um mal-estar potencial no ambiente universitário (SILVA, 2019).

5.2.2 Psicologia ambiental

Quanto à segunda categoria, a teoria voltada para caracterizar a Psicologia Ambiental, é possível destacar:

- a) A Psicologia Ambiental é multidisciplinar, interagindo com a geografia humana, sociologia urbana, antropologia, planejamento e arquitetura para compreender a relação pessoa-ambiente (MELO, 1991).
- b) A Psicologia Ambiental se configura no estudo da inter-relação e interdependência pessoa-ambiente (PINHEIRO, 1997).
- c) A finalidade da Psicologia Ambiental é investigar e compreender aspectos ambientais das pessoas, associados a atividades específicas e em locais particulares dentro de um contexto. Isso engloba uma rede de significados baseados nas pertencas das pessoas ao território e grupos com criação de uma identidade individual (BONNES; BONAIUTO, 2002).

- d) A Psicologia Ambiental busca estudar a atitude e percepção das pessoas para examinar os valores ambientais e ideológicos a fim de entender o comportamento da pessoa em um contexto específico (MOSER, 2003).
- e) A Psicologia Ambiental apresenta a abordagem ambiente, comportamento, percepção ambiental, estudo do lugar, ecologia social, sem a limitação a essas áreas, ao contrário, integrando-as entre si (PINHEIRO; GÜNTHER; GUZZO, 2004).
- f) O enfoque da Psicologia Ambiental está na dinâmica da interação entre os seres humanos e os ambientes físicos (GIFFORD, 2005).
- g) A Psicologia Ambiental busca estudar a relação pessoa-ambiente com a exposição da concepção transacional e também seu aspecto de interdependência entre pessoa e ambiente (KRUSE, 2005).
- h) Para a Psicologia Ambiental, o ambiente físico não apresenta neutralidade, interage com o meio social, cultural e psicológico. Isso produz influência nas relações humanas de maneira ampla e não apenas individual, além de se caracterizar como transacional (MIRA; STEA; ELGUEA, 2005).
- i) A Psicologia Ambiental é compreendida enquanto disciplina múltipla em seus enfoques que envolvem diálogos atualizados socialmente. É o caso da saúde e do bem-estar das pessoas na sua relação com o ambiente enquanto totalidade (MOSER, 2005).
- j) Na interação pessoa com o ambiente, a ideia da Psicologia Ambiental é considerar essa relação enquanto unidade “Ambiental” (PINHEIRO, 2005).
- k) A Psicologia Ambiental estuda os problemas humanos-ambientais junto com seus resultados negativos em relação ao par pessoa-ambiente, em que a qualidade do ambiente passa a ser um indicador da qualidade de vida da pessoa (ALVES; BASSANI, 2008).
- l) A disciplina Psicologia Ambiental traz resultados para a saúde e o bem-estar da pessoa e, por conseguinte, para a qualidade de vida em seus estudos (CARVALHO; BASSANI, 2011).
- m) Na Psicologia Ambiental existe a influência do ambiente no comportamento e vice-versa, em que a pessoa analisa e interage com o meio dialeticamente (JERÔNIMO; SOUZA, 2015).
- n) O centro de estudo da Psicologia Ambiental é o indivíduo com o ambiente independente da escala que será analisada, incluindo os fatores físicos do ambiente, comportamento e cognição (MOSER, 2018).

- o) A Psicologia Ambiental apresenta a necessidade de focar na relação pessoa-ambiente, mais precisamente no bem-estar subjetivo e na qualidade de vida, no que se refere ao habitar em um ambiente (SILVEIRA; KUHNEN, 2018).
- p) Na relação pessoa-ambiente, a Psicologia Ambiental se integra com outras áreas da psicologia para compreender os fatores que produzem vulnerabilidade nas pessoas, pois investiga a organização espacial, infraestrutura e acesso a serviços de saúde (SILVESTRIN; KUHNEN; TRIBÉSS, 2019).

5.2.3 Desenvolvimento regional

Em relação à terceira categoria, a teoria voltada para a caracterização do desenvolvimento regional, destacam-se os seguintes itens:

- a) O desenvolvimento regional explicita o desenvolvimento de um território pela organização da região, província e localidade por elementos como: instituições, atores, recursos, procedimentos, entorno e cultura, em que esses elementos precisam se articular de maneira inteligente e com densidade para atingir o desenvolvimento de fato (BOSIER, 1996).
- b) O desenvolvimento de uma região nasce de práticas como a concessão de incentivos junto a intervenção do Estado. E a estimulação e investimento educacional (indústria-universidade), bem como a preparação do entorno com infraestrutura (física, social, tecnológica) para ser atrativo a investimentos internos e externos (VELASCO, 1996).
- c) O desenvolvimento regional para se efetivar depende da articulação entre o Estado nacional e a região em si, com aporte para as capacidades internas em conjunto com as políticas econômicas para a região (BOSIER, 1999).
- d) Incentivos financeiros e fiscais, associados a investimentos em infraestruturas e mobilidade do trabalho, favorecem o desenvolvimento regional com o aumento do bem-estar e a redução das disparidades no desenvolvimento de uma região (CARDOSO; RIBEIRO, 2002).
- e) O desenvolvimento regional favorece o processo de territorialização que integra uma reterritorialização propiciando estimulação das potencialidades cujo objetivo é superar os desafios locais, privilegiando a inclusão e eliminando as provações ou falta de liberdade. É por meio da promoção dos atores regionais que possibilita a construção do lugar de sujeitos de mudanças. Isso tudo é possível com o envolvimento dos territorializados, os

que estão em desterritorialização e os desterritorializados (DALLABRIDA; BECKER, 2008).

- f) O desenvolvimento regional se caracteriza pela subordinação do modelo econômico ao cívico-territorial como objetivo do Estado e da sociedade, no caso do Brasil. Deve-se considerar junto a isso um modelo de política pública comunicativa (CARNEIRO, 2010).
- g) A caracterização do desenvolvimento regional está na importância do papel da saúde na formação da organização das redes urbanas. Além disso, define os investimentos na reversão da concentração da produção e renda do espaço. Também existe influência de escalas e limites dos territórios. Isso é um fator de coesão social e econômico no campo do território nacional (GARDELHA *et al.*, 2011).
- h) O desenvolvimento regional se personaliza pela autonomia para localidade. Para isso, é necessário refletir sobre a função do Estado e sua dinâmica da região em conjunto com o modo de estimular e de otimização do desenvolvimento humano, social, político e cultural (BAZZANELLA; ONISTO, 2014).
- i) A configuração do desenvolvimento regional vem por meio da instrumentalização com intuito de diminuir as desigualdades de uma região cuja base central é possibilitar um desenvolvimento mais equilibrado (MELO; VIEIRA, 2015).
- j) O desenvolvimento regional considera a região um produto do processo histórico que foi modelado, em que o desenvolvimento da região refere-se ao rompimento das perspectivas dos atores pelo processo histórico dialético com bases sociais e econômicas, desde que produzam transformações estruturais (CORREA; SILVEIRA; KIST, 2019).
- k) Embora o desenvolvimento regional se caracterize por aspectos como relações de poder, éticas, metodológicas e desigualdades socioespaciais, o que prevalece é o processo econômico enquanto base para o desenvolvimento de uma região (THEIS, 2019).

5.3 INTERSECÇÕES DA SAÚDE MENTAL NO ENSINO SUPERIOR POR MEIO DA PSICOLOGIA AMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Nessa seção será demonstrado perante as múltiplas ideias teóricas, as convergências sobre as intersecções entre diversos autores e as categorias de análises descritas, que seja: Saúde mental, psicologia ambiental e desenvolvimento regional.

5.3.1 Intersecções das ideias sobre saúde mental no ensino superior

Em referência às intersecções de saúde mental no Ensino Superior, observam-se 4 vertentes, sendo 5 autores que consideram as alterações por enfermidade categorial psiquiátrica e psicológica produto do adoecimento dos acadêmicos. Há também 2 autores concordando que seja pelo uso de substância químicas (drogas). Outros 4 autores expressam que estejam associadas à alteração na qualidade de vida. Por fim, 2 autores justificam pela alteração na percepção da realidade (QUADRO 2 e ORGANOGRAMA 4).

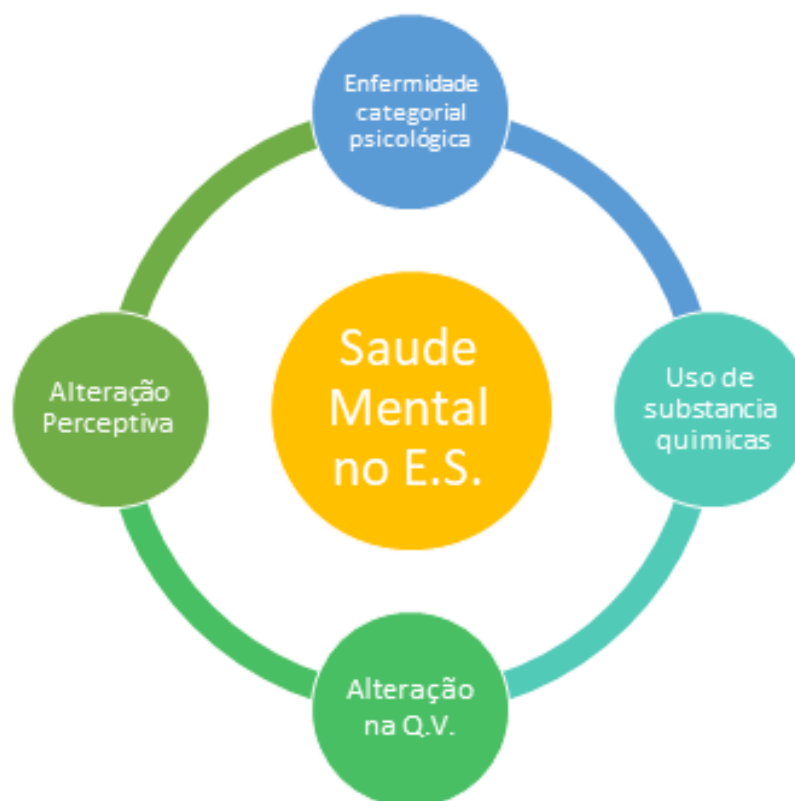
Quadro 2 - Intersecções das ideias sobre Saúde Mental no Ensino Superior

	Convergentes	Eixo central
Autores	Assis e Oliveira (2010) Meyer <i>et al.</i> (2012) Oliveira <i>et al.</i> (2016) Castro (2017) Silva (2019)	Alteração por Enfermidade categorial psiquiátrica e psicológica
	Ariño e Bardagi (2018) Assis e Oliveira (2010)	Alteração por uso de substâncias químicas (drogas)
	Martins <i>et al.</i> (2012) Silva e Heleno (2012) Santos e Bittencourt (2017) Claumannet <i>et al.</i> (2017)	Alteração na Qualidade de Vida (QV)
	Oliveira <i>et al.</i> (2016) Santos e Bittencourt (2017)	Alteração da Percepção da realidade

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

Os subsídios publicados no Quadro 2 e no Organograma 4 corroboram que as vertentes sobre saúde mental relacionadas aos alunos universitários demonstram dois eixos concepcionais sobre saúde com maior frequência em concordância de ideias. A primeira concepção se caracteriza por adotar o modelo biomédico, englobando os autores Assis e Oliveira (2010), Meyer *et al.* (2012), Oliveira *et al.* (2016), Castro (2017) e Silva (2019). Já a segunda concepção, que se caracteriza pelo modelo da promoção da saúde, integra autores como Martins *et al.* (2012), Silva e Heleno (2012), Santos e Bittencourt (2017) e Claumannet *et al.* (2017).

Organograma 4 - Intersecções das ideias sobre Saúde Mental no Ensino Superior



Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

A partir do exposto, o modelo biomédico explica o processo de saúde pela patogenização e ação terapêutica da enfermidade ao adotar um sistema de classificação das doenças de acordo com forma e agente patológico. Esse modelo busca privilegiar o diagnóstico e a cura, o que resulta na nutrição das indústrias farmacêuticas, clínicas médicas e laboratórios.

Essa opinião considera a pessoa um ser individual e passivo de ser curado. Centra-se exclusivamente na figura do médico, que faz adoção fragmentada (dicotômica) na sua intervenção. Com isso, apenas se utiliza de uma postura especializada na hospitalização e medicalização com juízo assistencialista (ALMEIDA FILHO; ROUQUAYROL, 2006).

Em outro polo está a ideia que ultrapassa a concepção psicopatologizadora e assistencialista de saúde. De acordo com Czerina (2003) e Brasil (2006), o ponto de vista de promoção da saúde se relaciona e integra o aspecto do bem-estar e da qualidade de vida. As ações sobre promoção da saúde são descritas em suas determinações que possuem o intuito de gerar qualidade de vida, diminuir a vulnerabilidade da saúde por meio dos seus

determinantes, condicionadores e mantenedores como hábito de vida, trabalho, lazer, educação, cultura, habitação, ambiente e serviços básicos.

Por isso, segundo Carvalho (2004), a promoção da saúde diz respeito ao autocuidado e bem-estar, considerando esses aspectos citados para alcançar a necessidade da participação da comunidade nas disposições sobre saúde, individual e coletivamente. Porém, para atingir esse objetivo, o importante é desenvolver nas pessoas o pensamento de “*empowerment*” (empoderamento) junto à promoção da saúde, a partir do qual a saúde é percebida como algo responsável que cada pessoa e também toda a sociedade precisam assumir.

Com essa exposição, considera-se que a promoção da saúde é um elemento para trazer equidade na integração da comunidade com as instituições através de atitudes contextualizadas segundo os desejos de cada território (Idem, 2004). Então, promover saúde possibilita o desenvolvimento do pensamento reflexivo crítico da realidade individual e coletivamente.

5.3.2 Intersecções das ideias sobre psicologia ambiental

No Quadro 3 e Organograma 5 são apresentadas analogias sobre as ideias da Psicologia Ambiental, com Melo (1991), Pinheiro (1997), Bonauto (2002), Pinheiro, Gunther e Guzzo (2004), Gifford (2005), Kruse (2005), Mira, Stea e Elguea (2005), Pinheiro (2005), Alves e Bassani (2008), Jerônimo e Souza (2015), Moser (2018) e Silveira e Kuhnen (2018) concordando que a linha central dessa área é a interação homem-ambiente.

Quadro 3 - Intersecções das ideias sobre Psicologia Ambiental

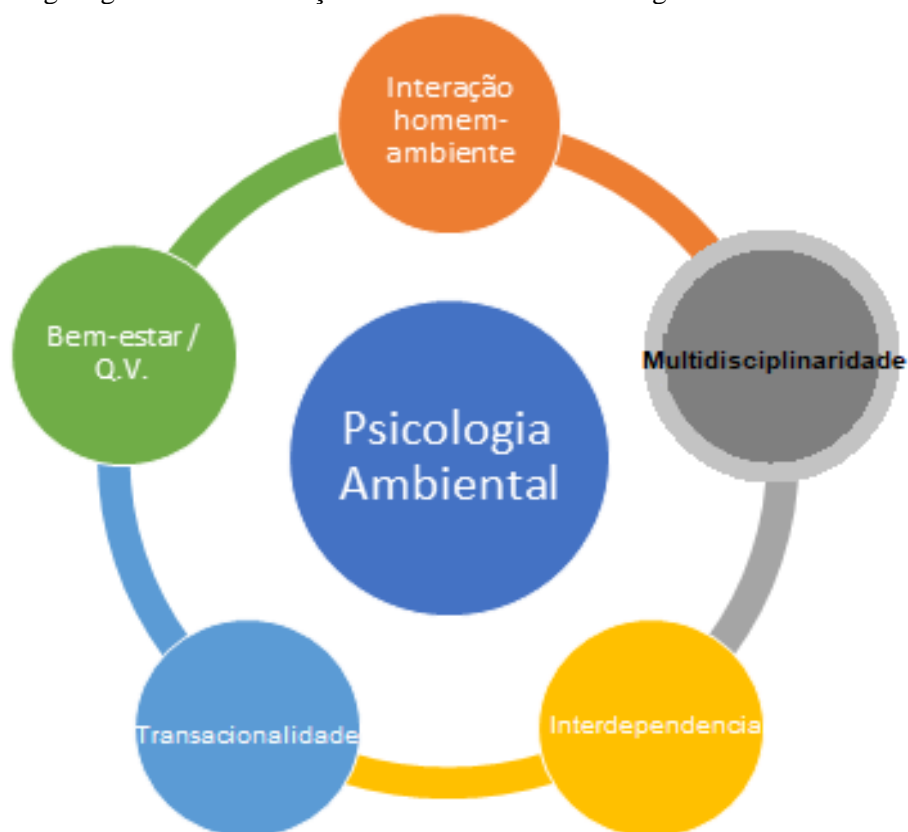
	Convergentes	Eixo central
Autores	Melo (1991) Pinheiro (1997) Bonnes; Bonaiuto (2002) Pinheiro, Gunther e Guzzo (2004) Gifford (2005) Kruse (2005) Mira, Stea e Elguea (2005) Pinheiro (2005) Alves e Bassani (2008) Jerônimo e Souza (2015)	Interação homem-ambiente

Quadro 4 - continuação

	Convergentes	Eixo central
Autores	Moser (2018) Silveira e Kuhnen (2018)	Interação homem-ambiente
	Melo (1991) Moser (2005) Silvestrin, Kuhnen e Tribéss (2019)	Multidisciplinaridade
	Pinheiro (1997) Kruse (2005)	Interdependência
	Kruse (2005) Mira, Stea e Elguea (2005)	Transacionalidade
	Moser (2005) Alves e Bassani (2008) Carvalho e Bassani (2011) Silveira e Kuhnen (2018)	Saúde como bem-estar/QV

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

Organograma 5 - Intersecções das ideias sobre Psicologia Ambiental



Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

Já Melo (1991), Moser (2005), Silvestrin, Kuhnen e Tribéss (2019) entendem que a ideia se vincula à Multidisciplinaridade. Enquanto Pinheiro (1997) e Kruse (2005) consideram que a ideia básica para Psicologia Ambiental é a Interdependência. Por sua vez, Kruse (2005) e Mira, Stea e Elguea (2005) convergem para a concepção de Transacionalidade enquanto ideia fundamental. Por fim, Moser (2005), Alves e Bassani (2008), Carvalho e Bassani (2011), Silveira e Kuhnen (2018) ponderam a ideia de que a Psicologia Ambiental enfoca a Saúde enquanto processo de bem-estar para o desenvolvimento da QV.

Ao observar as ideias dos autores supracitados, foi possível verificar dois domínios principais: de um lado, as informações dadas pelos autores associadas à Psicologia Ambiental enquanto processo de interação homem-ambiente na sua construção dialética; do outro lado, notam-se ideias voltadas para o bem-estar do ser humano na relação com o ambiente. No que se refere à Psicologia Ambiental, é possível concluir que tem como característica investigar a relação homem-ambiente.

Dunlap, Michelson e Stalker (2002) afirmam que essa relação é de reciprocidade e cíclica de maneira dinâmica e prospectiva. Nesses termos, Lemos e Higuchi (2011) explicam que o comportamento do ser humano e sua interação com o ambiente é a condição capital para o processo dialético de transformação de sua realidade. Tuan (2012) enfatiza que o estabelecimento da relação homem-ambiente surge pelo processo sociocultural perpassando aspectos tipicamente humanos.

Ainda nessa opinião, Higuchi, Calegare e Freitas (2013) abordam que a relação homem-ambiente se fundamenta no engajamento da ação concreta do ser humano junto ao ambiente com transformação dinâmica a partir das circunstâncias. Então, Larson *et al.* (2015) elucidam que as transformações produzidas são convergentes para a evolução da relação homem-ambiente dentro das características filogenéticas, ontogenéticas e culturais.

As teses desses autores são ratificadas pelas ideias de Acosta, Campos e Gonçalves (2018), segundo os quais na interação entre ser humano e ambiente, a identidade social apresenta sua sistemática dentro da relação entre eles, com desenvolvimento e incorporação de dimensões humanas e ambientais. O resultado é uma dinâmica singular com características contextuais, onde a interação apresenta aspectos particulares interligados entre si.

5.3.3 Intersecções das ideias sobre desenvolvimento regional

A exposição do Quadro 4 e do Organograma 6 proporciona o estabelecimento de relações entre as distintas ideias de Desenvolvimento Regional. Dessa forma, Velasco (1996), Bosier (1996) e Carneiro (2010) estão em concordância com o eixo principal, de que o desenvolvimento é um processo que se constrói pela intervenção do Estado.

Quadro 4 – Intersecções das ideias sobre Desenvolvimento Regional

	Convergentes	Eixo central
Autores	Velasco (1996) Bosier (1999) Carneiro (2010)	Intervenção do Estado na região
	Bosier (1996) Velasco (1996) Cardoso e Ribeiro (2002) Theis (2019)	Organização e estruturação da região
	Dallabrida e Becker (2008) Gardelha <i>et al.</i> (2011) Bazzanella e Onisto (2014) Melo e Vieira (2015) Correa, Silveira e Kist (2019)	Autonomia e independência regional

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

Organograma 6 - Intersecções das ideias sobre Desenvolvimento Regional



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Por outro lado, Bosier (1996), Velasco (1996), Cardoso e Ribeiro (2002), Theis (2019) consideram o desenvolvimento enquanto uma edificação seguindo uma organização e estruturação da região. Em contraste a isso, Dallabrida e Becker (2008), Gardelha *et al.* (2011), Bazzanella e Onisto (2014), Melo e Vieira (2015), Correa, Silveira e Kist (2019) abordam o desenvolvimento na perspectiva da autonomia e independência para a construção da região.

As três ideias de Desenvolvimento Regional iniciam com o argumento de Costa e Cunha (2002), os quais afirmam que o papel do Estado passa a ser de regulador interno no desenvolvimento por conta da concepção de políticas supranacionais, segundo a qual as regiões, cidades e locais estariam em equidade de importância com o Estado.

O resultado foi a inserção da importância da qualidade de vida, cidadania, sustentabilidade ambiental e democracia. Ferreira (2002) avalia que o desenvolvimento de uma região pressupõe integração, articulação e mobilização de todos os componentes (atores locais e econômicos) para frutificação de tecnologias e infraestrutura, por meio da valorização de uma atuação mais regionalizada. Aqui se evidencia a ideia de desenvolvimento regional enquanto organização e estruturação a partir do Estado.

Na perspectiva de Santos (2003), o Estado tem o dever de possibilitar o desenvolvimento com o oferecimento de alternativas por meio de instrumentos com a finalidade de diminuir as carências da região, sendo que sua ação é propiciar a sustentabilidade. Com isso, demonstra sua ação reguladora mediando parcerias com gestores locais e regionais. Nesse sentido, percebe-se o Estado como interventor para ações desenvolvimentistas.

Segundo Sicsú, Paula e Michel (2007), no caso do Brasil, é a partir do início do século XXI que se pode observar o surgimento de ideias de desenvolvimento pautadas em duas vertentes: o “novo-desenvolvimentismo” e o “social-desenvolvimentismo”. Essas ideias vêm para combater a crise político-econômica e social do neoliberalismo da metade de década de 1990. Então, o parecer da vertente denominada “novo-desenvolvimentista” se baseia nas seguintes apreciações:

- a) Somente existe mercado sólido com Estado forte;
- b) Não é possível crescimento sustentado com altas taxas quando não há o fortalecimento do Estado e do mercado;
- c) É a estratégia do desenvolvimento nacional que propiciará um Estado e mercado fortes;

d) É apenas com taxas altas e contínuas que se torna possível o cumprimento da redução da desigualdade social.

Assim, Furtado (2009) mostra que o estímulo do Estado e sua consonância com o fator social (sociedade) possibilitam à uma dada região superar suas dificuldades, mas apenas se for possível proporcionar reformas fundamentais no setor fiscal, urbano, administrativo, universitário, bancário, agrário e tributário.

A outra vertente, chamada de “social-desenvolvimentista”, se baseia na redistribuição de renda com o foco nas ideias de Prebich. Nesse sentido, pondera-se o investimento do Estado para se chegar ao desenvolvimento, com ênfase na política tributária e fiscal, cujo intuito é de suplantar as dificuldades estruturais da região (FONSECA, 2014; MOLO, 2016).

Com uma nova visão, Sen (2010) compreende que o desenvolvimento acontece quando atinge de modo direto o homem, possibilitando a opção da liberdade de escolha e não a determinação imposta pelo governo do que se deve fazer de sua realidade.

A ideia de desenvolvimento precisa se centrar no processo de como os meios e estilos das pessoas se constroem nas dificuldades regionais, não esquecendo a análise econômica do desenvolvimento pelo PIB, porém, arquitetando uma mudança de realidade através da educação e da saúde. Entende-se, nesse modelo a ideia de desenvolvimento como autonomia e independência dos seus atores na gestação de sua região.

5.3.4 Triangulação entre saúde mental desenvolvimento regional – psicologia ambiental – desenvolvimento regional

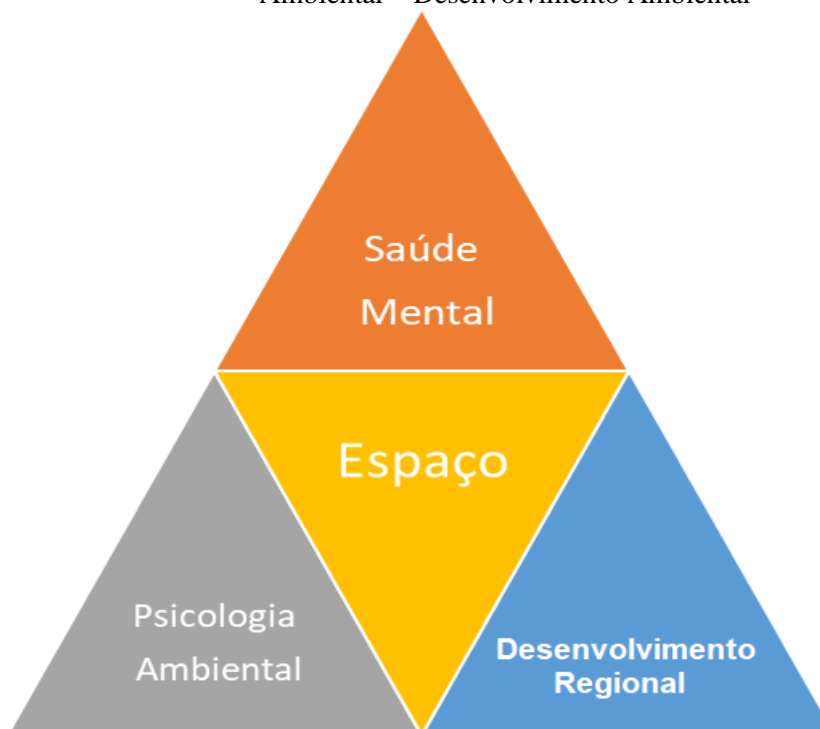
De acordo com dados dispostos no Organograma 7, podem-se distinguir três conjuntos de concepções sobre Espaço na triangulação, com base em conceitos investigados entre Psicologia Ambiental, Saúde Mental e Desenvolvimento Regional.

Nessa análise, a intersecção é o Espaço na tríade Psicologia Ambiental, Saúde Mental e Desenvolvimento Regional. Em analogia, na tríade, observa-se o indivíduo através da apropriação do espaço para se chegar à uma identidade.

A procura da identidade junto a identificação com o espaço possibilita segurança e familiaridade para confrontar o medo e a insegurança natural perante o novo. Isso faz com que a pessoa se esforce na mudança do outro em si mesmo, ora pela identificação, ora pela atitude transformadora do ambiente (ALENCAR; FREIRE, 2007). O ambiente quando

arquitetado e disposto no espaço possibilita uma interação de satisfação. A ideia inversa a essa resultará no espaço desagradável, insatisfatório e repressor (GONÇALVES, 2007).

Organograma 7 - Triangulação entre Saúde Mental - Psicologia Ambiental – Desenvolvimento Ambiental



Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

Nesse sentido, quando o aluno da universidade não consegue isso no espaço acadêmico, começa a entrar em sofrimento. O resultado dessa ação é o aparecimento de enfermidades psicológicas. O estudante também adoece por conta das expectativas projetadas (simbolismo) no espaço universitário e do afeto nessa idealização. Quando não se confirma isso, o estudante se frustra e começa a entrar em sofrimento psicológico.

Para Gonçalves (2007), quando a pessoa se insere no ambiente (espaço), este ganha importância na formação de sua identidade, pois aquela se sentirá integrada na sua relação socioespacial por meio da sua experiência vivencial e dialética.

Na Psicologia Ambiental, para Alencar e Freire (2007), bem como Uzzel e Moser (2009), a identificação com o ambiente (espaço) significa pensar em intimidade e bem-estar, que se configuram na relação homem-ambiente e sua interação enquanto acesso aos espaços urbanos nos aspectos físicos e psicológicos, da mesma forma que nas transformações que acontecem nas interações entre eles e os resultados na pessoa no que se refere ao bem-estar e qualidade de vida.

Souza (2009) afirma que o ser humano interage com a realidade (natureza) em busca de realizar suas satisfações de maneira imediata. Para isso, transforma sua relação com o ambiente social e com a natureza. Contudo, de acordo com Elali e Medeiros (2011), não existe uniformidade temporal e espacial nessas interações, pois o contexto é importante para a realização dessas relações. O acadêmico, na sua percepção ambiental do espaço universitário, se desenvolve por seus fatores emocionais com o uso do apego afetivo do local, sendo o mantenedor da sua relação com o espaço físico.

Então, a saúde mental dos acadêmicos na universidade, nas relações estabelecidas nesse espaço, se configura em uma busca de satisfação imediata. Gomes (2012) afirma que a saúde mental compreende itens gerados de transtorno psicológico. Isso se concatena com as singularidades vivenciais das pessoas, os seus valores morais e culturais, as relações interpessoais e os recursos estruturais da sociedade.

De acordo com Luz, Brizolla e Garcia (2017), por meio da universidade, o ensino superior vem mudando seu caráter de formação profissionalizante e se voltando para a formação acadêmica. Sua produção de capital intelectual dentro da região é um resultado reforçador para o aspecto econômico e social.

Nessa esteira, Lara e Carniello (2018, p. 58) afirmam que

[...] a presença de uma universidade com o desenvolvimento regional [...] proporciona trabalho e desenvolvimento pessoal [...] atua como parte do mecanismo do desenvolvimento da região, proporcionando educação e possibilidade às pessoas superarem suas crises.

Logo, o espaço da universidade para o acadêmico, junto com seu estado de saúde, representa o modo de construção do conhecimento. Para Bizerril (2017), as universidades possuem um papel estratégico para o desenvolvimento regional e humano de uma sociedade, pois é nesse espaço que as relações na produção do conhecimento científico, do cidadão e de tecnologia podem impulsionar o crescimento de uma região. O seu fracasso, por outro lado, significa uma ação diretamente proporcional ao desenvolvimento regional.

Souza (2009) diz que o espaço engloba alteridade na sua realidade, pois é resultado de uma produção social, sendo uma mercadoria abstraída do ambiente com sua singularidade e contextualidade, isso a partir de uma dialética do espaço na qual o ser humano utiliza-o para sua sobrevivência, segundo aspectos históricos e naturais.

Para Lefebvre (2006, p. 301-302)

[...] todos os momentos precedentemente discernidos da espacialidade: o **percebido**, o **concebido** e o **vivido** – as representações do espaço, os espaços de representação – os espaços próprios a cada sentido, do olfato à palavra – os gestos e os símbolos. O espaço monumental oferecia a cada membro de uma sociedade a imagem de seu pertencimento e de sua fisionomia [rosto, aspecto] social, espelho coletivo mais “verdadeiro” que um espelho individualizado [...] (grifo nosso).

Na ideia do autor, o espaço percebido é relação entre realidade cotidiana e realidade urbana ligando as ações espaciais geradas de atitudes, normas, valores e das interações individuais singulares dentro da construção social, ou seja, é a prática social a partir de uma produção e reprodução social perceptiva da pessoa.

Já o espaço concebido diz respeito à representação abstrata, que se caracteriza pela elaboração de ideias hierarquizadas, normativas, estáticas, cristalizadas e afastada da realidade para o controle social, que tem sua origem nos conhecimentos ideológicos e técnicos. Portanto, o espaço valoriza o pensamento de produto (resultado) pelo fato de estar atrelado à questão de barganha (troca).

Por outro lado, o espaço vivido se refere às distinções existentes na maneira de se viver, sendo o espaço das representações que vêm através de um código dos espaços das representações (simbolismo espacial) dentro da sociedade.

O espaço universitário precisa ser caracterizado como o lugar da pluralidade, no qual a singularidade precisa ser respeitada para que o sofrimento psicológico não passe a ser uma tendência inata na relação ser humano (estudante) e universidade.

De acordo com Lefebvre (2006), essa relação expressa e se caracteriza pelo espaço vivido na medida em que nascem as expectativas simbólicas (a imaginação deseja transformar e adotar a realidade) que o espaço (universidade) produz e a utilização que o estudante faz do ambiente. Assim, o espaço percebido da pessoa se pronuncia entre o vivido e o concebido. Destarte, a prática social resulta do conflito entre o vivido e concebido, na qual o vivido se adequa parcialmente ao concebido nos aspectos normativos, simbólicos e códigos.

Verifica-se que o espaço, na relação com a Saúde Mental, com a Psicologia Ambiental e com o Desenvolvimento Regional, ocasiona um espaço relacional, no qual a Saúde Mental do estudante universitário está entre o nível do microsistema e do mesossistema. A Psicologia Ambiental ocupa o lugar nas relações entre esses vários níveis, e o Desenvolvimento Regional se constrói no nível do macrossistema.

Por isso, o modelo utilizado para última análise é bioecológico¹⁵ de Bronfenbrenner, que possibilita o entendimento do fenômeno de triangulação entre Saúde Mental dos estudantes na universidade, Psicologia Ambiental e Desenvolvimento Regional, visto que as relações estabelecidas na psicodinâmica do acadêmico universitário transcendem seu nível relacional, afetando os outros níveis que estão interconectados.

A diferenciação dos vários níveis de processamento da saúde mental do estudante universitário favorece entender como se formam as percepções, crenças, normas, valores e expectativas dele ao longo das suas relações com o ambiente, em conjunto com suas influências de todos os níveis do sistema onde está.

Nesse modelo, a questão do entorno no aspecto social é analisada em seis (6) níveis que são: **globossistema e cronossistema**, o **macrossistema**, **exossistema**, **mesossistema** e **microssistema** (BRONFENBRENNER, 2011 grifo nosso).

O autor explica que o microssistema diz respeito ao contexto onde o indivíduo está inserido em certo instante de sua vida (família, amigos, pais, parentes). O mesossistema é formado por vários ambientes onde o indivíduo tem sua inserção (microssistema), sendo um lócus (instituições, locais) de sua interação para seu desenvolvimento pessoal.

O exossistema se refere aos ambientes nos quais o indivíduo não está incluso de maneira direta, mas que geram conflitos direta e indiretamente nas suas atitudes. Um exemplo desse tipo são o microssistema e o mesossistema de pessoas do contexto familiar (tios), que representam ambientes onde o indivíduo ora está, ora não está de modo direto. Esses níveis externos ao indivíduo produzem transformações em si.

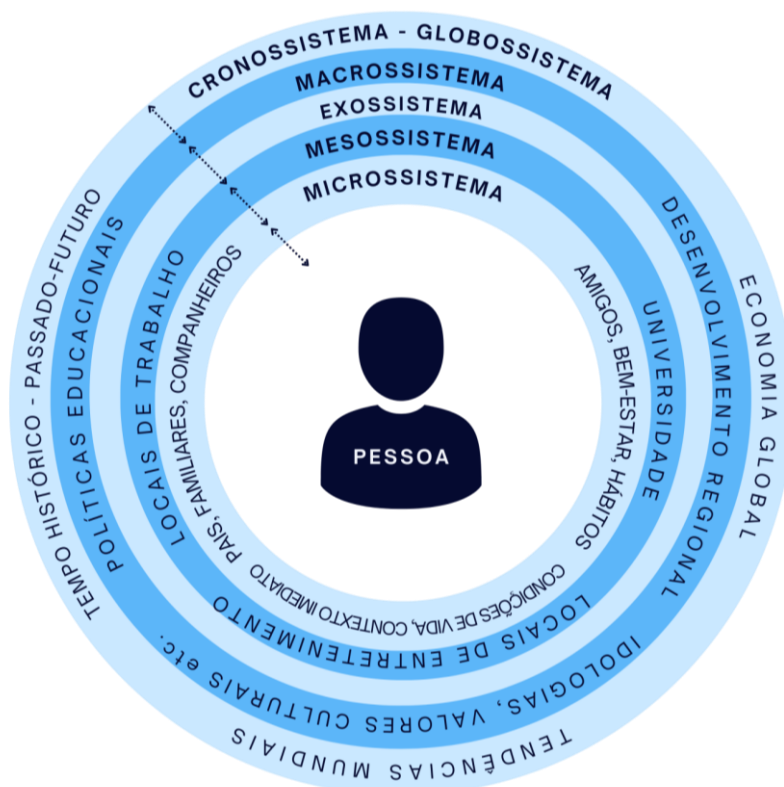
O macrossistema integra ambientes macros como governo de várias instâncias, movimentos sociais, sistemas econômicos, ideologias, culturas, valores políticos. Enfim, todos esses níveis estão conectados pelo globossistema e cronossistema, que se caracterizam pela ação temporal, histórica e também pelo dinamismo de sistemas globais em âmbitos locais. Isso produz adaptações constantemente nos outros níveis interconectados (BRONFENBRENNER, 2011).

No Organograma 8 é demonstrado o diagrama do modelo ecológico, a partir do qual se produziu a adaptação para a temática relacional da Saúde Mental – Psicologia Ambiental – Desenvolvimento Regional.

¹⁵Modelo criado por Urie Bronfenbrenner (1917-2005) enfatiza a compreensão da ontogênese na área da Psicologia Social e Ambiental. Onde apresenta os diversos níveis ecológicos que estão interconectados com influencia entre si. Explica o comportamento do ser humano, se processa na relação mutua entre esses diversos níveis potencializando o ser humano como também fragilizando-o (BRONFENBRENNER, 2011).

Em ponderação sobre o modelo ecológico, o nível do mesossistema representa o *locus* onde o acadêmico se insere momentaneamente na sua dinâmica de vida. Nesse caso, o ambiente é a universidade, instante fundamental para ele buscar o aperfeiçoamento de suas capacidades acadêmicas, cognitivas, culturais e profissional. Todavia, quando a relação no ambiente universitário se torna tóxica para o estudante, o resultado é o sofrimento e o aparecimento de transtornos psicológicos.

Organograma 8 - Modelo Ecológico Saúde Mental - Psicologia Ambiental – Desenvolvimento Ambiental



Fonte: Adaptado de Bronfenbrenner (2011).

Assim, observam-se as influências e a dinâmica do estudante na construção de sua saúde e qualidade de vida, que se integram com a qualidade do ensino, acesso a serviços básicos, incentivo à produção científica por meio de pesquisa e extensão. Isso possibilita a confluência do seu comportamento para a produção de bem-estar, com atendimento de seus desejos pessoais, familiares e profissionais, bem como influencia a dinâmica pessoa-ambiente (instituição) reciprocamente, também em níveis como o do micro e do mesossistema.

Um outro aspecto na análise ecológica diz respeito ao nível do exossistema pela interconectividade com os demais níveis, principalmente com os microsistemas dos

professores e dos familiares do acadêmico universitário. Assim, transformações nesse microssistema, na relação estudante-ambiente (universidade), alteram o estado de saúde mental dele.

Na mesma dinâmica, os estados de bem-estar e qualidade de vida do estudante universitário são mobilizados pelo nível macrossistema (desenvolvimento regional, ideologias, economia, políticas educacionais).

Deste modo, para Goebel e Miura (2004), o desenvolvimento regional por meio das transformações socioeconômicas é influenciado pelas IES, pois estas possibilitam o desenvolvimento cultural, econômico e social, que regularmente acontece onde elas se localizam. Esse processo se demonstra por suas atividades básicas, que identificam suas vontades na formação universitária na figura do aluno, a relação com a sociedade e o desejo de desenvolvimento de setores de produção local.

Com isso, as políticas adotadas pelo desenvolvimento regional movimentam a criação de recursos para ensino, pesquisa e extensão, como o auxílio através da concessão de bolsas e recurso para infraestrutura no ambiente universitário para os estudantes. A consequência é a manutenção do estado de saúde mental e o melhoramento da qualidade de vida dos acadêmicos.

Afinal, o modelo ecológico vem auxiliar na análise entre Saúde Mental – Psicologia Ambiental – Desenvolvimento Regional, pois estabelece esses três itens na relação entre os vários níveis para entender a dinâmica entre si e sua interconectividade.

Entretanto, para Goebel e Miura (2004), o melhoramento na área educacional (universidade) é um propulsor para o desenvolvimento regional, pois resulta no crescimento econômico e social, desde que esse processo educacional seja constante e contínuo no ensino superior, o que pode ocorrer por meio de programas de ensino com papel social (bem-estar e qualidade de vida), para oportunizar o desenvolvimento intelectual e de bem-estar dos alunos, bem como a produção do desenvolvimento social com acessibilidade de conhecimento para a sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, foi possível examinar a Saúde Mental dos estudantes da Universidade Federal do Amapá, do Campus Marco Zero, pelo enfoque da Psicologia Ambiental; realizar o levantamento documental do número de estudantes da UNIFAP atendidos pelo Serviço de Atendimento Psicopedagógico (SAPE) no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), no Campus Marco Zero; identificar demanda, sexo biológico e curso dos estudantes atendidos pelo Serviço de Atendimento Psicopedagógico (SAPE) e organizar os conceitos de Saúde Mental dos estudantes no Ensino Superior, Psicologia Ambiental e Desenvolvimento Regional com os fundamentos teóricos a partir de revisão da literatura em trabalhos relacionados ao tema em que haja a intersecção entre os conteúdos.

Em primeira análise, mostrou-se plausível a apreensão dos fatores número, sexo biológico e curso, em que os resultados revelaram que o sofrimento mental apresenta maior ocorrência em estudantes dos cursos da área da saúde (Enfermagem 7,26%, Ciências Biológicas 5,94%, Medicina 5,28%) e onde o objeto de estudo apresente mais a subjetividade (Letras Português/Frances e Português/Inglês 9,9%, Ciências Sociais 7,92%, Pedagogia 5,61%, Jornalismo 5,28%, Teatro 4,62%).

Em relação ao sexo biológico, a partir das analogias, o sexo feminino apresentou maior vulnerabilidade, com alterações emocionais negativas, com maior incidência de transtornos como depressão e ansiedade, em relação aos acadêmicos do sexo masculino. E os estudos elencados ratificaram essas informações.

Ainda em analogia, no que se refere à demanda, constatou-se que o transtorno de adaptação com ansiedade, o não especificado, e com depressão tiveram, respectivamente, os maiores índices percentis e em quarto (4º) lugar o transtorno do neurodesenvolvimento no seu aparecimento entre os estudantes que buscaram atendimento pelo SAPE.

A literatura científica utilizada explica que a depressão e a ansiedade são as enfermidades mais frequentes na vida dos estudantes universitários, principalmente no sexo feminino. Portanto, a pesquisa que foi realizada confirmou essa frequência.

Com referência ao ambiente universitário, demonstrou-se que produz sofrimento quando não gera satisfação e prazer. Com isso, as expectativas positivas dos estudantes se tornam negativas. De tal modo, que sua interação com o ambiente (Psicologia Ambiental) necessita do desenvolvimento de intimidade para em resultar bem-estar. Por isso, a saúde mental enquanto bem-estar se explica pelo apego afetivo e sua percepção em relação ao espaço onde está interconectado.

A universidade (espaço) é uma produtora de conhecimento técnico-científico e edificadora do desenvolvimento regional, isso influencia a saúde da pessoa integrada no processo interconectivo (tríade).

O fracasso da universidade em acolher e manter a qualidade de vida do estudante afeta a política do desenvolvimento regional de maneira negativa. O espaço da universidade, no que se refere às interações do estudante, se constrói com a busca de um lugar de multiplicidade, mesmo que a universidade não se construa nessa ideia. Nesse sentido, o sofrimento psicológico dos estudantes se mantém frequente pela falta de ajustamento criativo diante daquilo que o acadêmico vive no espaço, gerando ideias (simbolismo) com suas atitudes.

A interpretação do estudante em uma dada situação é o espaço percebido entre a concepção e a experiência do espaço vivido. Essa é a prática social dentro do espaço universitário.

Igualmente, a interconectividade entre Saúde Mental do estudante universitário, Psicologia Ambiental e Desenvolvimento Regional se consolida na ideia de o espaço ser um lugar que transcende suas fronteiras conceituais, no qual tudo é somente espaço. Essa ideia expressa que tudo é espaço porque tudo está integrado dentro de um processo de retroalimentação com seus integrantes na busca de homeostase (equilíbrio).

Enfim, os resultados alcançados nessa pesquisa aperfeiçoam a ponderação para a entender a psicodinâmica do sofrimento psicológico dos estudantes universitários a partir de uma perspectiva sistêmica.

Ademais, é necessário que outras pesquisas sejam realizadas para que possam compreender se a psicodinâmica e seus influenciadores mantêm o adoecimento na universidade pública, a qual apresenta sua sintomatologia na figura do discente, do docente e do técnico administrativo.

Mais do que considerações, este estudo permite reflexões, sobre a necessidade de sensibilização (psicoeducação) dos atores como: técnicos, docentes e discentes da UNIFAP para que esses busquem ajuda por meio dos serviços psicológicos disponíveis na universidade. Isso possibilita a promoção de uma vivência saudável com produção de bem-estar. Também existe a necessidade da criação de projeto de extensão sobre a temática saúde mental e cuidados psicológicos no âmbito universitário. Em que se expresse o trabalho do psicólogo com docentes, discentes e técnicos, por meio do trabalho individual (psicoterapia focal) e grupal (grupo focal). Com intuito de desmistificar o trabalho do psicólogo e mostrar a importância de cuidar da psiquê humana.

Dessa maneira, espera-se que as informações disponíveis neste estudo possam efetivamente contribuir para a compreensão de quais as melhores medidas que podem ser adotadas para fomentar a transformação da realidade que foi estudada.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, S. A.; CAMPOS, J. B.; GONÇALVES, T. M. Ambiências urbanas: personificação da cultura no espaço público. **Criar Educação**, v. 7, n. 2, p. 1-16, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331798512_AMBIENCIAS_URBANAS_PERSONIFICACAO_DA_CULTURA_NO_ESPACO_PUBLICO. Acesso em: 17 abr. 2021.
- AGUIAR, A. M.; RODRIGUES, P. C. O. Prevalência de sintomas de ansiedade em estudantes de graduação, cap. 2, p. 11-19. *In*: RODRIGUES, P. C. O.; SOUZA, S.C. (org.) **Saúde mental do estudante universitário uma coletânea de estudos descritivos**. Nova Xavantina/MT: Pantanal, 2021.
- ALENCAR, H. F.; FREIRE, J. C. O lugar da alteridade na psicologia ambiental. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 305-328, set. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v7n2/05.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2022.
- ALMEIDA FILHO, N. de; ROUQUAYROL, M. Z. Modelos de saúde e doença. *In*: ALMEIDA FILHO, N. de; ROUQUAYROL, M. Z. **Introdução à epidemiologia**. 4. ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
- ALTMAN, I.; ROGOFF, B. World views in Psychology: trait, interactional, organismic, and transactional perspectives, cap. 1, p. 7-40. *In*: STOKOLS, D.; ALTMAN, I. **Handbook of environmental psychology**. New York: Library of Congress, 1987.
- ALVES, J. G. B. *et al.* Qualidade de vida em estudantes de Medicina no início e final do curso: avaliação pelo Whoqol-bref. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p: 91-96, 2010. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-549381>. Acesso em: 23 jan. 2022.
- ALVES, M. C. L.; BASSANI, M. A. **A Psicologia Ambiental como área de investigação da inter-relação pessoa-ambiente**, 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/234207-A-psicologia-ambiental-como-area-de-investigacao-da-inter-relacao-pessoa-ambiente.html>. Acesso em: 29 set. 2019.
- AMADO-LEVY-VALENSI, E.; GAU, J. A.; VEIL, C. Hygiène mentale et “condition étudiante”. **Le Bureau D’Aide Psychologique Universitaire**. Hygiène Mentale et “condition étudiante”, v. 45, p. 269-282, 1956.
- AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- ANDRADE, K. O. *et al.* Qualidade de vida em estudantes de psicologia. **Revista Psicólogo inFormação**, ano 15, n. 15, jan./dez. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092011000100009. Acesso em: 23 jan. 2022.
- ARAÚJO, S. M.; FREITAS, L. S.; ROCHA, V. S. G. Gestão Ambiental: práticas sustentáveis nos campi de uma IFES. **Reunir**, v. 7, n. 3, p. 36-50, set/dez., 2017.

ARIÑO, D. O.; BARDAGI, M. P. Relação entre Fatores Acadêmicos e Saúde Mental de Estudantes Universitários. **Psicologia e Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 12, n. 3, p. 44-52, dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1982-12472018000300005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 23 jan. 2022.

ASSIS, A. D; OLIVEIRA, A. B. Vida universitária e saúde mental: atendimento às demandas de saúde e saúde mental de estudantes de uma universidade brasileira. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v. 2, n. 4-5, p. 159 -177, 2010.

ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA – APA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**, 5. ed. (DSM-V). Arlington, VA: Associação Psiquiátrica Americana, 2013.

BAMPI, L. N. S. *et al.* Qualidade de Vida de Estudantes de Medicina da Universidade de Brasília. **Revista Brasileira de Educação Médica**, n. 37, v. 2, 2013. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/28720?locale=pt_BR. Acesso em: 23 jan. 2022.

BANDEIRA, A. C. M.; NOVO, F. L. Universidade e Desenvolvimento Regional: análise da contribuição do programa de pós-graduação em ciência e tecnologia de sementes da UFPEL. **XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30355162.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BARDAGI, M. P. **Evasão e comportamento vocacional de universitário. Estudos sobre o desenvolvimento de carreira na graduação**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10762>. Acesso em: 13 ago. 2020.

BARROS, M. J. *et al.* Avaliação da qualidade de vida de universitários da área da saúde, **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, Pombal-PB, v. 7, n. 1, p. 16-22, jan./mar., 2017.

BAZZANELLA, S. L. Saúde, desenvolvimento humano e sustentável. **Saúde e Meio Ambiente**, v. 3, n. 2, p. 3-18, jul/dez., 2014.

BAZZANELLA, S. L.; ONISTO, F. Limites e potencialidades do Desenvolvimento Regional. **Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional** - Faccat - Taquara/RS, v. 11, n. 1, jan./jun. p. 7-27, 2014.

BENVEGNÚ, L.; DEITOS, F.; COPETTE, F. Problemas Psiquiátricos Menores em Estudantes de Medicina da Universidade Federal de Santa Maria. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 18, p. 229-33, 1996. Disponível em: <https://www.scienceopen.com/document?vid=2a79ae9a-d0b3-4514-99f8-32a3a62a9e38>. Acesso em: 23 jan. 2022.

BIZERRIL, M. X. A. **Universidade pública e desenvolvimento regional: um estudo nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste do Brasil**, 2017. Disponível em: <https://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/12/30-Universidade-Publica-e-desenvolvimento-regional.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

BLEGER, J. **Psico-higiene e psicologia institucional**. Porto Alegre, Artemed. 2003.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, IPEA, n. 13, p. 111-147, jun. de 1996. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/135>. Acesso em 17 mar. 2021.

BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construccion de capital sinergetico. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 2, nov., p. 39-53, 1999.

BONNES, M.; BONAIUTO, M. CHAPTER 3 - Environmental Psychology: From Spatial-Physical Environment to Sustainable Development. *In*: BECHTEL, R. B.; CHURCHMAN, A. **Handbook of Environmental Psychology**. New York.: John Wiley & Sons, p. 28-54, 2002.

BORINE, R. C. C.; WANDERLEY, K. S.; BASSITT, D. P. Relação entre a qualidade de vida e o estresse em acadêmicos da área da saúde. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 6, n. 1, p. 100-118, jun., 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072015000100008. Acesso em: 23 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 98.997**, de 2 de fevereiro de 1990. Institui a Fundação Universidade Federal do Amapá e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d98997.htm. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Amapá. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 13026, 1 set. 1986.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Glossário temático**: promoção da saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social**: Teoria e ejercicios. 7. ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

BRITO, D. **Casos de suicídio motivam debate sobre saúde mental nas universidades**, 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-08/casos-de-suicidio-motivam-debate-sobre-saude-mental-nas-universidades>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano**: tornando seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CARDOSO, T; RIBEIRO, J. C. Economia para o homem e desenvolvimento regional: contribuição para um pensamento e uma política regional alternativos, *In*: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. (org.) **Respostas regionais aos desafios da globalização**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

CARDOZO, M. Q. *et al.* Fatores associados à ocorrência de ansiedade dos acadêmicos de biomedicina. **Revista Saúde e Pesquisa**, v. 9, n. 2, p. 251-262, mai./ago., 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-832019>. Acesso em: 23 jan. 2022.

CARLETO, C. T. *et al.* Adaptação à universidade e transtornos mentais comuns em graduandos de enfermagem. **Revista eletrônica de enfermagem**, v. 20, p. 01-11, abr., Uberaba, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/43888>. Acesso em: 23 jan. 2022.

CARLOTTO, M. Transtornos mentais comuns em trabalhadores de unidades básicas de saúde: Prevalência e fatores associados. **Psicologia Argumento**, v. 34, n. 85, 133-146, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/311588959_Transtornos_Mentais_Comuns_em_trabalhadores_de_Unidades_Basicas_de_Saude_Prevalencia_e_fatores_associados. Acesso em: 13 ago. 2020.

CARNEIRO, R. N. O papel das políticas públicas e o desenvolvimento regional no Brasil: do paradigma mentalista ao linguístico. **Boletim Goiano Geografia**, Goiânia, v. 30, n. 2, p. 113-123, jul./dez. 2010.

CARVALHO, E. A. *et al.* Índice de ansiedade em universitários ingressantes e concluintes de uma instituição de Ensino Superior. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 14, n. 3, p. 1290-1298, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/23594/15278>. Acesso em: 23 jan. 2022.

CARVALHO, L. P.; BASSANI, M. A. A formação do psicólogo: Psicologia Ambiental e Sustentabilidade, p. 134-149. In: BASSANI, M. A. (org.). **Vida Urbana: estudos em Psicologia Ambiental**. 1. ed. Santo André-SP: ESETec, 2011.

CARVALHO, I. A.; BRANCO, F. M. F. C.; SILVA, R. A. Sintomas ansiosos entre estudantes de uma universidade na fronteira franco brasileiro. **Revista Cuidado Fundamental**, Rio de Janeiro, p. 1026-1031, jan./dez., 2021. Disponível em: <http://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/9852/10042>. Acesso em: 22 nov. 2022.

CARVALHO, S. R. Os múltiplos sentidos da categoria “empowerment” no projeto de Promoção à Saúde. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1088–1095, jul./ago. 2004. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Os_multiplos_sentidos_da_categoria_empowerment_no_projeto_da_promocao_da_saude.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

CASTRO, V. R. Reflexões sobre a saúde mental do estudante universitário: estudo empírico com estudantes de uma instituição pública de ensino superior. **Revista Gestão em Foco**, n. 9, p. 380-401, 2017.

CERCHIARI, E. A. N.; CAETANO, D.; FACCENDA, O. Prevalência de transtornos mentais menores em estudantes universitários. **Estudos de Psicologia**, v. 10, n. 3, p. 413-420, 2005.

CHIARELLO, I. S. A universidade e seu papel no desenvolvimento regional: contribuições do proesde. **Revista Extensão em Foco**. v. 3, n. 1. p. 240-257, 2015.

CLAUMANNET, G. S. *et al.* Qualidade de vida em acadêmicos ingressantes em cursos de educação física, **Journal of Physical Education**, v. 28, p. 1-11, 2017.

CORRÊA, J. C. S.; SILVEIRA, R. L. L.; KIST, R. B. B. Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (G&DR)**, v. 15, n. 7, Edição Especial, p. 3-15, dez/2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5255>. Acesso em: 9 abr. 2021.

CORREIO, M. A. N.; CORREIO, S. R. S. Desemprego de jovens amapaenses com escolarização superior em Macapá e Santana, **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 14, p. 344-363, 2016.

COSTA, E. F. *et al.* Common mental disorders and associated factors among final-year healthcare students. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 60, n. 6, p. 525-530, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ramb/a/jVvQftyy4cPgRjpfQY5XMGQ/?lang=en>. Acesso em: 13 ago. 2020.

COSTA, F. L.; CUNHA, A.P.G. Pensar o desenvolvimento a partir do local: novo desafio para os gestores públicos. *In*: Congresso Internacional del clad sobre la reforma del Estado y de la administración pública, Lisboa. **Anais**. Lisboa: Centro Latino-americano de Administración para el Desarrollo, 2002.

COSTA, M.; MOREIRA, Y. B. Saúde mental no contexto universitário. **Seminários sobre Ensino em Design**, v. 2, n. 10, p. 73-79, 2016. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br.s3.amazonaws.com/designproceedings/sed2016/009.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2022.

CUNHA, A. M.; SIMÕES, R. F.; PAULA, J. A. **Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/cdp/texdis/td260.html>. Acesso em: 9 abr. 2021.

CUNHA, S. M.; CARRILLO, D. M. O processo de adaptação ao ensino superior e o rendimento acadêmico. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 9, n. 2, p. 215-224, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/qjznyDrBP5CtCf5MmLxZLgv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2022.

CZERINA, D. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. *In*. CZERINA, D.; FREITAS, C. M. (org.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 3. ed., Porto Alegre: Artmed, 2019.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. **Dinâmica territorial do desenvolvimento.** In BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. (org.). *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares.* Santa Cruz do Sul: Edunisc, p. 175-213, 2008.

DUNLAP, R. E.; MICHELSON, W.; STALKER, G. Environmental sociology: an introduction. In: DUNLAP, R. E.; MICHELSON, W. (org.) **Handbook of Environmental Sociology**, p. 1-32. Westport, Connecticut: Greenwood, 2002.

ELALI, G. A.; MEDEIROS, S. T. F. Apego ao lugar. In. CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A (org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental.** p. 53-62, Petrópolis-RJ: Vozes, 2011. Disponível em: <https://psiambiental.files.wordpress.com/2016/03/elali-medeiros-2011-apego.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2022.

FEITOSA, M. Z. S. *et al.* Afetividade, território e vulnerabilidade na relação pessoa-ambiente: um olhar ético político, **Revista de Psicologia**, v. 30, n. 2, p. 196-203, mai./ago. 2018.

FERNANDES, R. **O Papel das Universidades no Desenvolvimento das Cidades e Regiões.** Cap. 1, p. 6-32, 2011. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7560/4/2Cap1.pdf>. Acesso em: 29 set. 2019.

FERREIRA, H. V. C. Programa de desenvolvimento integrado e sustentável de mesorregiões: uma experiência inovadora de desenvolvimento regional do governo brasileiro. In: Congresso Internacional del clad sobre la reforma del Estado y de la administración pública, Lisboa. **Anais.** Lisboa: Centro Latino-americano de Administración para el Desarrollo, 2002.

FIOROTTI, T. K. P. Transtornos mentais comuns entre os estudantes do curso de medicina: prevalência e fatores associados. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 59, n. 1, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/SDYGfzZpxLZd6BrwPZBttPj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2022.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Bookman, 2009.

FONSECA, P. D. C. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (org.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro.** Brasília: IPEA, p. 29-78, 2014.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

FURTADO, C. El desarrollo como proceso endógeno. **Enero**, abr., 2011. Disponível em: http://www.olafinanciera.unam.mx/new_web/08/pdfs/Furtado-Clasicos-OlaFin-8.pdf. Acesso em: 26 jun. 2019.

GAINO, L. V. *et al.* O conceito de saúde mental para profissionais de saúde: um estudo transversal e qualitativo. **SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 2, p. 108-116, 2018. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762018000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 jan. 2020.

GARDELHA, C. A. G. *et al.* Saúde e territorialização na perspectiva do desenvolvimento, **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 6, p. 3003-3016, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIFFORD, R. O papel da psicologia ambiental na formação da política ambiental e na construção do futuro. **Psicologia USP**, n. 16, v; 1-2, p. 237-247, 2005.

GOEBEL, M. A.; MIÚRA, M. N. A Universidade como fator de Desenvolvimento: caso do município de Toledo-PR. **Revista Expectativa**, v. 3. n. 3, p. 35-47, 2004.

GOMES, C. F. M. *et al.* Transtornos mentais comuns em estudantes universitários: abordagem epidemiológica sobre vulnerabilidades. SMAD, **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool E Drogas**, v. 16, n. 1, p.1-8, jan./fev. 2020. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/c0ab/cfc93d066411244e11b82d30535b8b3585d3.pdf?_ga=2.139199667.1207370676.1662468438-1241822843.1662468438. Acesso em: 23 jan. 2022.

GOMES, J. C. R. **Promoção da saúde mental em espaço urbano**. Tese de doutorado não-publicada, Escola Nacional de Saúde Pública, Universidade Nova de Lisboa. Portugal, 2012. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/9264>. Acesso em: 17 abr. 2021.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In.* DESLANDES, S. F; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2. ed., p. 79 - 108, Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GONÇALVES, D. V. C. *et al.* Percepção sobre o adoecimento entre estudantes de cursos da área da saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 102-111, mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/5KDzfr5kqtgCvbPkPXC7gqM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2022.

GONÇALVES, T. M. **Cidade e poética: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano**. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2007.

GRANER, K.; CERQUEIRA, A. Revisão integrativa: Sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 4, p. 1327-1346, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/RLFrGpHpQKkgYpwXvHx3B3b/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2020.

GÜNTHER, H.; ROZESTRATEN, R. J. A. Psicologia Ambiental: algumas considerações sobre sua área de pesquisa e ensino. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 9, n. 21, p. 107-122, 1993.

HAN, B-C. **Psicopolítica** – O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizontes/MG: Ayné, 2018.

HEPPNER, P. P. The conceptualization and measurement of applied problem solving and coping: From stages to dimensions to the almost forgotten cultural context. **American Psychologist**, v. 63, n. 8, p. 805-816, 2008. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2008-15778-047>. Acesso em: 13 ago. 2020.

HIGUCHI, M. I. G.; CALEGARE, M. G. A.; FREITAS, C. C. Socialidade e espacialidade nas comunidades de Unidades de Conservação no Amazonas. p. 23-62. *In*: HIGUCHI, M. I. G.; FREITAS, C. C.; HIGUCHI, N. **Morar e viver em Unidades de Conservação no Amazonas: considerações socioambientais para os planos de manejo**. Manaus, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/7151860/Socialidade_e_espacialidade_nas_comunidades_de_unidades_de_conserva%C3%A7%C3%A3o_do_amazonas. Acesso em: 23 jan. 2022.

HOFF, D. N.; PEREIRA, C. M.; PAULA, L. G. N. O impacto da universidade pública no desenvolvimento regional sob a luz da literatura internacional. **Redes Santa Cruz do Sul**, v. 22, n. 1, p. 510-527, jan./abr., 2017.

INÁCIO, R. O. *et al.* Desenvolvimento regional sustentável: abordagens para um novo paradigma. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 24, p. 6–40, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/320>. Acesso em: 23 jan. 2022.

JENSEN, K. B.; JANKOWSKI, N. M. (coord.). **Metodologías cualitativas de investigación en comunicación de masas**. Barcelona: Bosch, 1993.

JERÔNIMO, R. N. T.; SOUZA, R. V. C. Psicologia ambiental: um estudo acerca da resistência frente à mineração. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 80-86, 2015.

KRUSE, L. Compreendendo o ambiente em Psicologia Ambiental, **Psicologia USP**, n. 16, v. 1/2, p. 41-46, 2005.

LAMEU, J. N.; SALAZAR, T. L.; SOUZA, W. F. Prevalência de sintomas de stress entre graduandos de uma universidade pública. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 42, p. 13-22, jun. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752016000100002. Acesso em: 23 jan. 2022.

LARA, J. C.; CARNIELLO, M. F. Desenvolvimento Regional e a Expansão do Ensino Superior Público: o Caso da Universidade do Estado de Mato Grosso. **Revista Ensino Educação e Ciências Humanas**, Londrina, v. 19 n. 1, p. 52-58, 2018. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgskroton.com.br/article/view/3568>. Acesso em: 17 abr. 2021.

LARSON, L. R. *et al.* Understanding the multi-dimensional structure of pro-environmental behavior. **Journal of Environmental Psychology**, v. 43, p. 112-24, set. 2015. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0272494415300177>. Acesso em: 17 abr. 2021.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Paris: Éditions Anthropos, 2006.

LEMOS, S. M.; HIGUCHI, M. I. G. Compromisso socioambiental e vulnerabilidade. **Ambiente & Sociedade**, Campinas-SP, v. 14, n. 2, p. 123-38, jul./dez., 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2011000200009. Acesso em: 17 abr. 2021.

LONGHI, A. J. Desenvolvimento e região, p. 73-74. *In*: BAZZANELLA, S. L. (org.) **Crônicas do desenvolvimento**. Florianópolis-SC: DIOESC, 2012.

LORETO, G. Sobre problemas de higiene mental. **Neurobiologia**, v. 21, n. 3-4, p. 274-283, 1958.

LOPES, F. M *et al.* Transtornos mentais comuns em estudantes universitários: uma revisão sistemática da literatura. **Psicologia em pesquisa**, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 1-23, abr. 2022.

LUCAS, C. J. Psychological problems of students. **British Medical Journal**, v. 2, p. 1431-1433, 1976. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1690428/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

LUZ, A. S. BRIZOLLA, F.; GARCIA, C. A. X. A contribuição da universidade pública para o desenvolvimento da sociedade brasileira: o caso da Universidade Multicampi na região do pampa gaúcho. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 11, n. 11, p. 1 – 18, set., 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/51293>. Acesso em: 17 abr. 2021.

MARTINS, G. H. *et al.* Análise dos parâmetros de qualidade e estilo de vida de universitários, **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 11, n. 1, p. 22-30, 2012.

MARTINS, L. A. N. Atividade Médica: Fatores de risco para a saúde mental do médico. **Revista Brasileira de Clínica e Terapêutica**, v. 20, n. 9, p. 355-364, 1991.

MEDEIROS, M. R. *et al.* Saúde mental de ingressantes no curso médico: Uma abordagem segundo o sexo. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 42, n. 3, p. 214-221, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/rm6qRJKhbfm3WrNNvq7VD3F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MELADO, A. S. *et al.* Prevalence and risk factors associated with common mental disorders among medical students. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 14, n. 41, p. 1911-1922, 2019. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/03/1049863/texto-do-artigo-12402-1-10-20191231.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MELLO, A. L. S. F.; MOYSÉS, S. T.; MOYSÉS, S. J. A universidade promotora de saúde e as mudanças na formação profissional. **Interface, Comunicação, Saúde e Educação**, v. 14, n. 34, p. 683-692, jul/set., 2010.

MELO, R. G. C. Psicologia Ambiental, uma nova abordagem da Psicologia. **Psicologia-USP**, n. 2, v. 1-2, p. 85-103, 1991.

MELO, N. P.; VIEIRA, J. C. Desenvolvimento Regional: um Estudo Baseado no Crescimento Econômico do Município de Aparecida de Goiânia. **Unopar Científica. Ciências Jurídicas e Empresariais**, Londrina, v.16, n.2, p. 96-105, set. 2015.

MELO, E. C. P.; FIGUEIREDO, N. M. A. Níveis de Atenção à Saúde: Cuidado Preventivo para o Corpo Sadio. *In*: FIGUEIREDO, N. M. A. (org.) **Ensinando a cuidar da saúde Pública**. p. 125 – 142, São Caetano do Sul – SP: Yendis, 2007.

MEYER, C. *et al.* Qualidade de Vida e Estresse Ocupacional. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 36, n. 4, p. 489-498, 2012.

MIRA, R. G.; STEA, D.; ELGUEA, S. Psicologia Ambiental e Política Ambiental: questões teóricas e práticas. **Psicologia USP**, n. 16, v. 1/2, p. 249-259, 2005.

MIRVIS, D. M. *et al.* Burnout and psychological stress among deans of colleges of medicine: a national study. **Journal of Health and Human Services Administration**, v. 29, n. 1, p. 4-25, 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25790676>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MOLO, M. L. R. Desenvolvimentismos, inclusão social e papel do Estado. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 131-143, jul./dez. 2016.

MORAES, F. F. Universidade, inovação e impacto socioeconômico. **Perspectivas**, São Paulo, v.14, n.3, p.8-11, jul/set. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/4FY7bXQX6nthzbyfXTJX7Cd/?lang=pt#:~:text=Resumo%3A%20O%20papel%20da%20universidade,empresariado%20e%20outros%20setores%20sociais>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MOSER, G. A Psicologia Ambiental: competência e contornos de uma disciplina. Comentários a partir das contribuições, **Psicologia USP**, n. 16, v. 1/2, p. 279-294, 2005.

MOSER, G. Examinando a congruência pessoa-ambiente: o principal desafio para a Psicologia Ambiental, **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 8, n. 2, p. 331-333, ago. 2003.

MOSER, G. **Introdução à psicologia ambiental: pessoa e ambiente**. Campinas-SP: Alínea, 2018.

MOSER, G. Psicologia Ambiental no novo milênio: integrando a dinâmica cultural e a temporal. p. 189-210. *In*: TASSARA, E. (org.). **Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano**. São Paulo: EDUC, 2001.

MOSER, G. Psicologia Ambiental, **Estudos de Psicologia**, n. 3, v. 1, p. 121-130, 1998.

NEVES, M.; DALGALORRONGO, P. Transtornos mentais auto-referidos em estudantes universitários. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 237-244, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/Bn3f9fZrc5KJC6SyDYpt7Wn/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2020.

NUSKE, M. A. A saúde e sua relação com o desenvolvimento: um olhar crítico acerca da contribuição da saúde nas múltiplas escalas do desenvolvimento regional. **VIII Seminário Internacional sobre desenvolvimento Regional**, p. 1-23, 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/16510/4437>. Acesso em: 29 set. 2019.

OLIVEIRA, F. P. **O suicídio dos jovens no Amapá: crise de identidade no meio do mundo?** 2010. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/62ra/resumos/resumos/5226.htm>. Acesso em: 29 set. 2019.

OLIVEIRA, G. S. *et al.* Prevalência e fatores associados à depressão em estudantes de medicina da Universidade Federal do Amapá, **Revista de Medicina e Saúde de Brasília**, v. 5, n. 3, p. 186-199, 2016.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 2008.

PADOVANI, R. *et al.* Vulnerabilidade e bem-estar psicológicos do estudante universitário. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 2-10, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtcc/v10n1/v10n1a02.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2022.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D.; MARTORELL, G. **Desenvolvimento humano**. 12. ed., Porto Alegre: AMGH, 2013.

PARO, C. A.; BITTENCOURT, Z. Z. L. C. Qualidade de Vida de Graduandos da Área da Saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 3, n. 37, p. 365-375, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/wXcZc3TZC7ytckm5JJgHP7v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2022.

PASSIG, J. **Tendências nas Dissertações e Teses em Psicologia Ambiental no Brasil sobre a compreensão da relação pessoa-ambiente**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

PATTON, M.Q. **Qualitative research and evaluation methods**. 3.ed. Thousand Oaks: Sage, 2002. Disponível em: <https://archive.org/details/qualitativeresea00patt/page/n37/mode/2up>. Acesso em: 30 mar. 2021.

PETRINI, A. C.; MARGATO, G. JUNIOR, G. B. V. Avaliação da percepção da qualidade de vida de jovens universitários: comparativo entre graduandos do turno diurno e noturno. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, Ponta Grossa– PR, v. 5, n. 3, p. 1-8, jul./set., 2013. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/c0ab/cfc93d066411244e11b82d30535b8b3585d3.pdf?_ga=2.139199667.1207370676.1662468438-1241822843.1662468438. Acesso em: 23 jan. 2022.

PINHEIRO, J. Q. O lugar e o papel da Psicologia Ambiental no estudo das questões humano-ambientais segundo grupos de pesquisa brasileiros. **Psicologia USP**, n. 16, v. 1/2, p. 103-113, 2005.

PINHEIRO, J. Q. Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor, **Estudos de Psicologia**, n. 2, v. 2, p. 377-398, 1997.

PINHEIRO, J. Q.; GUNTER, H.; GUZZO, R. S. L. **Psicologia ambiental**: entendendo as relações do homem com seu ambiente. Campinas-SP: Alínea, 2004.

REIFLER, C. B, LIPTZIN, M. B. Epidemiological Studies of College Mental Health. **Arch Gen Psychiatry**. v. 20, n. 5, p. 528–540, 1969. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jamapsychiatry/article-abstract/489954>. Acesso em: 25 jan. 2021.

RODRIGUES, E. *et al.* Prevalence of common mental disorders in nursing workers at a hospital of Bahia. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 67, n. 2, p. 296-301, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24861075/>. Acesso em: 13 ago. 2020.

ROLIM, C.; SERRA, M. Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: avaliação do impacto econômico de longo-prazo. **Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, p. 85-106, 2010.

ROZEIRA, C. H. B. *et al.* Vivências na graduação em Psicologia: discutindo a saúde mental dos universitários. **Saúde em Redes**, v. 4, n. 4, p. 175-189, 2018. Disponível em: <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/1690>. Acesso em: 13 ago. 2020.

SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A.; RUIZ, P. **Compêndio de psiquiatria**: ciência do comportamento e psiquiatria clínica. 11. ed., Porto Alegre: Artmed, 2017.

SÁ JÚNIOR, L. S. M. Desconstruindo a definição de saúde. **Jornal do Conselho Federal de medicina (CFM)**, p. 15 – 17, jul./ago./set. 2004.

SANTOS, A. K. G. V. *et al.* Qualidade de Vida e Alimentação de Estudantes Universitários que moram na região central de São Paulo sem a presença dos pais ou responsáveis. **Revista Simbio-Logias**, v. 7, n. 10, p. 76-99, dez/2014. Disponível em: https://www1.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/Simbio-Logias/qualidade_de_vida_alimentacao_de_estudantes.pdf. Acesso em: 23 jan. 2022.

SANTOS, A. Q. Inclusão digital e desenvolvimento local no Brasil. *In*: Congresso Internacional del clad sobre la reforma del Estado y de la Administración Pública, 2003, Panamá. **Anais**. Panamá: Centro Latino-americano de Administración para el Desarrollo, 2003.

SANTOS, B. O.; BITTENCOURT, F. O. Análise da Qualidade de Vida e fatores associados dos Acadêmicos da área de saúde de uma Faculdade Particular. **Revista de Psicologia**. v. 10, n. 33, p. 186-197, jan. 2017. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/611>. Acesso em: 23 jan. 2022.

SANTOS, É. G., SIQUEIRA, M. M. Prevalência dos transtornos mentais na população adulta brasileira: uma revisão sistemática de 1997 a 2009. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 59, n. 3, p. 238-246, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/FNQ5qZjtSdwznsjZzHTH7jS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

SANTOS, G. B. *et al.* Prevalência de transtornos mentais comuns e fatores associados em moradores da área urbana de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 11, p. 1-10, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/B4xZbzc6ZLt5ghtsdXJq9gf/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2020.

SCHLEICH, A. L. **Integração na educação superior e satisfação acadêmica de estudantes ingressantes e concluintes**. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2006.

SEGRE, M.; FERRAZ, F. C. O conceito de Saúde. **Revista de Saúde Pública**. v. 31, n. 5, p. 538 – 542, out. 1997.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENICATO, C.; AZEVEDO, R. C.; BARROS, M. B. Transtorno mental comum em mulheres adultas: Identificando os segmentos mais vulneráveis. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 8, p. 2543-2554, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/rSxF9pjYHk5MwQ3xrvS5zcT/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2020.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F. de; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 4, p. 507-524, out./dez. 2007.

SILVA, A. D.; CAVALCANTE NETO, J. L. Associação entre níveis de atividade física e transtorno mental comum em estudantes universitários. **Motricidade**, v. 10, n. 1, p. 49-59, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/263165134_Associacao_entre_niveis_de_atividade_e_fisica_e_transtorno_mental_comum_em_estudantes_universitarios. Acesso em: 13 ago. 2020.

SILVA, É. C.; HELENO, M. G. V. Qualidade de Vida e Bem-estar Subjetivo de Estudantes Universitários, **Revista Psicologia e Saúde**, v. 4, n. 1, p. 69-76, jan./jun., 2012.

SILVA, R. S. S.; COSTA, L. A. C. Prevalência de transtornos mentais comuns entre estudantes universitários da área da saúde, **Revista de Psicologia**, v. 15, n. 23, p. 105-112, 2012. Disponível em: <https://revista.pgskroton.com/index.php/renc/article/view/2473>. Acesso em: 23 jan. 2022.

SILVA, T. A. C. **A ansiedade em estudantes universitários: uma revisão bibliográfica à luz da psicologia**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Psicologia) - Faculdade Leão Sampaio, Juazeiro do Norte, Ceará, 2019.

SILVEIRA, B. B.; A. KUHNEN. Psicologia ambiental e saúde na relação pessoa-ambiente: uma revisão sistemática. **PSI UNISC**, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 1, jan./jun. p. 89-105, 2018.

SILVESTRIN, D.; KUHNEN, A.; TRIBÉSS, B. Contribuições da Psicologia Ambiental para Promoção de Saúde de pessoas em situação de rua. **Saúde e Pesquisa**, Maringá (PR), v. 12, n. 3, p. 583-590, 2019.

SOUZA, C. B. G. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. **Confins**, n. 5, p. 1-8, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/5633#quotation>. Acesso em: 17 abr. 2021.

SOUZA, S. C.; RODRIGUES, P. C. O. Fatores acadêmicos associados à prevalência de sintomas de ansiedade e depressão dos estudantes do ensino superior, cap. 7, p. 54-67. *In*: RODRIGUES, P. C. O.; SOUZA, S.C. (org.) **Saúde mental do estudante universitário uma coletânea de estudos descritivos**. Nova Xavantina/MT: Pantanal, 2021.

STEEL, Z. *et al.* The global prevalence of common mental disorders: a systematic review and meta-analysis 1980-2013. **International Journal of Epidemiology**, v. 43, n. 2, p. 476-493, 2014. Disponível em: <https://academic.oup.com/ije/article/43/2/476/2901736?login=false>. Acesso em: 13 ago. 2020.

TAVARES, J. *et al.* Produção científica sobre os distúrbios psíquicos menores a partir do self report questionnaire. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 1, n. 1, p. 113-123, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/2091>. Acesso em: 13 ago. 2020.

TAQUES, B. T.; RODRIGUES, P. C. O.; LIMA, J. C. Prevalência de sintomas depressivos em estudantes da saúde, cap. 6, p. 45-53. *In*: RODRIGUES, P. C. O.; SOUZA, S.C. (org.) **Saúde mental do estudante universitário uma coletânea de estudos descritivos**. Nova Xavantina/MT: Pantanal, 2021.

TUAN, Y. F. **Topofilia** - um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina, PR: Eduel, 2012.

THEIS, I. M. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, set./dez., p. 334-360, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP). **UNIFAP Digital** – Sobre o Projeto e Equipe, 2010a. Disponível em: https://www2.unifap.br/unifapdigital/files/2010/10/unifap_mapa-ud-Copia1.jpg. Acesso em: 30 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP). Acesso aos Relatórios de Gestão do NAI. **Relatório de Gestão do Exercício de 2015**. Disponível em: <https://www2.unifap.br/nai/files/2017/09/Relat%c3%b3rio-de-Gest%c3%a3o-20151.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP). **Campus Marco Zero**. Disponível em: <http://www.unifap.br/campi/>. Acesso em: 30 mar. 2021a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP). **Núcleo de Acessibilidade e Inclusão oferecerá atendimento especializado a 267 calouros**. Disponível em:

<http://www.unifap.br/nucleo-de-acessibilidade-e-inclusao-oferecера-atendimento-especializado-a-267-calouros/>. Acesso em: 30 mar. 2021b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP). **Projeto de Atendimento Psicopedagógico – SAPE, 2016a**. Disponível em:

<https://www2.unifap.br/nai/projeto/projeto-sape/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP). **Projeto Núcleo de Acessibilidade e Inclusão**. Layout Anterior – NAI, set. 2019a, no prelo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP). **Projeto Núcleo de Acessibilidade e Inclusão**. Planta Baixa – NAI, set. 2019b, no prelo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP). **Projeto Pedagógico do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, 2009**, no prelo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP). **Resolução nº 09 de 25 de junho de 2010**. Institui, na Universidade Federal do Amapá, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, 2010b. Disponível em: https://www2.unifap.br/santana/files/2019/12/Resolucao-09-10-CONSU_UNIFAP.pdf. Acesso em: 30 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP). **Resolução nº 21 de 27 de setembro de 2016-CONSU/UNIFAP, 2016b**. Institui o Regimento do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal do Amapá. Disponível em: <https://www2.unifap.br/consu/files/2017/01/Resolucao-21-2016-Aprova-Regimento-do-NAI.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

UZZELL, D.; MOSER, G. Introduction: Environmental psychology on the move. **Journal of Environmental Psychology**, v. 29, n. 3, p. 307-308, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/234167047_Introduction_Environmental_psychology_on_the_move. Acesso em: 17 abr. 2021.

VASCONCELOS, T. C. *et al.* Prevalência de Sintomas de Ansiedade e Depressão em Estudantes de Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 39, n. 1, p. 135-142, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/SVybyDKKBCYpnDLhyFdBXxs/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

VELASCO, R. **Los economistas en su laberinto**. Madri: Santillana: Taurus, 1996.

VICTORIA, M. et al. Níveis de ansiedade e depressão em graduandos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). **Encontro Revista de Psicologia**, v. 16, n. 25, p. 163-165, 2013. Disponível em: <https://revista.pgskroton.com/index.php/renc/article/view/2447>. Acesso em: 30 mar. 2021.

APÊNDICE A – REQUERIMENTO ENVIADO À COORDENAÇÃO DO NAI

À UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP – CAMPI MARCO ZERO

SR. COORDENADOR MÁRIO TEIXEIRA DOS SANTOS NETO

NUCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO – NAI

RODOVIA JUSCELINO KUBITSCHKE, KM 02 – BLOCO B

BAIRRO: JARDIM MARCO ZERO

MACAPÁ-AP

CEP: 68.903-419

Senhor Coordenador,

Cumprimentando-o cordialmente, pelo presente instrumento, dirijo-me ao senhor para inicialmente informar que o requerente que esta subscreve é mestrando do Programa de Pós-Graduação / Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (PPGMDR/UNIFAP), conforme comprova a declaração de vínculo anexo, e está realizando o levantamento de dados para a composição do trabalho de dissertação intitulada “Psicologia Ambiental: Uma Análise da Saúde Mental dos Discentes da Universidade Federal do Amapá, Campi Marco Zero”.

Seguindo o inicialmente posto, este mestrando necessita da colaboração deste respeitável Órgão no sentido de fornecer informações que serão essenciais para análise do objeto de estudo da pesquisa em andamento.

Portanto, solicita a prestação das seguintes informações referentes a atuação deste Órgão, conforme segue:

- Disponibilização informações sobre numeros de academicos que são registrados no Serviço de Atendimento Psicopedagógico (SAPE) com referencia ao ano de registro para atendimento, demanda, sexo biológico e curso.
- Informações sobre estrutura fisica do NAI.

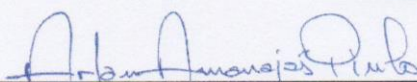
Desde já, certa de contar com a sua colaboração, aguardo o fornecimento de informações e documentos ora solicitados.

Oportunamente, a fim de viabilizar a comunicação com a requerente, informo abaixo os contatos para resposta a presente solicitação:

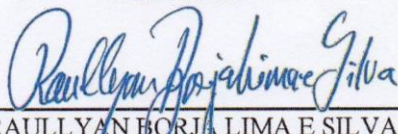
Telefone: (96) 98102-4855.

E-mail: arlan.amanajas3@gmail.com

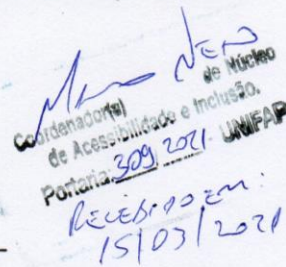
Macapá/AP, 15 de março de 2021.



ARLAN AMANAJAS PINTO
MESTRANDO



RAULLYAN BORJA LIMA E SILVA
PROF. DR. ORIENTADOR


Coordenador(a)
de Acessibilidade e Inclusão.
Portaria: 309/2021-UNIFAP
Recebido em:
15/03/2021

ANEXO A – RESPOSTA DO NAI SOBRE REQUERIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP
CAMPI MARCO ZERO

Macapá-AP, 18/03/2021


Assunto: Resposta ao requerimento do Mestrando – Arlan Amanajás Pinto – encaminhado para o Nucleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) de 15/03/2021.

Sr. Mestrando,

Reporto-me ao requerimento, que solicita informações sobre dados do NAI e do Serviço de Atendimento Psicopedagógico (SAPE) referente a estrutura física do NAI e o numero de academicos que são registrados no SAPE com referencia ao ano de registro para atendimento, demanda, sexo biológico e curso.

Em atendimento ao pedido posso disponibilizar uma cópia das informações requeridas.

Atenciosamente,


Coordenador(a) de Núcleo
de Acessibilidade e Inclusão.
Portaria 309, 2021 UNIFAP

Mário Teixeira dos Santos Neto
Coordenador Nucleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI

Rodovia Juscelino Kubitschek, Km 02 – Bloco B
Bairro: Jardim Marco Zero
Macapá-AP
CEP: 68.903-419